UNIJUÍ – UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

VANDERLÉA MICHAEL SCHIMANOSKI

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL PACTO FONTE NOVA: CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA

Ijuí (RS)

2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

VANDERLÉA MICHAEL SCHIMANOSKI

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL PACTO FONTE NOVA: CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Desenvolvimento, Linha de pesquisa: Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento.

Orientadora: Doutora Sandra Beatriz Vicenci Fernandes

Ijuí (RS)

2007

A comissão abaixo assinada aprova a presente dissertação

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL
PACTO FONTE NOVA: CONTRIBUIÇÃO PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E QUALIDADE DE VIDA

elaborada pela mestranda

VANDERLÉA MICHAEL SCHIMANOSKI

como requisito para obtenção do grau de
MESTRE EM DESENVOLVIMENTO

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Doutora Sandra Beatriz Vicenci Fernandes (Orientadora)

_____
Doutora Marines Tambara Leite

_____
Doutor Marcelino de Souza

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a **Deus**, fonte de vida e de sabedoria, por me fazer ver que não há vitória sem luta, mas que com Sua presença é possível superar todas as dificuldades da vida.

A toda **minha família**, pelo incentivo e por entender as razões de minha ausência neste período, em especial, ao meu esposo, **Gilberto Schimanoski** e à nossa filha **Bárbara**, pelo amor, carinho, compreensão e apoio.

À minha orientadora, **Professora Doutora Sandra Beatriz Vicenci Fernandes**, que foi mais que uma orientadora, pelo apoio e por compreender minhas dificuldades.

À **Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí**, pelo apoio recebido e pelo empenho dos colegas do Departamento de Ciências da Saúde (DCSa) na concessão da bolsa de estudos, o que tornou possível a realização do Mestrado.

Ao coordenador do Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, **Sr. Nestor Koch**, pela disposição em contribuir com o estudo.

A todos os **produtores associados** do Pacto Fonte Nova e atores sociais do município de Crissiumal/RS que deixaram o seu trabalho, e com muita presteza contribuíram com seus depoimentos, que serviram de base para a realização deste estudo.

Às alunas do Curso de Nutrição da Unijuí, **Daine Schwade**, **Débora Lopes Rodrigues**, em especial a **Haidi Dalita Schneider Sehn** e **Cláudia Miranda Anschau**, pelo auxílio recebido na realização das entrevistas e na sua transcrição, acompanhando-me na pesquisa de campo.

Às demais pessoas que de um ou outro modo contribuíram para a realização desta pesquisa.

A todos os meus sinceros agradecimentos!!!

"Quando a confiança, a compaixão, a solidariedade, o amor e a beleza, todos elementos invisíveis e não racionais forem incorporados aos valores característicos do desenvolvimento é que será possível acessar novo prisma, novo olhar e novo pensamento, a embasar o ideal de desenvolvimento sustentável".

(JARA, 2000).

RESUMO

O desenvolvimento local tornou-se um conceito e um instrumento de concertamento e diálogo social que coloca nas mãos dos seus beneficiários, os atores locais, a responsabilidade de desenhar e pôr em prática estratégias sustentáveis de inclusão social. Um dos fundamentos desse processo é a mobilização do potencial endógeno do território, os pontos fortes de cada meio local para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Este estudo propõe-se a analisar a experiência de um programa de desenvolvimento local sob a ótica dos diversos segmentos sociais, enfocando seu papel no fortalecimento do produtor rural que objetiva a produção mais intensiva de produtos alimentares destinados ao comércio formal. Visa compreender o dinamismo deste modelo de desenvolvimento a partir das relações sociais estabelecidas entre produtor, consumidor e associado. Mais particularmente busca-se analisar o papel do programa de desenvolvimento e os efeitos das políticas públicas e iniciativas locais no território, como condição para segurança alimentar. O estudo apresenta-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro apresenta um panorama exploratório relativo à evolução dos conceitos de desenvolvimento e de sua confluência com os conceitos de segurança alimentar; o segundo caracteriza o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova. O terceiro capítulo destina-se a apresentar a base empírica de pesquisa – análise do discurso do sujeito coletivo. No quarto capítulo são apresentadas as análises que buscaram evidenciar as mudanças decorrentes do programa, relativas a um conjunto de situações de natureza econômica, social e cultural traduzidas nos discursos dos sujeitos da pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões, apontando as potencialidades observadas bem como algumas fragilidades a serem superadas. A análise do Programa Pacto Fonte Nova permitiu que se constatasse a mudança de hábitos alimentares, assim como a influência promovida pelo programa nas questões referentes ao desenvolvimento, qualidade de vida e segurança alimentar. O programa tem representado para o produtor muito mais que um instrumento de conquista de melhores rendimentos e relações comerciais menos solúveis, mas, sobretudo, um local de intensas relações sociais que vem se firmando à medida que a cidadania passa a ser exercida. Foi possível identificar um produtor que se apresenta essencialmente envolvido no processo de consolidação do modelo de desenvolvimento adotado, visto que o programa tem sido o eixo articulador e fortalecedor do capital social que se apresenta razoavelmente forte entre diversos segmentos sociais.

Palavras-chave: Programa de desenvolvimento local. Fortalecimento do produtor rural. Relações sociais. Pacto Fonte Nova. Segurança alimentar.

ABSTRACT

The local development became a concept and an instrument of group work and a promoter of social dialogue that places at the hands of its local beneficiaries the responsibility of drawing and putting into practice the sustainable strategies of social inclusion. One of the foundations of this process is the mobilization of the endogenous potential of the territory, the strong points of each environment to improve the life quality of its inhabitants. This study aims at analyzing the experience of a local development program, under the points of view of the diverse social segments, focusing on the strengthening of the agricultural producer who seeks a more intensive production of feeding goods destined to the formal commerce. It aims at understanding the dynamism of this model of development from the established social relations involving producer, consumer and associate. More particularly, the study is aimed at analyzing the role of the development program and the effects of the public policies and local initiatives in the territory as conditions for having feeding safety. The study is organized in five chapters. The first one presents an exploratory panorama of the evolution of the concepts of development and its confluence with the concepts of feeding safety, while the second one characterizes the Program of Agro-industrial Development called Pact New Source. The third chapter aims at presenting the empirical base of the research – the discourse analysis of the citizen's speech. In the fourth chapter, the analyses that searched to evidence the resulting changes of the program, relating to a set of economic, social and cultural situations present in the speeches of the citizens participating in the research is presented. At last, the conclusions are shown, both the potentialities observed and some drawbacks to be surpassed. The analysis of the Program Pact New Source allowed the observation of changes in the feeding habits as well as the influence exercised by the program in issues such as development, life quality and feeding safety. The program has represented to the producer much more than a commercial instrument for having better incomes and longer lasting relations, but, above all, a place for intense social relations that is becoming more solid as citizenship is being exercised. It was possible to identify a producer who is essentially involved in the process of consolidation of the adopted development model, since the program has been the articulator and strengthener axle of the social capital which presents itself rather strong between diverse social segments.

Key words: Local Development Program. Strengthening of the agricultural producer. Social relations. Pact New Source. Feeding safety.

LISTA DAS FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do município de Crissiumal na Região Noroeste do Estado do RS..... 31
Figura 2 - Mapa do território do município de Crissiumal/RS, áreas rural e urbana e a indicação das regiões de coleta de dados..... 41
Figura 3 - Mapa do perímetro urbano do município de Crissiumal/RS, indicando os estabelecimentos comerciais e a população consumidora..... 41
Figura 4 - Classificação dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo, de acordo com a situação de domicílio. 48
Figura 5 - Classificação dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo, segundo sexo. 48
Figura 6 - Classificação dos produtores entrevistados associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo, segundo sexo e faixa etária. 49
Figura 7 - Nível de escolaridade dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 50
Figura 8 - Número de membros das famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 50
Figura 9 - Estratos de renda nas famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 53
Figura 10 - Número de membros das famílias e percentuais gastos com alimentação pelos associados do Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 54
Figura 11 - Despesas com alimentação das famílias com renda superior a R$ 1.000,00 associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 54
Figura 12 - Despesas com alimentação das famílias com renda de R$ 600,00 até R$ 1.000,00 associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 55
Figura 13 - Despesas com alimentação das famílias com renda de até R$ 600,00 associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 55
Figura 14 - Produção de alimentos de subsistência praticada pelos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 56
Figura 15 - Percentual de incremento na renda das famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 57
Figura 16 - Origem dos recursos destinados à compra de alimentos dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 58
Figura 17 - Distribuição percentual da área dos produtores antes e pós Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. 58

LISTA DAS TABELAS

Tabela 1 - Mão-de-obra familiar dos associados do Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007..... 51

Tabela 2 - Mão-de-obra contratada pelos associados do Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007..... 52

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ABEMEC	–	Associação de Bem-Estar do Menor de Crissiumal
ACI	–	Associação Comercial e Industrial
ANVISA	–	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APAE	–	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
APPCC	–	Análise de Problemas e Pontos Críticos de Controle
CERESAN	–	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
CISPOA	–	Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	–	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DSC	–	Discurso do Sujeito Coletivo
ECH	–	Expressões Chave
EMATER	–	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	–	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FBSAN	–	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FEE	–	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	–	Idéia Central
INAN	–	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LOSAN	–	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MDA	–	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNAE	–	Programa Nacional Alimentação Escolar
POF	–	Pesquisa de Orçamento Familiar
PRONAF	–	Programa Nacional de fortalecimento a agricultura Familiar
SA	–	Segurança Alimentar
SAN	–	Segurança Alimentar e Nutricional
SIM	–	Serviço de Inspeção Municipal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO 13
1.1 Desenvolvimento, Sistema Produtivo, Comportamento Alimentar 18
1.2 Segurança Alimentar e sua Evolução Histórica 20
1.3 Desenvolvimento Local x Segurança Alimentar 24
1.4 Agricultura Familiar 26

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL: PACTO FONTE NOVA 30
2.1 Histórico do Município de Crissiumal 31
2.2 Programa de Desenvolvimento Rural 33

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA 39
3.1 Local do Estudo 40
3.2 Sujeitos da Pesquisa 42
3.3 Procedimento Metodológico de Análise dos Dados 42

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES 47
4.1 Caracterização dos Associados Entrevistados 47
4.2 Análise Discursiva do Sujeito Coletivo 59
4.2.1 Fatores Condicionantes na Mudança dos Hábitos Alimentares 59
4.2.2 Valorização dos Produtos Locais 64
4.2.3 Dificuldade de Acesso a Produtos Locais 66
4.2.4 Impacto do Programa de Desenvolvimento Local 68
4.2.5 Mercados Locais Insuficientes 72
4.2.6 Fragilidades do Programa de Desenvolvimento 76
4.2.7 Fortalecimento do Programa de Desenvolvimento 79
4.2.8 Segurança Alimentar do Produtor Associado 81
4.2.9 Qualidade de Vida 84
4.2.10 O Programa de Desenvolvimento na Visão da Sociedade 86

CONCLUSÕES 90

SUGESTÕES 94

REFERÊNCIAS 95

ANEXOS 102

INTRODUÇÃO

Os modelos de desenvolvimento vigentes, mesmo no quadro da globalização, não conseguiram resolver os problemas sociais e econômicos do mundo contemporâneo, ao contrário, têm contribuído para aumentar ainda mais as diferenças entre as regiões, desenvolvidas e em desenvolvimento, levando, muitas vezes, ao crescimento das desigualdades sociais – pobreza, exclusão social –, e colocando a humanidade na mais profunda insegurança.

A humanidade, ao longo dos anos, vem enfrentando as mais diversas formas de insegurança, impedida, muitas vezes, de atender até mesmo a mais elementar das necessidades humanas – o acesso ao alimento – assim como as de ordem social – educação, trabalho e saúde – conduzindo o indivíduo para uma situação de exclusão social.

A noção simplista de desenvolvimento foi enriquecida consideravelmente nos últimos 50 anos. O desenvolvimento, por muito tempo, esteve associado fundamentalmente com o crescimento econômico. Essa idéia, contudo, foi progressivamente relativisada, em detrimento de uma conceituação muito mais ampla e complexa. O crescimento econômico passou a ser um indicador que somado a outros de natureza social, ambiental, humana, contribuem para o desenvolvimento sustentável, ou socialmente mais ajustado às necessidades do homem.

Dada à multiplicidade de dimensões a serem consideradas na noção de desenvolvimento, surge a necessidade de contextualizá-lo localmente nos espaços territoriais particulares. Neste contexto, o desenvolvimento passa a ser entendido como a relação que se estabelece entre os componentes de um conjunto chamado sociedade, considerando a harmonia com o meio, somada à capacidade de adaptação.

A partir da compreensão da complexidade dos arranjos territoriais-sociais, decorrentes de suas dimensões físicas, econômicas, sociais e culturais, diversos modelos de

desenvolvimento local/regional vêm sendo apresentados, trazendo consigo novas perspectivas de adequação das políticas nacionais, considerando as peculiaridades, potencialidades e carências locais dos espaços urbanos e rurais.

O modelo de desenvolvimento de uma sociedade, entendido como resultado das interações entre os mais diferentes segmentos e a sua economia, tendo como articuladores os órgãos públicos, pressupõe o alcance de indicadores que contemplem benefícios para a sociedade, principalmente no que se refere às condições de satisfação e bem-estar.

Este estudo propõe-se a analisar a experiência de um programa de desenvolvimento local, sob a ótica dos diversos segmentos sociais, enfocando o papel do programa no fortalecimento do produtor rural que objetiva a produção mais intensiva de produtos alimentares destinados ao comércio formal. Visa compreender o dinamismo deste modelo de desenvolvimento a partir das relações sociais estabelecidas entre produtor, consumidor e associado.

Mais particularmente busca-se analisar o papel do programa de desenvolvimento e os efeitos das políticas públicas e iniciativas locais no território como condição para a segurança alimentar e qualidade de vida. A abordagem empreendida tem como referência empírica a análise dos discursos do conjunto dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento, considerando três categorias: produtores familiares, consumidores e comerciantes.

Neste sentido, apresenta-se no primeiro capítulo, um panorama exploratório relativo à evolução dos conceitos de desenvolvimento e de sua confluência com os conceitos de segurança alimentar. O segundo capítulo caracteriza o programa de desenvolvimento agroindustrial Pacto Fonte Nova do município de Crissiumal, inserido na região Noroeste Colonial do Estado Rio Grande do Sul. O capítulo que segue destina-se a apresentar o instrumento de organização de dados discursivos que constituem a base empírica de pesquisa, ou seja, a análise do discurso do sujeito coletivo. No quarto capítulo são apresentadas as análises que buscaram evidenciar as mudanças decorrentes do programa, relativas a um conjunto de situações de natureza econômica, social e cultural traduzidas nos discursos dos sujeitos da pesquisa. Por fim, são apresentadas as conclusões e as sugestões, apontando as potencialidades observadas, bem como algumas fragilidades a serem superadas.

CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO

Conceituar desenvolvimento tem sido, ao longo das últimas décadas, um intenso desafio. O desenvolvimento, em uma conceituação bastante generalizada, se vincula à idéia de fazer crescer, tornar-se maior, mais forte, ampliar a capacidade ou possibilidade de, conduzir ou caminhar para um estágio mais avançado ou eficaz e, deste modo, progredir. Assim, desenvolvimento se traduz como sendo a etapa de um processo ou, então, a capacidade de crescimento dos países e povos, opondo-se ao subdesenvolvimento. Há mesmo autores como Veiga (2002) que o consideram uma utopia, um ideal a ser atingido.

Do ponto de vista histórico, o desenvolvimento esteve centrado no capitalismo, realizado sob o escudo do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados. É comum encontrar na literatura de economia o termo *desenvolvimento* associado à *industrialização*, em que a indústria é responsável por incrementos positivos no nível do produto, no assim chamado crescimento econômico, reforçando desta forma, a crença de que a industrialização é indispensável ou condição fundamental para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida. Essa é a razão pela qual todos os países do mundo almejam tanto industrializar seu território[1].

Segundo Milone (1998), na década de 1950, os países subdesenvolvidos passaram a dar atenção especial à elaboração e à implementação de planos para alcançar o desenvolvimento. Neste período, a industrialização era entendida a um só tempo como a solução para os problemas enfrentados pela América Latina e o caminho, se não o único, o principal para o desenvolvimento (SCATOLIN, 1989). Esses planos, contudo, limitavam-se a

[1] Sobre esse tema, Sunkel e Paz (1988) observam que o desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico.

promover um processo de industrialização intensivo que, por ser sinônimo de crescimento econômico, acabava equivocadamente assumido como um processo de desenvolvimento.

Alcançar o desenvolvimento apenas com mudanças no sistema econômico foi o discurso que marcou a segunda metade do século XX, orientação que segundo Rivero (2002), ao contrário, gerou uma condição de subdesenvolvimento alicerçado no desequilíbrio físico-social.

O crescimento econômico, mesmo não trazendo por si só resultados significativos ao processo de desenvolvimento, é considerado como condição indispensável embora não suficiente para o desenvolvimento, uma vez que se trata de um fenômeno mais amplo, complexo e ambicioso do que o mero crescimento econômico (NAVARRO, 2002).

A descrição simplista de desenvolvimento foi qualificada consideravelmente ao longo dos últimos 50 anos. O crescimento econômico por muito tempo foi considerado suficiente para assegurar o desenvolvimento. Essa idéia, contudo, foi abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito, expressa pelas adições sucessivas de nome: *econômico*, *social*, *cultural*, naturalmente *político*, depois *viável* e finalmente *sustentável*[2]. Neste contexto, o termo *desenvolvimento* passa a ser determinado por indicadores inicialmente de caráter econômico. Dessa forma, o "nível de desenvolvimento passa a ser identificado de modo mais claro", indicando ou refletindo as reais condições em que se encontra uma determinada população (SACHS, 1998).

O caráter privilegiadamente econômico da conceituação econômica do termo *desenvolvimento* tem gerado acirrados debates, levando economistas a identificar a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento capaz de englobar um número maior de variáveis de natureza não somente econômicas, mas também sociais.

Para Furtado (1961), o desenvolvimento sob a ótica econômica é, essencialmente, aumento no fluxo de renda real, ou seja, é um aumento na disposição de bens e serviços de uma determinada coletividade em um determinado período.

Segundo Oliveira (2002), a industrialização e o crescimento econômico vistos como condição suficiente para promover o desenvolvimento, dificultaram a visualização do que

[2] Para Cavalcanti (1998), o conceito de desenvolvimento sustentável marca uma nova filosofia de desenvolvimento, pois combina eficiência econômica com justiça social e prudência, sendo a única alternativa para a preservação ambiental dentro do sistema capitalista.

realmente importa no processo de desenvolvimento: a qualidade de vida da população. Ainda segundo o autor, as pessoas não tinham a percepção de que são *elas* tanto os *meios* quanto os *fins* do desenvolvimento econômico.

Para Sandroni (apud OLIVEIRA, 2002), desenvolvimento econômico é o mesmo que crescimento econômico, acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Ainda para este autor, são fatores determinantes para o desenvolvimento, as características intrínsecas de cada país ou região, sendo assim, dependentes das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Já para Milone (1998), desenvolvimento pode ser observado mediante análise, ao longo de um período, da existência de variações positivas de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte. O autor enfatiza que a maior atenção deve ser dada de maneira a identificar, como o resultado dos processos – industrialização, crescimento econômico – é distribuído para a população, de modo que possam contribuir na melhora da qualidade de vida das pessoas.

Há entre os autores Veiga (2005), Romeiro (2000) e Sen (2000), um consenso de que o desenvolvimento econômico é condição não única, mas necessária para promover o desenvolvimento, uma vez que o incremento na renda deve gerar melhoria na vida da população, sendo a condição econômica o meio que pode permitir às pessoas o acesso a bens e serviços, capaz de colocá-las em situações mais confortáveis.

Sendo assim, os incrementos positivos no produto e na renda – crescimento econômico ou desenvolvimento econômico – deveriam ser utilizados ou direcionados na promoção do desenvolvimento humano, uma vez que o homem é o principal ator de todo o processo.

Da mesma maneira que a renda é importante e necessária na promoção do desenvolvimento humano – condições favoráveis – o homem e as relações sociais estabelecidas juntamente com o meio – seu entorno – são fatores determinantes neste processo, uma vez que todo o processo está condicionado às ações e relações estabelecidas pelo homem em uma determinada sociedade.

O desenvolvimento social passa a ser entendido como a relação que se estabelece entre os componentes de um conjunto chamado *sociedade*, desde que haja congruência dinâmica com o meio, somada à capacidade de adaptação e de conservação da adaptação. Desenvolvimento passa a ser um conjunto de mudanças sociais nas quais se verificam alterações dos fatores humanos e sociais que garantem a estabilidade social dos sistemas sociais. Desta forma, quanto mais dinâmica e adequada forem as relações sociais, maior será o capital social, resultado da intensidade e da qualidade das relações estabelecidas.

Segundo Abramovay (2000), a noção de *capital social* permite entender a interdependência do agir dos indivíduos, cujos objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e nem sempre têm caráter estritamente egoísta. Sendo assim, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor como um importante instrumento no processo de desenvolvimento. Quanto maior for o potencial social, maiores serão as chances de ocorrer o desenvolvimento, mesmo em situações em que o PIB pode não se apresentar tão favorável.

Capital social pode ser entendido como uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior dessa estrutura. Sendo assim, torna possível o alcance de objetivos que não seriam atingidos na sua ausência (ABRAMOVAY, 2000).

> Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Por exemplo, um grupo cujos membros demonstrem confiabilidade e que depositem ampla confiança uns nos outros é capaz de realizar muito mais do que outro grupo que careça de confiabilidade e de confiança. (COLEMAN apud PUTNAM, 1996, p. 177).

De forma análoga, Baquero (2003) ensina que o capital social reside nas relações e não no indivíduo sozinho, como é o caso de habilidade de capital humano. É construído em coletividades institucionalizadas nos mais diversos segmentos sociais, universidades, corporações, governos, associações informais de pessoas em que o conhecimento e as visões de mundo formam-se e são transferidas.

Se o capital social se forma a partir de dinâmicas coletivas considerando seu entorno, de maneira a promover o desenvolvimento, neste cenário o capital humano – individual –

contribuirá somente na medida em que relações coletivas se estabelecerão. No entanto, quanto menor a diversidade – riquezas naturais – existentes, maior deverá ser o capital humano como forma compensatória pela inexistência ou escassez de recursos naturais.

Segundo Sachs (2007), a idéia de desenvolvimento evoluiu ao longo das últimas décadas, caracterizando-se pela sua complexificação crescente do conceito e pela compreensão de que se trata de um conceito pluridimensional. Segundo o mesmo autor, o desenvolvimento é a efetivação universal do conjunto dos direitos humanos individuais e coletivos contemplando aspectos de caráter político, cívico, econômico, social e cultural.

Neste contexto, o desenvolvimento ganha a partir dos anos 90 mais um significado – o *humano* –, tendo como objetivo o desenvolvimento dos homens e das mulheres em lugar da multiplicação das coisas, devendo promover a diminuição da pobreza e gerar o desenvolvimento humano[3] por meio da ampliação das liberdades políticas, sociais e econômicas (SEN, 2000).

Segundo estudiosos (SEN, 2000; SACHS, 2007; ABRAMOVAY, 2000), há evidências claras de que o desenvolvimento humano só acontecerá mediante a existência de sinergia com o desenvolvimento econômico, com uma economia mais ajustada, capaz de amenizar/diminuir as desigualdades e promover distribuição de renda de forma mais eqüitativa, capaz de possibilitar à população o acesso à educação, saúde, moradia, alimentação, assim como atender a outras necessidades do ser humano.

Nesse sentido, Ranis e Stewart (2002) vinculam o desenvolvimento humano e o crescimento econômico, colocando o primeiro como fator causal do segundo. Para estes autores há grandes razões para considerar que o objetivo fundamental da atividade humana é o desenvolvimento humano e não o crescimento econômico, muito embora o crescimento econômico proporcione os recursos que permitem melhorar o desenvolvimento humano e, por outro lado, determina a melhora da qualidade da mão-de-obra, que contribui de maneira importante para o crescimento econômico. Definem, portanto, o desenvolvimento humano como a ampliação das oportunidades das pessoas, a possibilidade de uma vida mais longa, mais saudável e mais plena.

[3] A Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento foi adotada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, Resolução 4/128, em 4 de dezembro de 1986 (Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/74.htm).

1.1 Desenvolvimento, Sistema Produtivo, Comportamento Alimentar

O ritmo de vida cada vez mais acelerado, decorrente de um processo de grandes transformações – mecanização, industrialização, urbanização, propaganda – tem sido preponderante juntamente com outros fatores, na mudança de hábitos alimentares pela população. O desenvolvimento tem gerado profundas transformações das mais diversas ordens – econômica, política, social, ambiental –, atingindo o mais particular e essencial do ser humano – a alimentação –, gerando com isso a formação constante de novos hábitos alimentares.

Ao se considerar o processo evolutivo ou o que converge com o desenvolvimento histórico dos sistemas agrários, pode-se certamente assegurar que este teve influência significativa no processo de formação de novos hábitos alimentares. A modernização da agricultura – a partir dos anos 70 – acaba por priorizar as grandes propriedades e os agricultores familiares perdem espaço para os grandes empreendimentos que, por terem por meta alto rendimento econômico, optam por plantações em grandes dimensões, tipicamente de monocultivos.

Desde o período colonial as propriedades rurais se diferenciavam entre si, num processo lento e gradual. Com a modernização da agricultura, porém, o capital passa a direcionar o setor, transformando a agricultura e gerando diversas categorias de produtores rurais. Como bem descrevem Souza e Del Grossi (2004, p. 74),

> [...] as estratégias de desenvolvimento agrícola foram propostas, mas, não conseguiram superar as barreiras que envolvem os processos de mudança estrutural, produção social significativa, redistribuição mais equilibrada da riqueza, melhoria das rendas e das ocupações, melhorias das condições gerais de vida e das expectativas, sobretudo dos grupos sociais mais pobres do campo.

À medida que o modo de produção consagrado pela Revolução Verde[4] se consolida no campo, os monocultivos tomam o lugar dos tradicionais cultivos de subsistência e, gradativamente, os agricultores familiares vão se tornando mais dependentes do mercado para

[4] Uma das grandes transformações ocorridas no setor agrícola brasileiro, a partir dos anos 50, resultou da implantação da chamada Revolução Verde (RV), cujo pacote tecnológico básico se montou a partir das sementes de Variedades de Alto Rendimento (VAR) e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançassem níveis crescentes de produtividade. A consciência acerca dos impactos da RV sobre o meio ambiente e sobre a saúde foi geradora de crescentes movimentos de resistência, desde meados dos anos 1980 (sobre este tema, CAPORAL, 2003).

aquisição de produtos para alimentação básica. Deste modo, sua alimentação passa a assemelhar-se a dos trabalhadores urbanos, ainda que com menor variedade em função dos diversos fatores que dificultavam seu acesso.

A adoção de novos hábitos alimentares[5] na população brasileira, segundo Bleil (1988), tem sido fortemente estimulada pela indústria de alimentos, em detrimento do consumo de produtos regionais com forte tradição cultural. O autor destaca que produtos consumidos durante décadas e considerados alimentos tradicionais, como feijão, arroz e farinha, vêm apresentando reduções drásticas em seu consumo.

São vários os fatores[6] que influenciam os padrões de consumo alimentar da população. O poder aquisitivo tem sido apontado como um dos fatores mais determinantes neste processo. A propaganda utilizada pelas grandes empresas para estimular o consumo de determinado produto, no entanto, também vem sendo reconhecida como uma das formas mais eficientes na indução de mudança de comportamento alimentar nos diversos segmentos sociais

Reforçando, Arruda (1981) conclui que, apesar da diversidade dos hábitos alimentares entre diferentes povos, culturas e camadas sociais, em distintos períodos históricos, o valor nutricional da dieta depende fundamentalmente das possibilidades econômicas da família de acesso aos alimentos, sendo seu principal condicionante, mais do que o perfil qualitativo da alimentação, selecionada pela cultura da população.

Com isso, torna-se compreensível que de maneira geral os fatores condicionantes na formação de novos hábitos alimentares não se restringem às preferências alimentares por razões sensoriais ou qualitativas, mas por uma série de fatores – produtivos, econômicos, sociais – que na grande maioria das vezes são impostos à sociedade. Sobretudo, observa-se o quanto o processo de “desenvolvimento” tem-se inter-relacionado com a adoção constante de novos hábitos alimentares na população mundial, muito provável ainda, que tenha exercido influência negativa, colaborando com a perda de hábitos alimentares culturais.

---

[5] Hábitos alimentares são as formas como os indivíduos ou grupos selecionam, consomem e utilizam os alimentos disponíveis, incluindo os sistemas de produção, armazenamento, elaboração, distribuição e consumo de alimentos (ARRUDA, 1981).

[6] Diversos fatores como renda, mídia, cultura, praticidade, preferência têm influenciado o estabelecimento de padrões alimentares, sendo que a escolha por determinado alimento nem sempre ou raramente está relacionada ao valor nutricional que o mesmo possa oferecer.

1.2 Segurança Alimentar e sua Evolução Histórica

Paralelamente ao conceito de desenvolvimento, o que ganha em amplitude com a inclusão de outras dimensões para além da econômica, em que o bem-estar humano passa a ser o objetivo central, é a segurança alimentar que também vem sendo discutida em fóruns nacionais e internacionais. Talvez pela constatação de que é na insegurança alimentar que grande parte da população continua vivendo e nos mais diversos espaços geográficos.

Os estudos são unânimes no diagnóstico de que um dos principais problemas da fome no país, atualmente, se deve à insuficiência de renda per capita que garanta acesso aos alimentos de qualidade em quantidades adequadas. A falta de renda, traduzida por pobreza, é o reflexo da desigualdade social existente no país, agravada pelos altos níveis de desemprego, associada às taxas de crescimento econômico precário para incorporar as pessoas que a cada ano buscam ingresso no mercado de trabalho, além da falta de políticas públicas no campo da segurança alimentar (HENRIQUES, 2000).

Ao longo da História, assim como o termo desenvolvimento, o conceito de segurança alimentar adquire novos significados, tornando-se mais amplo e complexo. As questões sobre Segurança Alimentar (SA) tomaram corpo, em sua fase mais importante, na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, quando se estabeleceram políticas continentais para que as garantias de acesso à alimentação pudessem ser mantidas em quaisquer situações, até mesmo em conflitos daquele porte. Esta pode ser considerada a base da discussão global sobre segurança alimentar. Naquela época, a noção de segurança alimentar tinha forte conteúdo estratégico, associado à possibilidade de bloqueio comercial dos alimentos em conflitos internacionais, além de vincular-se à idéia de segurança nacional e às estratégias militares (GALEAZZI, 1996).

Neste contexto, o uso mais comum do conceito de segurança alimentar limitava-se a centrar seus diagnósticos na *produção de alimentos* (PAULILLO; PESSANHA, 2002). Este enfoque tende a colocar como “determinantes externos” todos os elementos não integrados à atividade agrícola.

Em 1972/1974, na crise mundial de oferta de alimentos, a constatação da permanência da situação da fome e da subnutrição em nível mundial e da existência de grandes estoques de alimentos, fez com que a discussão da Segurança Alimentar se voltasse para a *capacidade de*

acesso da população aos alimentos. A questão do acesso alimentar divide a população entre a parcela dos consumidores regulares de alimentos (incluídos socioeconomicamente) na parcela dos vulneráveis quanto ao consumo de alimentos (excluídos socioeconomicamente).

Segundo Maluf (2000), pelo menos desde o fim da década de 1970 os diagnósticos passaram a assinalar os problemas de acesso aos alimentos como sendo a principal condicionante da segurança alimentar dos países e das famílias, ganhando proeminência os elementos determinantes do nível de renda familiar urbana e rural e o tratamento do fenômeno da pobreza. A partir daí fica clara a indissociabilidade entre pobreza e insuficiência alimentar.

Além de Maluf (1999), Galeazzi (1996) também reafirma, de modo geral, que a pobreza é a principal causa do acesso insuficiente ou custoso aos alimentos e, obviamente, da ocorrência da fome, a manifestação mais aguda de insegurança alimentar. Por isso, medidas gerais de combate à pobreza e de promoção da eqüidade social são condições necessárias para atender aos objetivos de segurança alimentar.

Na Oitava Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, em 1987, os países concordaram em adotar a seguinte definição:

> [...] o objetivo final da segurança alimentar mundial é assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que necessitem [...] a segurança alimentar deve ter três propósitos específicos: assegurar a produção alimentar adequada, conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte de quem os necessita. (GALEAZZI, 1996, p. 37).

Galeazzi (1996) dá destaque para os aspectos conjunturais e estruturais desta problemática e enfatiza que nesta definição integram-se quatro tipos de manifestações do problema alimentar:

1. os problemas conjunturais de disponibilidade agregada, que se referem à presença de lacunas cíclicas entre os níveis de produção e demanda alimentar;.
2. os problemas cíclicos ou estacionários de acesso, que se referem à presença de dificuldades ocasionais que enfrentam determinadas famílias para satisfazer seus requerimentos nutricionais básicos;
3. os problemas estruturais de disponibilidade agregada; e
4. os problemas estruturais de acesso.

Percebe-se até aqui que o conceito engloba os aspectos da oferta e do acesso aos alimentos, e ao frisar a *estabilidade no fluxo* coloca, também, a questão da regulação do abastecimento de tais alimentos.

Como fruto da consolidação do padrão alimentar das sociedades urbano-industrializadas mais desenvolvidas[7] e com a tendência mais recente de normatização dos direitos do consumidor e da busca pela qualidade, o termo *segurança alimentar* passou a incorporar também as questões relativas à qualidade dos alimentos e à saúde dos consumidores, focalizando preocupações com os aspectos sanitário e nutricional do alimento a ser consumido. Esta abordagem passou a ser denominada *Food Safety* (segurança do alimento). Assim, atualmente existe uma série de normatizações que chegam ao próprio processo produtivo na agricultura e na agroindústria, como as certificações de produtos orgânicos, as Boas Práticas de Fabricação, a Análise de Problemas e Pontos Críticos de Controle (APPCC), normas para rotulagem, etc.

Nota-se que este enfoque já aparece na definição de segurança alimentar dada pelo governo brasileiro, por ocasião da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996:

> [...] segurança alimentar significa garantir, a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana. (PAULILLO; PESSANHA, 2002, p.18).

Ao mesmo tempo em que há uma complexificação do conceito, existem ainda muitos aspectos externos a ele, porém intrinsecamente relacionados, que também contribuem para a garantia da segurança alimentar, como cita Hoffmann (1996): uma criança pode ter problemas graves de desnutrição, mesmo que tenha acesso a uma alimentação abundante e variada, se tiver, por exemplo, freqüentes diarréias causadas pelo consumo de água ou de alimento contaminado. Assim, o estado nutricional (e mais amplamente o estado de saúde) não depende apenas da alimentação, mas também do acesso a outras condições para uma vida saudável,

[7] Com a consolidação da industrialização da alimentação e o surgimento da distribuição em grande escala, que ocorre nos Estados Unidos desde o início do século XX, e um pouco mais tardiamente nas outras partes do mundo, consolida-se também o padrão alimentar das sociedades urbano-industrializadas. Com isto surge a necessidade de padronização e controle destes alimentos produzidos e distribuídos em grande escala. Temos como exemplo, que no início do século XX impõe-se nos EUA a obrigação de pasteurizar o leite (FISCHLER, 1998).

como moradia, abastecimento de água, condições sanitárias, acesso a serviços de saúde, educação, etc.

Atualmente, no Brasil, estas questões foram unidas à segurança alimentar, que passa a ser denominada Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

No ano de 2004, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) elabora o conceito utilizado no Brasil e adotado pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em setembro de 2006, em que segurança alimentar e nutricional é definida como:

> A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006).

Define Pessanha (1998, p. 2) que:

> Apreender com precisão o conteúdo de uma expressão polissêmica é tarefa complexa, pois o termo pode comportar diversos significados que refletem a sua apropriação por diferentes atores, tendo em vista os problemas relacionados à oferta e consumo de alimentos enfrentados pelos diferentes países em distintas condições históricas.

Os objetivos de SAN[8] estão centrados na erradicação da fome e da desnutrição, manifestações mais graves de insegurança alimentar. Sendo assim, constitui um objetivo estratégico e permanente de política pública orientada pelos princípios do direito humano, a alimentação adequada e a soberania alimentar. Sendo assim, é direito de cada país, definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população - soberania alimentar -, respeitando as múltiplas características culturais dos povos.

Com isso, o termo *segurança alimentar* sucintamente já enfocou as diferentes dimensões apresentadas, como a *produção de alimentos*, o *acesso* a estes alimentos e, mais recentemente, a *qualidade* dos mesmos.

[8] Importante ressaltar que a definição brasileira de SAN se diferencia não apenas por destacar a dimensão nutricional, mas também por reunir numa única noção os aspectos da disponibilidade (*food security*) e da segurança dos alimentos (*food safety*).

Neste estudo, a abordagem da SA está centrada na produção de alimentos e nas mais diversas manifestações da população – produtora e consumidora – frente à produção interna de alimentos e seu consumo a partir de uma política municipal de desenvolvimento local.

1.3 Desenvolvimento Local x Segurança Alimentar

Desenvolvimento local tornou-se um conceito e um instrumento de concertamento e diálogo social que coloca nas mãos dos seus beneficiários, os atores locais, a responsabilidade de desenhar e pôr em prática estratégias sustentáveis de inclusão social. Um dos fundamentos desse processo é a mobilização do potencial endógeno do território, os pontos fortes de cada meio local para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes

Pode-se afirmar, portanto, que as fórmulas tradicionais de desenvolvimento traduzidas aos países periféricos pelos países centrais não asseguram sequer condições mínimas de promover o bem-estar social, ou seja, desenvolver. Seguindo nesta lógica e partindo do pressuposto de que os programas, as políticas devam considerar tanto as necessidades locais quanto as potencialidades existentes para convencionar as questões socioeconômicas, o desenvolvimento local parece ser o mais adequado.

De acordo com Buarque (1999), desenvolvimento local[9] são *processos endógenos*, percebidos em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capazes de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Em nível local representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social, fruto da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. Para que o processo contemple a sustentabilidade, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Para Barquero (1988), a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional/local, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos

[9] O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. Como diz Arto Haveri, "as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões." (HAVERI apud BUARQUE, 1999, p. 9).

disponíveis em sua área e ao seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Pode-se identificar duas dimensões no desenvolvimento local, endógeno: a primeira, econômica, na qual a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da forma mais producente possível, os fatores produtivos da região; a segunda, sociocultural, em que os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

O desenvolvimento local baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas de um território, visando à consolidação de um desenvolvimento verdadeiramente endógeno e criando condições sociais, políticas e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas e fortalecimento dos laços orgânicos de solidariedade local.

Apesar do meio rural ser entendido como local, onde a população dispõe de condições mesmo que mínimas, de prover seus alimentos a fim de colocá-los em melhores situações que a população urbana, essa situação nem sempre se verifica. É bem provável que possa estar intimamente relacionada às políticas nacionais de desenvolvimento rural adotadas até há pouco tempo, que não consideravam as particularidades sociais existentes.

O desenvolvimento, por muito tempo, esteve baseado apenas no setor urbano/ industrial. Os municípios, estados e regiões buscavam atrair indústrias para as pequenas e médias cidades, apostando seus escassos recursos (públicos), neste modelo, buscando gerar empregos e aumentar a arrecadação fiscal, para melhorar a situação econômica dos municípios/ estados. Mesmo que por muito tempo esta perspectiva tenha norteado as ações de administrações governamentais, hoje este desejo vem se restringindo a um número menor de municípios.

Contudo, a história não suprimiu a agricultura familiar, estando cada vez mais presente em todas as regiões do país como um segmento de importância econômica e social do meio rural, com grande potencial de desenvolvimento local. A agricultura familiar tem sido vista como um setor estratégico para a manutenção e recuperação de emprego, redistribuição de renda e garantia da soberania alimentar do país.

A importância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento sustentável tem sido consenso tanto no meio acadêmico quanto político (VIANNA; WEHRMANN; DUARTE, 2007). As funções da agricultura familiar vão além do plano estritamente econômico, em especial destacam-se:

> i) a garantia da sobrevivência da unidade familiar, ii) geração de emprego, que também é analisada como fator de melhoria social, iii) preservação ambiental, iv) o resgate de um modo de vida que associa conceito de cultura, tradição e identidade, v) a valorização do local e de seu desenvolvimento, especialmente na conformação de novas territorialidades. (DUARTE; ZAYAGO, 2006 apud VIANNA; WEHRMANN; DUARTE, 2007, p. 103).

Deste modo, pode-se afirmar que a agricultura familiar vem se afirmando nos debates e as políticas agrícolas voltadas a este segmento poderão se constituir em importantes estratégias de combate à fome e à pobreza, à medida que se intensificar a produção e a oferta de alimentos às populações.

De acordo com Maluf (2001), a soberania alimentar é condição para atingir a SA, e esta somente acontecerá se houver profundas mudanças nas políticas públicas voltadas ao meio rural, percebendo e valorizando as qualidades intrínsecas da agricultura familiar e o seu papel nos processos de desenvolvimento econômico e na redução da pobreza. Segundo o mesmo autor, a importância da agricultura familiar no provimento para a sociedade de produtos agroalimentares ainda é bastante significativa, apesar das dificuldades e do apoio insuficiente que recebe. De um total aproximado de 4,8 milhões de estabelecimentos rurais no Brasil, 4,1 milhões são classificados como unidades familiares.

A agricultura familiar, segundo Norder (2004), não pode ser analisada simplesmente como produtora de alimentos necessários para a construção de segurança alimentar, mas deve ser vista também como um segmento que é ao mesmo tempo produtor e beneficiário da segurança alimentar. Trata-se, portanto, da necessidade de considerá-la como parte do projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, sendo que as políticas agrárias, agrícolas e sociais devem aumentar a oferta de alimentos e também aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural.

Com o exposto acima, é importante que o segmento familiar rural seja cada vez mais reconhecido pelos governantes e pela sociedade, devido à acuidade econômica e social que exerce no processo de desenvolvimento e segurança alimentar de um país, sobretudo quando se trata de um país com setor agrícola centrado na agricultura do tipo familiar.

1.4 Agricultura Familiar

Atualmente o Brasil conta com, aproximadamente, 4,1 milhões de estabelecimentos rurais que desenvolvem agricultura familiar, envolvendo diretamente cerca de 25 milhões de

pessoas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o setor é responsável pela oferta de 70% dos produtos que compõem a cesta básica, ocupa 80% da mão-de-obra rural, responde por 40% do valor bruto da produção agropecuária nacional e obtém em média três vezes mais renda por hectare cultivado. Esses números mostram a enorme importância desse grupo de produtores para a agricultura e para a economia nacional.

A agricultura familiar tem suas raízes no campesinato, com grande destaque nas relações propriedade, trabalho e família. Porém, diferencia-se na relação econômica e isso principalmente por conseqüência da modernização e capitalização do setor agropecuário. Deste modo, poder-se-ia afirmar que a agricultura familiar modifica-se conforme a sociedade se transforma.

Um dos maiores méritos é que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações e o trabalho da família assume importância decisiva.

Há um consenso entre alguns autores (VEIGA, 2001; MOLINA FILHO; BURKE, 1979) de que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Para Wanderley (1994), a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e nas quais o campesinato corresponde a uma dessas formas particulares dessa agricultura.

A agricultura familiar é compreendida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/INCRA, 2000) quando: “a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado na maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.”

Assim, a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos com áreas relativamente pequenas ou médias, cuja gestão e trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido pelos proprietários.

A concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise centra-se nos estudos da FAO/INCRA (1994), que divide a exploração agrícola em modelo patronal e

familiar de acordo com os seguintes critérios (VEIGA, 2001): considera-se modelo *agrícola patronal* aquelas unidades que apresentam completa separação; em que a organização está centralizada, com ênfase à especialização e práticas padronizáveis; com predomínio do trabalho assalariado e uso de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento". Já o modelo *agrícola familiar* caracteriza-se pela relação íntima de trabalho e gestão; processo produtivo diretamente assegurado, pelos proprietários ou arrendatários; ênfase na diversificação; com ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida; com trabalho assalariado complementar; tomada de decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) objetiva estabelecer diretrizes e ações que levem ao desenvolvimento rural e à integração dos produtores familiares no mercado. Realiza, portanto, uma classificação dos *agricultores familiares brasileiros*, distinguindo-os em três categorias: *consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência*, segundo metodologia proposta por Molina Filho e Burke (1979) e FAO/INCRA (2000).

Empresários do setor são caracterizados como produtores *consolidados*, com boa liderança nas comunidades, que buscam assistência técnica e creditícia, possuindo poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 hectares, com concentração próxima a 50 hectares.

Com menor nível de organização que os *consolidados*, os produtores em *transição* buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 hectares, com concentração próxima a 20 hectares.

Ainda de acordo com a FAO/INCRA (2000), *os produtores familiares periféricos ou de subsistência* caracterizam-se por utilização do crédito rural nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente têm dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado o agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, em que a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 hectares, com concentração abaixo de 20 hectares.

O Manual de Crédito Rural (PRONAF, 2005) descreve como agricultura familiar aquela que se enquadra nos seguintes critérios: a renda familiar bruta prevista não pode ultrapassar a R$ 27.500,00, com rebate de 50% para atividades de avicultura, piscicultura e sericicultura. Esta renda deverá ser de 80% proveniente da exploração agrícola; a propriedade não pode ter mais que quatro módulos fiscais; a propriedade deve manter, no máximo, dois empregados permanentes, sendo admitida ainda, como recurso eventual a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir.

Tem-se apostado na agricultura familiar como a forma de organização de produção mais ajustada aos preceitos de desenvolvimento local sustentável, à medida que suas organizações são estimuladas na presença de políticas publicas a fazer parte como protagonista, das ações de construção do desenvolvimento local.

CAPÍTULO 2 – DESENVOLVIMENTO LOCAL: PACTO FONTE NOVA

O Estado do Rio Grande do Sul possui uma área de 281.748,5 km^2, distribuída entre os 496 municípios, que corresponde a 3,32% do território brasileiro com uma população estimada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), para 2006, de 10.963.219 habitantes, 6% do total da população brasileira. Do total de municípios, 333 apresentam uma população inferior a 10.000 habitantes, o que Silva Neto e Frantz (2003) definem como municípios rurais. Alem disso muitos destes passaram por processos emancipatórios recentes que ocasionaram uma base territorial intensamente fragmentada com uma rede urbana formada de núcleos de pequeno contingente populacional inferior a 10.000 habitantes. O Estado do Rio Grande do Sul ocupa a quinta posição no ranking dos estados mais urbanizados.

De acordo com a abordagem de Veiga (2001), entretanto, somente 42 municípios do Estado são considerados urbanos, uma vez que apresentam população entre 50.000 e 100.000 mil habitantes e densidade demográfica superior 80 hab/km². A densidade demográfica média do Estado do Rio Grande do Sul é de 36 hab/km². O Norte do Estado, mais especificamente as regiões[10] Fronteira Noroeste, Norte, Médio Alto Uruguai e Noroeste Colonial apresentam densidades superiores ou bem próximas à média estadual.

O senso demográfico, realizado pelo IBGE, apresenta a densidade demográfica dos municípios e os espaços onde a população reside – rural ou urbano. Tais dados são utilizados como critérios no planejamento de políticas públicas e na distribuição dos recursos destinados aos programas e projetos que têm como beneficiários estes dois segmentos populacionais.

[10] Segundo Schwartzman (1983), a divisão geográfica dos estados em regiões ou microrregiões é um detalhamento do que ocorre num sistema político nacional como um todo. O estudo das regiões seria uma espécie de aprofundamento no detalhe, para o entendimento do processo político e social como um todo. O autor entende que essa perspectiva vem associada à tendência de pensar o fenômeno político e o fenômeno social junto com o fenômeno econômico, a partir de categorias gerais e abrangentes, tais como determinadas classes sociais, determinadas formas de produção, determinados estágios do processo de desenvolvimento.

O tamanho da população de um município é utilizado para separar o urbano do rural. Pode-se dizer que há um certo entendimento entre os pesquisadores em considerar rurais os municípios com menos de 20 mil habitantes, mas densamente povoados os municípios em áreas metropolitanas. Essa situação coloca a densidade como variável importante na classificação de município rurais e urbanos. A dimensão demográfica deve ser considerada no reconhecimento dos espaços rurais, pois ela reflete uma realidade particular cuja determinação se encontra na natureza das atividades, na cultura e, fundamentalmente, na relação diferenciada com a natureza (VEIGA, 2002).

2.1 Histórico do Município de Crissiumal

O município de Crissiumal está localizado na região Noroeste Colonial, às margens do Rio Uruguai, inserido na Microrregião Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser observado na Figura 1. Emancipado em dezembro de 1954 do município de Três Passos, Crissiumal conta hoje com 15.169 habitantes (IBGE, 2004), sendo que destes, 62% encontram-se na zona rural. O município possui 2.374 propriedades rurais com área média de 11,0 hectares e uma produção primária composta pela pecuária leiteira, produção de fumo, soja, milho, trigo, suínos e outros.

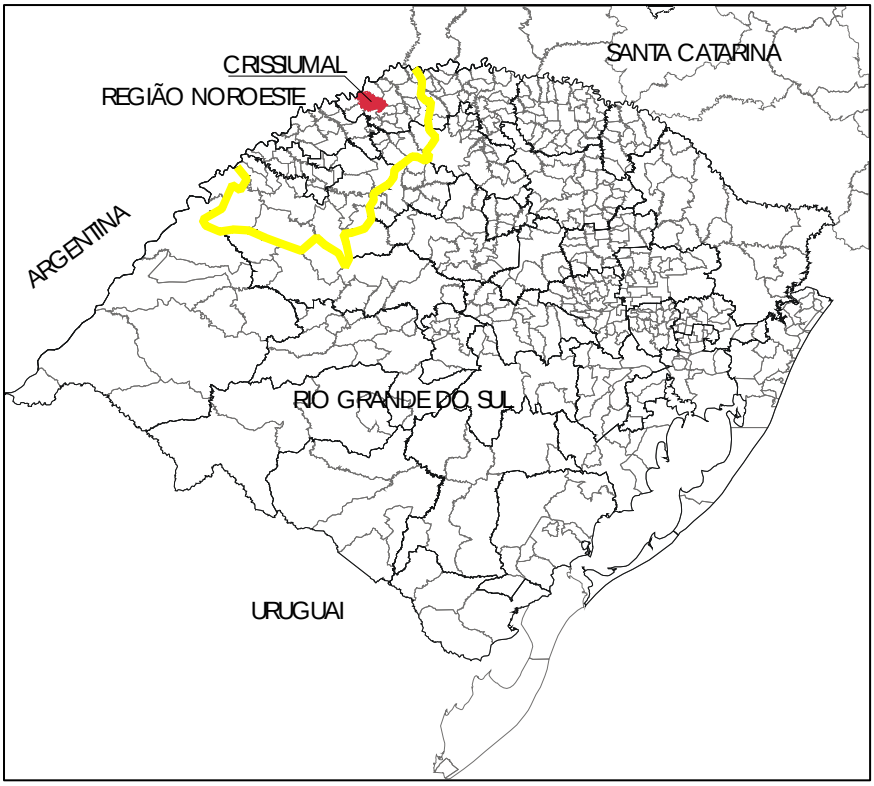


Figura 1 – Mapa de localização do município de Crissiumal na Região Noroeste do Estado do RS.

Na década de 60, o município contava com aproximadamente 30 mil habitantes, 2.384 famílias no meio rural e 43 estabelecimentos voltados à industrialização da produção (na época não eram denominadas agroindústrias). A produção agrícola era basicamente voltada à subsistência, com exceção da soja, milho e trigo. Nos anos 90, 30 anos depois de sua emancipação, observa-se uma redução drástica no seu contingente populacional, chegando a 15 mil habitantes, característica semelhante à de outros municípios da Região Celeiro. Cabe salientar que este comportamento persistiu de forma intensa por vários anos em todo o país. Entretanto, algumas mudanças passam a ocorrer a partir do ano de 1996, quando a população rural apresenta um crescimento de 31,6 milhões em 1996 para 32,6 milhões em 1999 - praticamente um milhão a mais de pessoas residindo nas áreas rurais do país em três anos[11] (DEL GROSSI, 2001).

As décadas de 70 e 80 foram marcadas pela migração em direção aos centros maiores, movimento que foi condicionado por vários fatores, como ausência de subsídio agrícola, mecanização – Revolução Verde –, monocultura extensiva, mão-de-obra excedente, industrialização, que de certa maneira contribuíram para expulsar a população rural de seu meio ou então condicioná-la à adoção de uma nova matriz produtiva, nem um pouco adequada à agricultura familiar.

É importante ressaltar que a região como um todo perdeu particularmente jovens por absoluta falta de emprego, pelo baixo nível de industrialização e, principalmente, devido à falência do modelo agrícola fundamentado essencialmente na monocultura. Este modelo promoveu a redução significativa do PIB em municípios constituídos por pequenas propriedades rurais. Em 2000, dos 21 municípios da Região Celeiro, sete tinham PIB inferior a US$ 2.000,00/habitante, contra uma média de US$ 5.200,00/habitante no Estado do RS.

O município de Crissiumal faz parte de um conjunto de mais 21 municípios da "Região Celeiro" em que predomina uma situação de pobreza, atualmente encontra-se estruturado em pequenos e médios empreendimentos, tanto na agricultura quanto nos demais setores econômicos. Municípios com características econômicas semelhantes à de Crissiumal, onde a agricultura se caracteriza como familiar ou de pequeno porte, são extremamente

[11] É bom lembrar que em 1996 o IBGE realizou uma contagem populacional que definiu os novos pesos de expansão das amostras nas PNADs de 1997 em diante, bem como corrigiu os pesos utilizados nos anos anteriores (1992, 1993 e 1995) (DEL GROSSI, 2001).

dependentes de programas capazes de vitalizar as atividades desenvolvidas no meio rural, promovendo assim o fortalecimento da economia local.

Segundo o último Censo Agropecuário de 1996, a agricultura do município de Crissiumal pode ser classificada de acordo com o tamanho das propriedades e sua relação. O território rural está divido em: proprietários estabelecidos com média de 13 hectares; arrendatário com 9 hectares; parceiro com 9,4 hectares; ocupante com 7,2 hectares, correspondendo a uma distribuição média de 11 hectares.

O modelo agrícola de Crissiumal não se caracteriza como *propriedade familiar* simplesmente pela quantidade de terra disponível mas, principalmente, devido à relação estabelecida com os meios de produção, em que a gestão e o trabalho são de responsabilidade dos membros da família, os quais dirigem o processo produtivo e dão ênfase à diversificação, utilizando o trabalho familiar como meio de reprodução.

2.2 Programa de Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento rural tem sido um dos mais importantes desafios, dentre os que se apresentam para muitas instituições e governos. As maiores necessidades dessas instituições são estudos de inventário de recursos naturais (estudos de impacto ambiental), monitoramento ambiental, mercado e resultados e outros trabalhos indispensáveis ao planejamento, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento socioeconômico sustentado do espaço rural.

O maior desafio para os governantes é identificar atividades econômicas rentáveis e competitivas para aumentar a renda e gerar empregos produtivos para a mão-de-obra desempregada ou subutilizada no meio rural.

A necessidade de qualificar as atividades rurais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, somente será alcançada com a vontade dos habitantes do meio rural, articulação com política governamental e demais atores sociais que sejam capazes, de maneira conjunta, encarar o próprio desenvolvimento local.

Pensar no desenvolvimento rural carece inicialmente de uma organização institucional e da participação de maneira efetiva da população beneficiada na discussão de suas próprias

prioridades: infra-estrutura básica de água, habitação e serviços sociais de saúde e educação, buscando com isso possibilidades de resolução das dificuldades mais elementares da população rural, que em muitas vezes acabam sendo entraves para o desenvolvimento.

O comprometimento e o desejo pelo desenvolvimento local devem ser mútuos entre os diversos atores sociais que buscam alternativas capazes de produzir resultados positivos no campo econômico e social. Além disso, há que se considerar a liberdade dos indivíduos como elemento constitutivo básico. Nessa visão, as políticas públicas devem observar, valorizar e estimular os indivíduos a serem agentes ativos de mudanças, promovendo a ampliação de suas capacidades individuais, respeitando seus valores e objetivos e favorecendo a oportunidade para a comunidade obter resultados coletivos e valiosos com eficácia social, ratificando assim, a capacidade de construção de uma sociedade por meio da participação (SEN, 2000).

Após a segunda metade da década passada, a administração do município de Crissiumal começou a analisar a situação local. Baseado em um estudo desenvolvido por alunos, em conjunto com a Emater/RS, identifica-se que o município apresenta um alto grau de dependência alimentar para 75 produtos dos 84 pesquisados, sendo apenas nove alimentos produzidos com auto-suficiência.

Tal situação parece não condizer com as características rurais do município, principalmente no que se refere à distribuição do espaço territorial rural. A área rural do município é constituída por mais de 2.700 propriedades rurais, com área média inferior a 11 hectares por propriedade – agricultura tipo familiar – com aproximadamente 60% da população vivendo na área rural. Diante desta constatação parece clara a ineficiência das políticas públicas; assistência técnica inadequada e modelos de desenvolvimento não compatíveis com este setor, colocando-os em situação de “abandono”, “exclusão” econômica e social.

Segundo estudo desenvolvido pela Embrapa (1998), a política modernizadora da agricultura foi responsável pelas grandes modificações no perfil técnico-econômico, gerando uma grande concentração de terras e de renda no meio rural, marginalizando, do processo, mais de dois terços da população que vive no campo

Frente às condições socioeconômicas e a dependência alimentar, as lideranças municipais se mobilizam com a finalidade de implantar um programa de desenvolvimento capaz de agregar o saber fazer com as demandas por meio dos recursos humanos, culturais, sociais e ambientais existentes.

Deste modo, no ano de 1998 foi criado o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, de Crissiumal[12], baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica por meio de alteração da matriz produtiva. Destinada aos pequenos proprietários rurais, o programa visa fortalecer a economia local com a produção de alimentos e produtos até então trazidos de outros municípios e regiões. Segundo os gestores do programa, algumas condições facilitaram a sua criação: o bom entendimento e a união de todas as lideranças locais; o sucesso alcançado pelo Programa de Fortalecimento da Atividade Leiteira – Via Láctea; e os resultados da Análise da Dependência Alimentar[13].

O programa buscou desenvolver atividades que viabilizassem o setor agropecuário (base econômica do Município), sem alterar a estrutura do espaço agrário, organizado em pequenas propriedades, entendendo que a implantação de um novo modelo de desenvolvimento direcionado a este segmento se fazia necessário para fortalecer o agricultor familiar e a economia local.

Em outubro de 1998, lideranças locais conheceram outras experiências de desenvolvimento em diferentes Estados. No mês de dezembro deste mesmo ano aconteceu o *Primeiro Seminário de Alternativa da Agricultura Familiar*, que reuniu cerca de 500 produtores rurais, ocasião em foi apresentado à sociedade os resultados da pesquisa realizada com produtores e consumidores.

Este programa inicia com a sensibilização dos produtores, realizada em uma semana de campo, em que os produtores participavam de palestras, oficinas e outras atividades direcionadas à produção agroalimentar. Todos os produtores receberam incentivo financeiro de duzentos reais para investir na melhoria das instalações rurais.

Na busca pelo entendimento e com a intenção de mobilizar a sociedade como um todo, a Associação Comercial e Industrial (ACI) organizou o *II Seminário de Alternativas da Agricultura Familiar* para discutir juntamente com os empresários locais alternativas que viabilizassem tanto a produção como a comercialização dos produtos oriundos do interior do

[12] O Programa de Desenvolvimento Pacto Fonte Nova configura-se num modelo de desenvolvimento endógeno por considerar as potencialidades locais – recursos naturais, humanos e físicos.

[13] Resultados da pesquisa realizada por alunos da Escola Municipal Poncho Verde, juntamente com apoio da Emater de Crissiumal, apontaram a dependência alimentar do município no ano de 1997. Segundo os gestores municipais, esta situação era passível de solução, mediante a adoção de políticas voltadas aos produtores rurais – agricultura familiar – por meio da intensificação da produção de alimentos destinados ao consumo da população local, elevando o município a um melhor nível de soberania alimentar.

município. Mesmo com o entendimento da proposta surgiram preocupações entre os comerciantes em relação a vários aspectos, como condições de produção, volume, qualidade, preço e fidelidade nos acordos. O programa foi se constituindo, ganhando forma à medida que relações entre o setor produtivo e do comércio eram consolidadas por meio do cumprimento dos acordos firmados[14].

Diante da preocupação dos comerciantes e com o apoio formalizado destes ao programa, foi envolvido um terceiro elemento na proposta, o *consumidor*. A sociedade – consumidores – é convidada para atuar junto aos demais segmentos no fortalecimento do programa.

Por intermédio de uma política pública municipal, somada ao empenho de diversos segmentos sociais, o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova é implantado mediante acordos firmados entre *produtores, comerciantes* e *consumidores,* com apoio do poder público e privado, tendo como principais objetivos:

> [...] inserção do produtor rural (pequeno e médio) no processo produtivo com incentivo à produção e ao processamento de produtos *"in natura"* de origem animal e vegetal, assim como em outras atividades industriais afins; agregar maior valor à produção, aumentar a renda familiar e geração de empregos. (MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL, 2000, p. 1).

A coordenação e execução do programa são desenvolvidas pela gestão municipal – servidor público – em conjunto com várias entidades ligadas ao Pacto Fonte Nova; Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater); Cooperativa de Técnicos da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul Ltda (Unitec); Cooperativa Mista Tritícola de Campo Novo Ltda (Cotricampo); Cooperativa Tritícola Mista Alto Uruguai Ltda (Cotrimaio); Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Crissiumal (STR); Sindicato dos Empregados Rurais; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Crissiumal (Adesco); Associação Comercial e Industrial (ACI); Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Cabe a este conjunto de entidades a realização de várias atividades que variam de acordo com as suas especificidades, entre elas: coordenar e administrar o programa; celebrar convênios e contratos com outras instituições governamentais ou não-governamentais, no

[14] O produtor garantia a produção em quantidade e qualidade suficiente para abastecer os mercados e o comerciante garantia a comercialização desses produtos, sendo que os acordos firmados deveriam ser respeitados por ambos.

âmbito do programa e na forma da legislação em vigor; divulgação do programa; selecionar e cadastrar os beneficiários; elaborar, avaliar e acompanhar o projeto para a instalação; fornecer assistência técnica para capacitação dos pequenos e médios produtores rurais em administração geral da agroindústria, da propriedade rural e na produção de matéria-prima e processamento dos produtos; realizar o controle higiênico-sanitário da matéria-prima *in natura* dos produtos em fase de processamento e pontos para a comercialização; encaminhar os produtos de origem animal e vegetal para análise laboratorial afim de certificação de qualidade dos mesmos, a cada seis meses; cabe aos técnicos responsáveis pela área afim, conforme organograma do programa, a fiscalização dos produtos nas diversas etapas de processamento industrial, bem como a suspensão da comercialização dos mesmos, desde que não atendam às normas higiênico-sanitárias. As agroindústrias que elaboram produtos de origem animal deverão encaminhar registro junto à Coordenadoria de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal (CISPOA), a fim de viabilizar a comercialização para todo o Estado; as agroindústrias que elaboram produtos de origem vegetal deverão encaminhar registro junto ao Ministério da Agricultura e ou em conformidade com as normas estabelecidas pelo órgão competente para o processamento e comercialização dos referidos produtos.

Junto com a implantação do programa Fonte Nova, criou-se também o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), órgão que exerce o papel de fiscalizador das condições sanitárias assim como de educador, orientando os produtores quanto ao atendimento às legislações vigentes no país.

Os profissionais técnicos que prestam assistência ao programa – produtores associados – são funcionários públicos alocados em outros setores, desempenhando todas as funções que lhe cabem, com abrangência em todo o território do município de Crissiumal/RS. Desta forma, o programa ainda não dispõe de uma equipe exclusiva de profissionais técnicos.

O programa, ao longo dos anos, vem sendo consolidado pela soma de esforços entre os diversos segmentos da sociedade. A busca constante por qualificação que pode ser expressa pela criação da marca Fonte Nova (Selo de Qualidade), surge com o objetivo de facilitar a identificação do produto e ao mesmo tempo assegurar a qualidade ao consumidor, tornando-o mais competitivo e reconhecido no comércio local e regional.

Mediante efetivação do programa Pacto Fonte Nova, instituiu-se em 11 de dezembro de 2002, a *Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais do Pacto Fonte Nova*

Ltda – COOPER FONTE NOVA. Trata-se de uma sociedade simples, sob o regime societário de cooperativa, que tem como objetivo facilitar a comercialização dos produtos locais, respondendo como pessoas jurídica aos associados.

A cooperativa surgiu com a finalidade principal de viabilizar aos produtores associados a comercialização dos produtos com encargos reduzidos, garantindo desta maneira a condição de segurado especial[15] aos produtores rurais que assim desejarem. Desta forma, a cooperativa torna-se o representante jurídico, respondendo legalmente em nome dos associados no processo de comercialização.

A Cooper Fonte Nova tem como princípio básico:

> [...] promover a inclusão social dos agricultores familiares, a agregação de valores à produção agrícola e à agroindustrialização artesanal de alimentos, gerando renda e emprego por intermédio de um processo de participação e de igualdade social bem como fomentar o acesso às tecnologias, à assistência técnica, ao crédito e à comercialização de seus produtos. (COOPER FONTE NOVA, 2002, p. 1).

Atualmente, a cooperativa conta com 132 associados[16], entre eles 44 desenvolvendo atividades agroindustriais e 88 com atividades centradas na produção e comercialização de produtos *in natura* com menor uso de tecnologias, ou minimamente processados – higienização, embalagem. Independente da atividade desenvolvida todos os associados apresentam-se perante o programa em condições de igualdade quanto aos benefícios previstos no regulamento.

O Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, juntamente com instituições, programas e demais políticas públicas existentes no município (PNAE, Fome Zero, ABEMEC e APAE), articulam-se entre si, aumentando sua eficiência.

Cabe ressaltar que no processo evolutivo do programa vem ocorrendo a adesão progressiva do segmento urbano. A população local reconhece e valoriza o compromisso mútuo assumido entre as partes e sente-se parte integrante do processo de desenvolvimento local.

---

[15] O produtor rural é considerado segurado especial do INSS quando exerce atividades rurais individualmente ou em regime de economia familiar, com ou sem auxílio eventual de terceiros, ficando sujeito à perda desta condição quando constitui empresa, passando da condição de pessoa física para jurídica.

[16] A grande maioria dos produtos produzidos pelos associados, tanto produtos *in natura* como os transformados é comercializada pela Cooperativa, tendo como destino principal o provimento do abastecimento alimentar das instituições públicas do município, entre elas 10 Escolas Municipais, 10 Escolas Estaduais, 2 creches, 1asilo, APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), Associação do Bem-Estar do Menor de Crissiumal (ABEMEC) e cestas básicas (Programa Fome Zero).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Este capítulo consiste na apresentação dos procedimentos metodológicos adotados para obtenção e análise dos dados que possibilitem atingir os objetivos propostos no início do estudo. Pela natureza do objeto a ser abordado – qualidade de vida e segurança alimentar – foi necessário conjugar métodos de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa por serem complementares entre si, capazes de revelar com maior clareza a realidade de determinada situação. Segundo Minayo (1992), "[...] a quantidade e a qualidade são inseparáveis e interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo."

O aspecto qualitativo consistiu na apreensão e análise do discurso de diferentes segmentos da população de Crissiumal, buscando compreender questões relacionadas ao comportamento alimentar, aos conceitos de alimentação saudável e, essencialmente, ao programa de desenvolvimento agroindustrial na promoção do desenvolvimento local, qualidade de vida e de segurança alimentar. O presente estudo desenvolveu-se junto a três segmentos da sociedade do município de Crissiumal, ou seja: produtores, consumidores e comerciantes, associados ao Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova.

A pesquisa qualitativa, no entendimento de Minayo (1996), não tem por objetivo central a preocupação em quantificar, mas sim compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de ações, crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalha com a vivência, a experiência, a cotidianidade e a compreensão das estruturas e instituições como resultados da ação humana objetivada.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários semi-estruturados (Anexos 1, 2 e 3), mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 5). Para Minayo (1996), a entrevista semi-estruturada na pesquisa qualitativa "é o procedimento

mais usual no trabalho de campo. Por meio dela o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais", concordando com Triviños (1992, p. 146), que define a entrevista semi-estruturada como uma das melhores formas de coleta de dados, pois,

> [...] parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Ainda, segundo o mesmo autor, as perguntas que constituem a entrevista semi-estruturada resultam não somente da teoria, mas também das informações recolhidas a respeito do fenômeno social que interessa, não sendo menos importante seu contato, incluindo os entrevistados. As questões norteadoras encontram-se no Anexo 4.

3.1 Local do Estudo

O presente estudo foi desenvolvido no município de Crissiumal/RS, com diversos segmentos da sociedade que se relacionam sob diversas formas com o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova, cuja categorização surgiu por conta das relações existentes – sociedade Pacto Fonte Nova – constituindo-se desta forma diversos segmentos sociais. Neste estudo foram identificados e abordados três diferentes segmentos que compreendem o pacto associativo: famílias produtoras associadas, população consumidora e comerciantes dos produtos Fonte Nova. As famílias produtoras associadas ao Programa, na sua grande maioria, podem ser classificadas como de agricultura familiar, decorrente das características físicas e sociais existentes.

Embora o presente trabalho não utilize uma abordagem estatística, houve a preocupação de contemplar a diversidade de situações a partir da consideração dos diversos espaços geográficos. Com esta finalidade, inicialmente foi identificada a área territorial do município e as entrevistas foram realizadas de forma a contemplar a pluralidade de situações. As áreas de estudo foram localizadas em diferentes pontos geográficos do município de estudo - rural e urbano -, sendo que a amostragem foi do tipo intencional. A saturação das informações foi o critério utilizado para determinar o tamanho da amostra. Esse método foi utilizado com o segmento produtivo e com a sociedade consumidora, como mostram as Figuras 2 e 3.

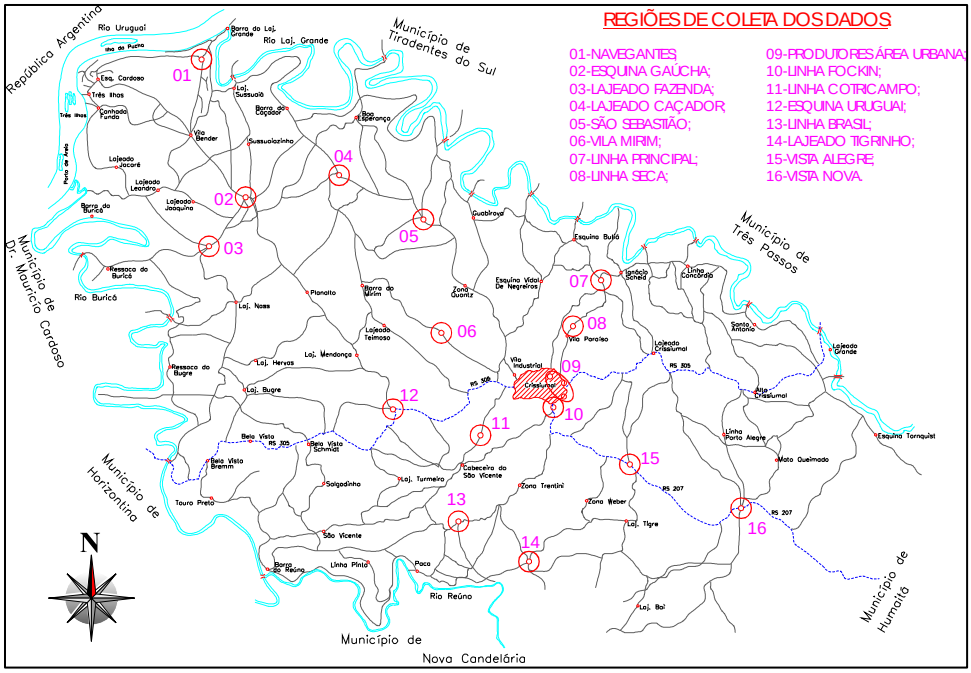


Figura 2 – Mapa do território do município de Crissiumal/RS, áreas rural e urbana e a indicação das regiões de coleta de dados.

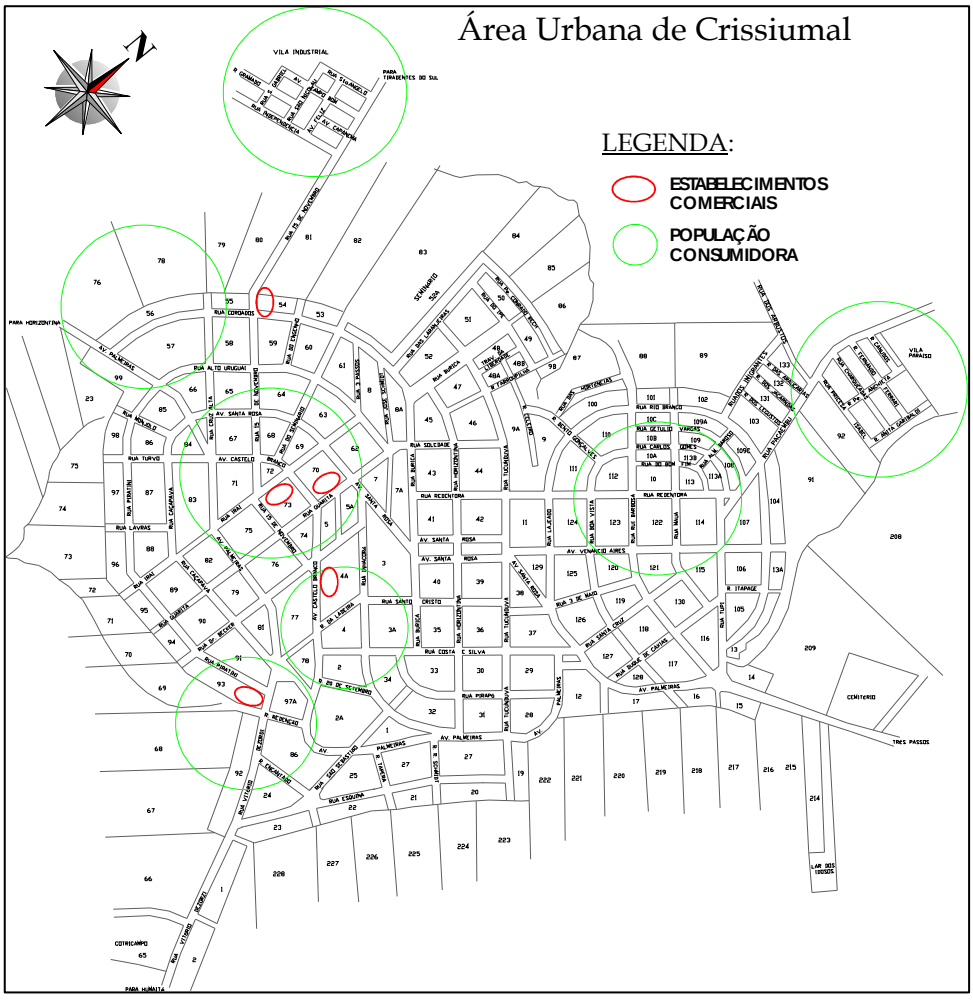


Figura 3 – Mapa do perímetro urbano do município de Crissiumal/RS, indicando os estabelecimentos comerciais e a população consumidora.

3.2 Sujeitos da Pesquisa

Foram sujeitos da pesquisa a população de Crissiumal, categorizada em três segmentos sociais: famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, população consumidora e comerciantes que comercializam os produtos Fonte Nova em seus estabelecimentos, constituindo uma amostra não probabilística de 86 famílias e comerciantes. Do universo de 132 famílias associadas ao programa, participaram desta pesquisa 21 famílias produtoras associadas ao Pacto Fonte Nova, 60 consumidores e cinco comerciantes.

a) *Famílias Associadas ao Programa* – participaram da pesquisa um membro de cada família – responsável, esposa ou filho.
b) *População Consumidora* – a pesquisa com esta população ocorreu de maneira aleatória, nos mais diversos espaços geográficos do meio urbano.
c) *Comerciantes* – Dos sete estabelecimentos que comercializam produtos Fonte Nova no município, participaram da pesquisa um representante de cada estabelecimento, num conjunto de cinco estabelecimentos.

3.3 Procedimento Metodológico de Análise dos Dados

Por tratar-se de um processo que abrange uma série de dimensões, e por vislumbrar dificuldades em confinar essa complexidade toda a uma avaliação quantitativa, optou-se por estruturar o projeto na perspectiva de uma abordagem qualiquantitativa, a partir de questionário com questões semi-estruturadas como ferramenta principal de pesquisa.

A entrevista semi-estruturada é um método de coleta de informações em que se dispõe de uma série de “temas-guia”, relativamente abertos, que têm o propósito de receber informações sobre o assunto em estudo diretamente dos atores sociais envolvidos com a questão.

A ordenação dos dados foi realizada por meio do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), proposto por Lefévre e Lefévre (2000), que busca resgatar o discurso coletivo a partir dos discursos individuais e tem sido empregado na análise de situações na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Segundo os autores, a proposta do DSC tem como finalidade fazer as devidas correlações que um coletivo traz em suas falas, carregadas de valores intrínsecos que são próprios da cultura. Tais valores se apresentam no cotidiano desses sujeitos sociais.

Com base em Lefévre e Lefévre (2000), foram coletados depoimentos sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, visando expressar o pensamento de uma coletividade. Sendo assim, um determinado pensamento expresso por um determinado indivíduo pode não espelhar suficientemente o pensamento dele mesmo, pois sua resposta não atualizou as possibilidades presentes em sua cultura. Dessa forma, a resposta de um ajuda a entender, complementar ou esclarecer o pensamento de outro.

O DSC, de acordo com os mesmos autores, é um discurso abstrato realizado a partir de discursos particulares concretos "desparticularizados", finalizando um ou vários discursos comuns. No processo de "desparticularização" retiram-se dos discursos individuais marcas que identifiquem situações particulares que dizem respeito à história do indivíduo, como doenças, nomes, datas, histórias individuais, entre outras. Na composição dos discursos coletivos o pesquisador pode construir um discurso coletivo usando somente parte do material de um dado depoimento, e com outra parte compor outro discurso. O DSC é uma descrição ou representação discursiva do imaginário social, possuindo como objetivo/compromisso sua própria clareza, coerência semântica e didatismo.

O imaginário social, na percepção dos autores, é uma representação social na forma de matéria-prima discursiva que permite aos indivíduos produzirem pensamentos, crenças, sentimentos, entre outros, para serem inter-relacionados na sociedade em que vivem e nos grupos a que pertencem.

Para a construção do DSC, os autores criaram um conjunto de figuras metodológicas: *Temas*, Idéias Centrais (IC) e Expressões Chave (ECH). Para Lefévre e Lefévre (2000, p. 18), a Idéia Central "poderia ser entendida como a(s) afirmação(ões) que permite(m) traduzir o essencial do conteúdo discursivo explicitado pelos sujeitos em seus depoimentos." Assim, ela se constitui na veracidade das Expressões Chave de cada entrevista.

As Expressões Chave consistem em "transcrições literais de parte dos depoimentos, que resgatam o essencial do conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento." (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2000, p. 18). Segundo os autores, as ECHs são uma prova das idéias centrais e vice-versa. É, na maioria das vezes, por meio das ECHs e ICs que

se constrói o Discurso do Sujeito Coletivo. As ICs são o que o entrevistado quis dizer e as ECHs como isso foi dito.

Os autores descrevem que as ECHs são concretas, expressivas, descritivas, abundantes, afetivas, literárias, ao contrário das ICs que são abstratas, conceituais, sintéticas, frias e poucas. Nessa construção metodológica, segundo os autores, não é fácil extrair a IC de um discurso. Para isso, em algumas ocasiões, se faz necessário fazer o texto passar por uma operação de tematização. Assim, a IC é a expressão do que se quis dizer, enquanto o *tema* diz respeito ao assunto em pauta, ou seja, sobre o que o texto trata. Não é sempre possível estabelecer uma distinção clara entre IC e *tema*, pois na análise empírica, muitas vezes, essas figuras se confundem. Às vezes, o *tema* revela o posicionamento do depoente.

O Discurso do Sujeito Coletivo é a principal das figuras metodológicas, pois é um rompimento com a lógica quantitativo-classificatória, que busca "resgatar o discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos." Deve ficar claro que com o DSC os discursos não se anulam ou se reduzem a uma categoria unificadora, ao contrário, busca-se

> [...] reconstruir, com pedaços de discursos individuais, como em um quebra-cabeças, tantos discursos-síntese quantos se julgue necessário para expressar uma dada figura, ou seja, um dado pensar ou representação social sobre um fenômeno. (LEFÉVRE; LEFÉVRE, 2000, p. 19).

Os autores comentam que o DSC é uma estratégia metodológica que torna possível a recuperação da fala do social, possibilitando uma melhor compreensão do modo como os indivíduos pensam.

Para a elaboração do DSC, faz-se a seleção das principais Idéias Centrais e Expressões Chave presentes nos discursos, abordando-as de forma sintética, em que se busca a reconstituição discursiva da representação dada pelos sujeitos sobre determinado *tema*. Sabe-se que a identificação das ICs ocorre a partir das ECHs. Em resumo, a proposta do DSC é traduzir em um único discurso a síntese dos vários depoimentos orais dos sujeitos entrevistados.

O conteúdo do DSC se compõe pela fala individual expressa pelo sujeito e também por aquilo que poderia ter falado e que seu companheiro de coletividade atualizou por ele, já que o pressuposto sociológico é que o DSC seja a expressão simbólica do campo a que ambos pertencem e da posição que ocupam dentro deste ou de uma cultura organizacional.

Essa fase pré-analítica é uma etapa importante para o processo de ordenação e análise dos dados, pois permitirá a emergência dos *temas* incursos nos depoimentos orais, permitindo abstrair as suas ECHs e ICs.

Para a análise dos *temas* emergidos dos depoimentos orais, segue-se a orientação metodológica de Minayo (1993), a qual propõe que seja realizada inicialmente uma leitura flutuante e posteriormente a constituição de um *corpus*. Segundo Minayo (1993), na leitura flutuante toma-se contato com o material das entrevistas mediante a inserção em seu conteúdo por meio de vários olhares sobre o mesmo. Para a mesma autora, a constituição de um *corpus* é a organização do material de acordo com algumas normas: *exaustividade*, abrange aspectos levantados no roteiro; *representatividade*, contempla o universo pretendido; *homogeneidade*, obedeça a critérios precisos de escolha no que tange aos *temas*, técnicas e interlocutores; e *pertinência*, ou seja, as entrevistas analisadas devem corresponder aos objetivos do trabalho.

Para a obtenção das informações desejadas utilizou-se o instrumento do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional (CERESAN, 2006), adaptado ao presente estudo. Foram elaborados três questionários com questões abertas e fechadas, sendo os mesmos aplicados na forma de entrevista gravada em fita magnética e as falas dos diversos sujeitos transcritas de forma a recuperar a integralidade dos depoimentos, o que de modo diverso permitiu a análise e interpretação qualitativa das informações (Anexos 1, 2 e 3).

As informações obtidas por meio de questionários semi-estruturados foram analisadas de acordo com a técnica de Discurso do Sujeito Coletivo. Cada depoimento foi analisado, extraindo-se dele as idéias centrais, sendo agrupadas à medida que se apresentavam iguais ou equivalentes e suas respectivas ECH. Finalmente, agregou-se discursivamente as IC e suas ECH equivalentes, compondo-se os DSCs.

Os instrumentos utilizados na pesquisa apresentaram especificidades de acordo com o segmento – produtor, consumidor e comerciante – porém, algumas questões geradoras foram agrupadas entre os segmentos a fim de atender aos objetivos propostos. Com o propósito de clarear a discussão dos dados são apresentados os *temas* e os respectivos atores que os constituem:

- *Mudança de hábitos alimentares; Crissiumal depois do programa na visão da sociedade* - estes *temas* foram trabalhados com os três segmentos, com o desejo de identificar se a mudança de comportamento alimentar ocorreu ou não de maneira generalizada e a que

fator se deve. Da mesma forma, referente ao segundo tema, o desejo era identificar como a sociedade vê o município após implantação do Pacto.

- *Segurança Alimentar do produtor; Pacto Fonte Nova na visão do produtor associado; Dificuldades de comercialização; Fragilidades do Pacto Fonte Nova; Comprometimento com o êxito do programa; Qualidade de vida dos associados* – Esses *temas* emergiram a partir das entrevistas especificas a este segmento.
- *Aceitação dos produtos Fonte Nova; A não preferência pelo produto Fonte Nova* – Esses *temas* são particularizados ao segmento consumidor e comerciante.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados das entrevistas realizadas com 86 famílias distribuídas nos diferentes segmentos sociais: 21 produtores associados ao Pacto Fonte Nova, 60 consumidores do município e cinco comerciantes dos produtos Fonte Nova. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento só ocorre mediante a contemplação de um contingente de variáveis, dentre as mais relevantes, o capital social e o capital humano, os quais muitas vezes são confundidos com o capital econômico, em linhas gerais o objetivo consiste em identificar em quais aspectos o Programa de Desenvolvimento local atende aos pressupostos referentes à qualidade de vida, soberania e segurança alimentar.

4.1 Caracterização dos Associados Entrevistados

Do conjunto de produtores associados, 85,7% são considerados residentes no meio rural e 14,3% na área urbana. Os produtores rurais desenvolvem atividades agroindustriais propriamente ditas – produzem, processam e transformam os alimentos – e os demais produzem e comercializam produtos *in natura*, minimamente processados, higienizados e embalados (Figura 4). Dentre os produtores rurais, 22% dependem quase exclusivamente de uma única atividade, e os demais (78%) apresentam uma produção para comercialização bastante diversificada, fator este que pode contribuir positivamente para enfrentamento de situações de crise.

Os produtores rurais produzem a maioria dos alimentos consumidos no interior da unidade produtiva, aspecto fortemente associado à natureza essencialmente familiar da produção agroalimentar.

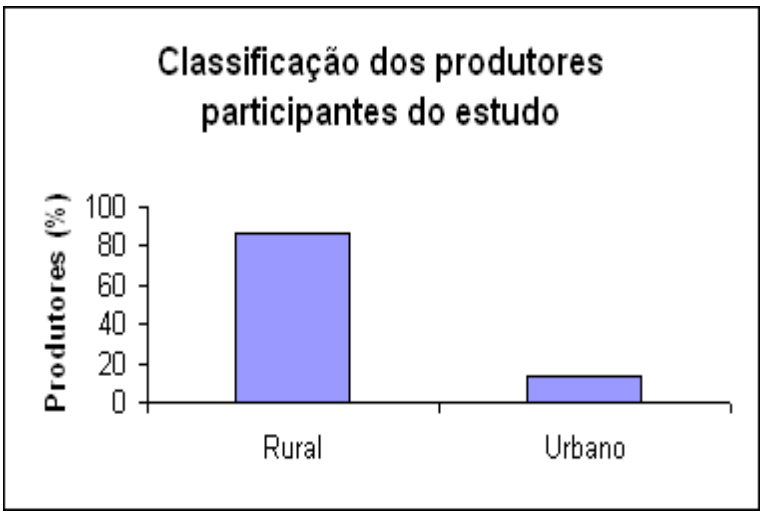


Figura 4 – Classificação dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo, de acordo com a situação de domicílio. Crissiumal/RS, 2007.

Dos associados entrevistados, 66,7% são do sexo masculino e 33,3% do sexo feminino (Figura 5) com faixa etária que varia dos 21 aos 67 anos de idade. Segundo os dados apresentados na Figura 6, pode-se observar que a faixa etária que apresenta maior representatividade no sexo feminino é ente 36 e 55 anos, equivalente a 57,1% sendo que somente 14, 3% das entrevistadas apresentam idade superior a 55 anos. A faixa etária acima de 55 anos de idade apresenta maior expressividade entre os produtores entrevistados do sexo masculino, correspondente a seis produtores. Em ambos os sexo 66,7% apresentam idade inferior a 55 anos de idade (Figura 6).

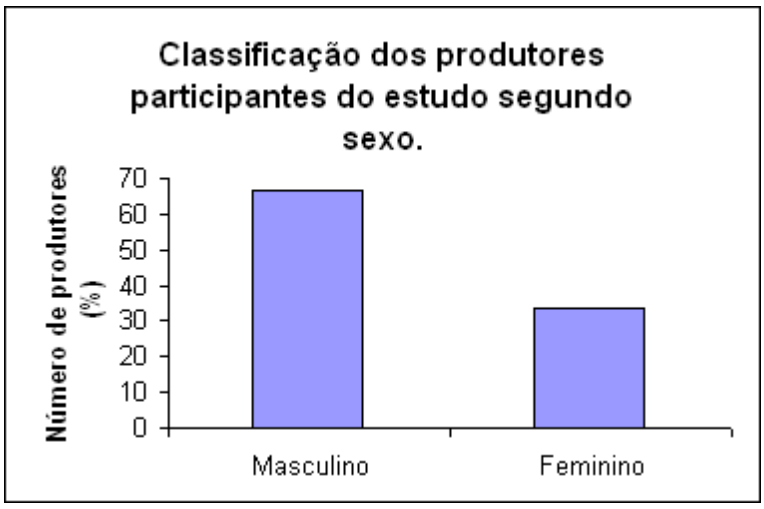


Figura 5 – Classificação dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo, segundo sexo. Crissiumal/RS, 2007.

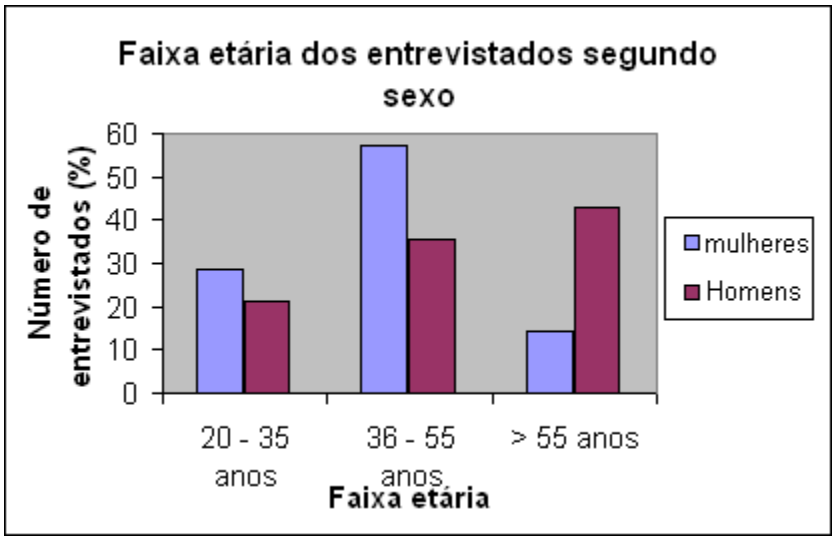


Figura 6 – Classificação dos produtores entrevistados associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo, segundo sexo e faixa etária. Crissiumal/RS, 2007.

O nível de analfabetismo apresenta-se nulo, embora o grau de escolaridade apresentado pelos produtores contrastar significativamente entre si. Dos 21 entrevistados, os que apresentam menor índice de escolaridade possuem o primeiro grau incompleto e os com maior, ensino superior completo, equivalente a 19% e 14%, respectivamente. O nível de escolaridade mais expressivo entre os entrevistados é o Primeiro Grau completo, correspondendo a 38% (Figura 7).

Este aspecto tem grande relevância nos resultados obtidos pelo pacto, sendo que Silva e Khan (1996) atribuem ao nível educacional do agricultor rural extrema importância por influenciar de maneira positiva no valor da produção, proporcionando aumento expressivo na eficiência técnica e econômica.

De acordo com Fukuyama (1999), o nível educacional é fundamental na formação de capital social, sendo a educação condição para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento da sociedade.

Na visão de Boisier (1997), o capital social e as formas como a sociedade civil está organizada, a integração social e a cooperação podem ser consideradas o principal agente da modernização e da transformação socioeconômica em uma determinada região.

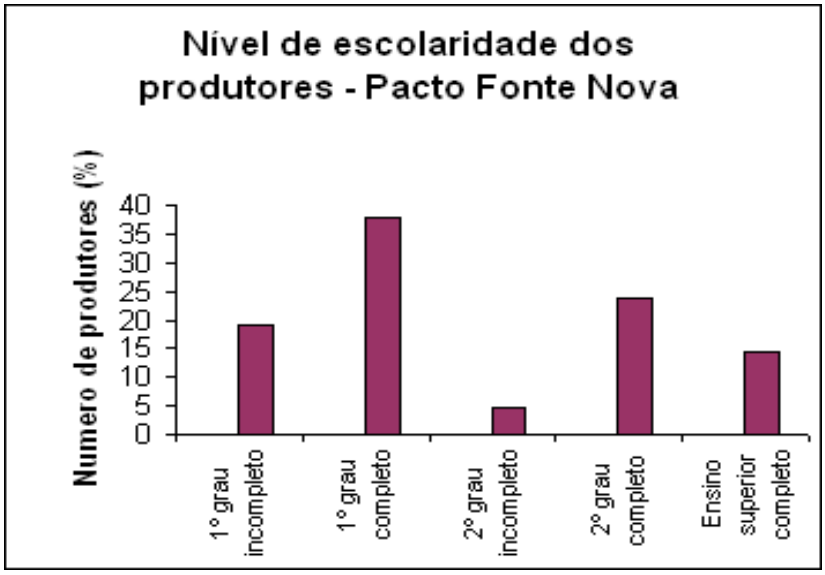


Figura 7 – Nível de escolaridade dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Presume-se que a escolaridade entre os associados pode ter influenciado positivamente na adesão ao programa, devido à capacidade de compreensão do novo modelo de desenvolvimento proposto.

Como resultado de uma mudança nos cenários demográficos brasileiros, o tamanho das famílias vem diminuindo ao longo das últimas décadas. Neste estudo, a composição das famílias apresentou uma variação de 2 a 6 indivíduos por família, em aquelas constituídas por 4 membros apresentam maior representatividade, equivalente a 42,8% do total, dados apresentados na Figura 8.

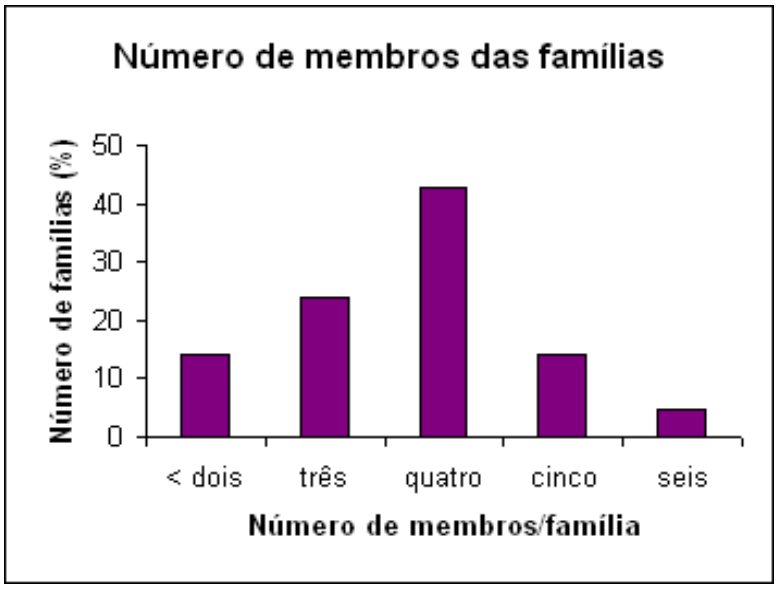


Figura 8 – Número de membros das famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Analisando a participação da família nas atividades, percebe-se uma significativa participação de seus membros, assim como se observa a geração de emprego permanente e temporário (Tabela 1).

Tabela 1
Mão-de-obra familiar dos associados do Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Grau de Parentesco	**Gênero**				**Número**	**%**
	Feminino	**%**	**Masculino**	**%**		
Responsável	3	9,7	18	39,1	21	27,3
Cônjuge	17	54,8	2	4,4	19	24,7
Filho	3	9,7	21	45,6	24	31,2
Pai/mãe,sogro(a)	4	12,9	5	10,9	9	11,7
Nora	4	12,9	-	--	4	5,2
Total	**31**	**100**	**46**	**100**	**77**	**100**

Fonte: dados da pesquisa (2007).

Pode ser observado que, ainda, é o homem que exerce formalmente a função de chefia no trabalho familiar, representando 85,7%, embora as atividades – produção artesanal, hortas, manejo de animais – sejam desempenhadas majoritariamente pelo trabalho feminino.

Das famílias entrevistadas, 45% ainda têm no mínimo um filho – adolescente ou adulto – morando na propriedade, e todos eles estão envolvidos, juntamente com demais membros no processo produtivo.

Como já era esperado, pela natureza dos empreendimentos, os produtores utilizam de forma intensiva a mão-de-obra familiar, exercendo inúmeras funções. Mesmo assim, alguns empregos são gerados em número maior para empregos temporários do que para permanentes. Nessas condições, a mão-de-obra mais utilizada está representada pela figura masculina, que pode ser justificada pela natureza das atividades. Observa-se ainda, a preferência pela mão-de-obra temporária, tendo em vista que a família, na maior parte do processo, está em número adequado ao volume produzido (Tabela 2).

Tabela 2

Mão-de-obra contratada pelos associados do Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Mão de obra contratada	Gênero				Número	%
	Feminino	%	Masculino	%		
Parceiros	-	-	2	5,7	2	5,3
Permanente	2	66,7	8	22,8	10	26,3
Temporária	1	33,3	25	71,5	26	68,4
Total	**3**	**100**	**35**	**100**	**38**	**100**

Fontes: dados da pesquisa (2007).

A mão-de-obra temporária, quando contratada, na maioria das vezes atua em atividades que necessitam de menor conhecimento técnico. Esse fato pode ser atribuído ao temor relativo aos eventuais encargos decorrentes da legislação trabalhista. Isso pode se constituir num obstáculo para alcance de níveis mais efetivos de empregabilidade.

As atividades desenvolvidas pelos produtores geram, segundo seus depoimentos, uma renda mensal líquida – excluindo os gastos com alimentação –, que varia de R$ 400,00 a mais de R$ 1.000,00[17], como pode ser observado da Figura 9. Um percentual mais elevado de produtores (57,1%) apresenta renda mensal superior a R$ 1.000,00 e somente 9,5% das famílias possuem renda até R$ 400,00. De acordo com os produtores, os valores já vêm descontados dos custos da propriedade, como energia elétrica, combustíveis, insumos, bem como dos demais custos de produção. Parte deste rendimento é destinada à alimentação da família e o restante, quando necessário e suficiente, é investido em melhorias na propriedade.

[17] O salário mínimo vigente no país no período de realização do estudo é de R$ 380,00 (trezentos e oitenta reais). Neste estudo não foi utilizado o salário mínimo como parâmetro para classificação dos diferentes estratos em que se encontram os produtores associados ao Pacto Fonte Nova, mas com este dado é possível converter a renda familiar em percentuais de salários mínimos.

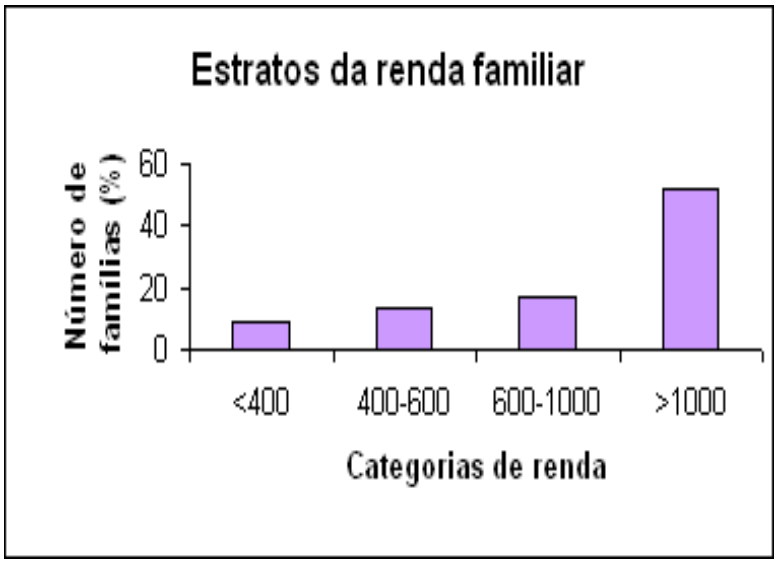


Figura 9 – Estratos de renda nas famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Dentre os múltiplos fatores, como acesso, quantidade e qualidade, os quais determinam segurança alimentar, a renda é, segundo Maluf (2004), Valente (2001) e Galeazzi (1996), uma de suas principais condições.

Segundo Chaim (1996), quanto maior a renda, menores são os gastos com a alimentação. De acordo com dados da IBGE/POF (2004), as despesas com alimentação em relação aos demais gastos totais das famílias são maiores no estrato de renda inferior (32,8%) e menores no estrato superior (10,3%), sendo que os estratos intermediários apresentam gastos com alimentação que variam entre 25 e 30% da renda mensal.

Na situação em estudo, os percentuais gastos com alimentação, a partir da renda líquida familiar, não apresentam relações diretas com os rendimentos líquidos obtidos, nem mesmo com o tamanho das famílias, uma vez que não se depreende um padrão definido das variações entre renda, tamanho das famílias e despesa com alimentação.

O tamanho das famílias é juntamente com outros fatores, como idade, comportamento alimentar, renda, produção de auto-consumo, são condicionantes que determinam os percentuais de renda familiar gastos com alimentação. Como pode, ser observado na Figura 10, neste estudo os percentuais gastos com alimentação não apresentam relação significativa com o tamanho das famílias. Observa-se que famílias com tamanhos semelhantes comprometem percentuais diferenciados da renda para aquisição de alimentos. Cabe salientar que a maioria das famílias destina entre 20 e 30% da renda líquida para aquisição de alimentos, com variação de tamanho de três a cinco membros por família.

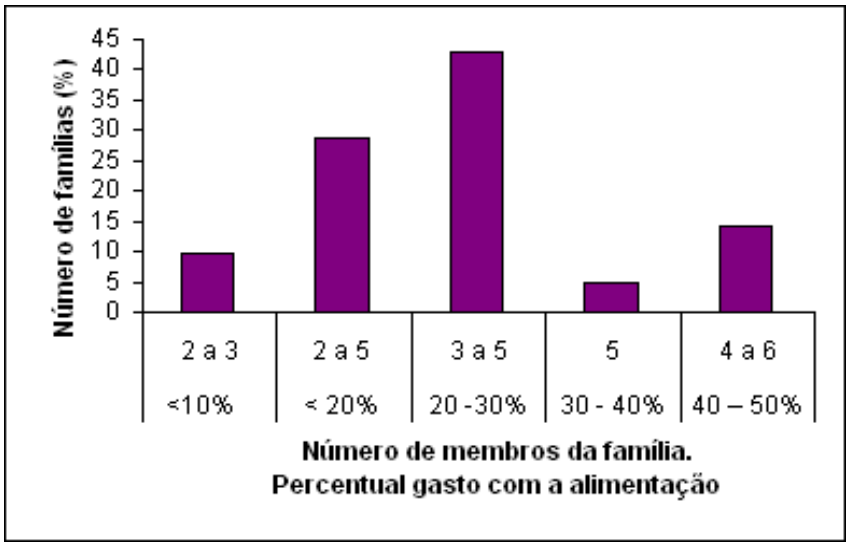


Figura 10 – Número de membros das famílias e percentuais gastos com alimentação pelos associados do Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

A renda, entre outros, é fator condicionante para garantir acesso aos alimentos. De acordo com os dados da POF, atualmente os percentuais gastos com alimentação têm sido inferiores se comparadas a outras necessidades. Os percentuais de renda gastos com alimentação nas famílias associadas ao Pacto variam de menos 10% a 50% nas famílias com renda superior a R$ 1.000,00; 22% das famílias apresentam gastos menores que 10%, neste mesmo estrato 88% referem gastos com alimentação que varia de 20 a 50%. Contudo, mesmo na ausência de um padrão entre nível de renda e gastos com alimentação, há de se considerar o tamanho das famílias, uma vez que aquelas com menor número de pessoas neste nível de renda apresentam menor custo com alimentação, conforme Figura 11.

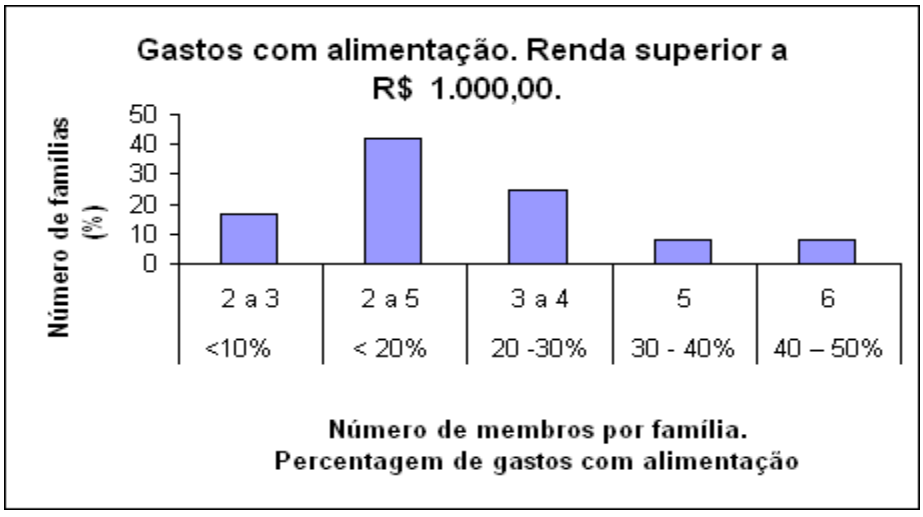


Figura 11 – Despesas com alimentação das famílias com renda superior a R$ 1.000,00 associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

No que se refere às famílias com renda entre R$ 600,00 a R$ 1.000,00, são estas que apresentam menores variações no percentual da renda quanto ao gasto com alimentação, situando-se em torno de 20% e 30%, com número de pessoas que varia 3 a 5 membros por famílias (Figura 12).

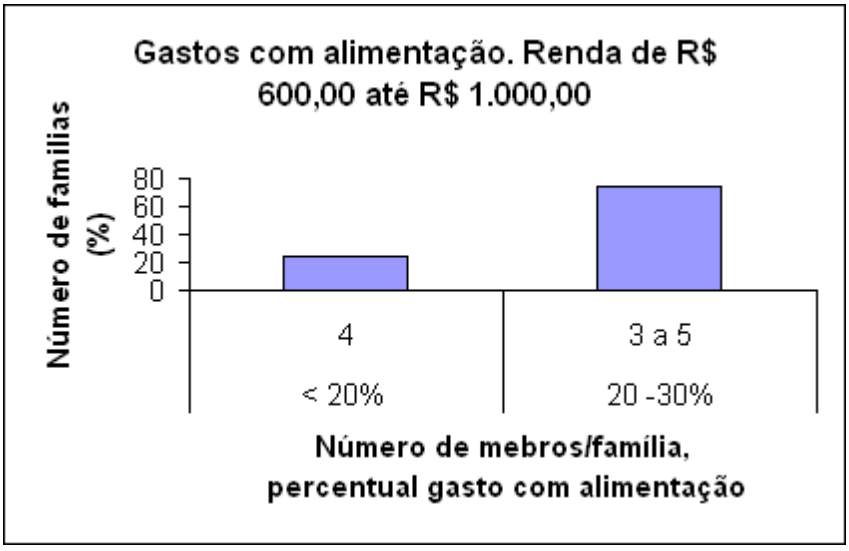


Figura 12 – Despesas com alimentação das famílias com renda de R$ 600,00 até R$ 1.000,00 associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Quanto às famílias com renda de até R$ 600,00, estas demonstram não existir relação entre o percentual gasto com alimentação e o tamanho da família, observando-se que, mesmo diante da mesma composição familiar, apresentam variações significativas em relação aos gastos com alimentação, que representam de 20% a 50% (Figura 13).

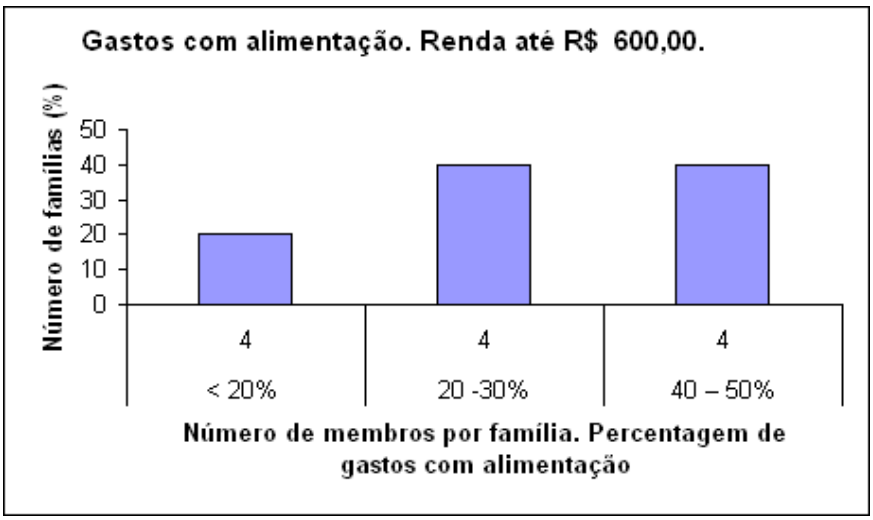


Figura 13 – Despesas com alimentação das famílias com renda de até R$ 600,00 associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

De acordo com os dados discutidos pode-se afirmar que nem o tamanho da família, nem mesmo a renda são condicionantes do maior ou menor comprometimento da renda familiar com alimentação. Muito provavelmente estejam mais relacionados à quantidade e diversidade de alimentos produzidos destinados ao consumo da família e ainda com os hábitos alimentares praticados pela mesma.

Entre os produtores associados ao Pacto Fonte Nova que participaram deste estudo, a prática de cultivar alimentos destinados ao consumo familiar apresenta-se bastante intensiva, como pode ser observado na Figura 14. Dos 21 entrevistados, 85,7% produzem grande parte dos alimentos consumidos[18], contrapondo-se com 14,3% que dependem quase que exclusivamente dos mercados alimentares para aquisição de produtos alimentícios.

A diversificação da produção de alimentos de subsistência, expressa pelos produtores em seus depoimentos, pode ser relacionada aos baixos percentuais de renda gastos com alimentação, variando de menos de 10% da renda líquida, atingindo 50% em apenas 14% das famílias, sendo que a maioria das famílias (43%) destina entre 20% e 40% da renda líquida para consumo alimentar.

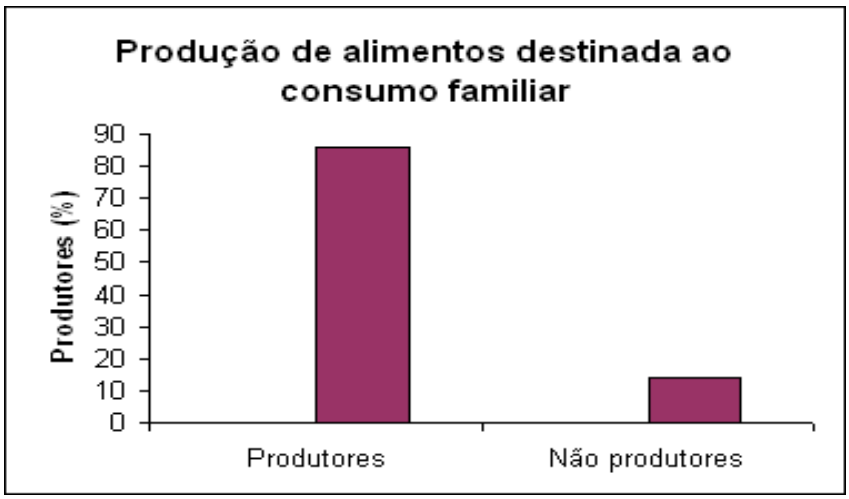


Figura 14 – Produção de alimentos de subsistência praticada pelos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

As novas relações instituídas mediante a política municipal de desenvolvimento agroindustrial Pacto Fonte Nova demonstram ter contribuído positivamente no aumento da

[18] Os produtores associados ao Pacto Fonte Nova que praticam cultivos de subsistência são auto-suficientes em carne (bovina, suína e de ave), leite, ovos, leguminosas (feijão) e para uma variedade de outros vegetais (frutas, hortaliças, raízes e tubérculos).

renda familiar dos produtores associados a este programa. Para alguns, o incremento não parece ser significativo, no entanto, para outros, atingiu patamares maiores, chegando a representar mais de 1.000%, como pode ser observado na Figura 15, em que pese a possível subjetividade dos dados, provenientes de depoimentos dos próprios produtores. Os produtores com incremento na renda em percentuais de 50% apresentam maior representatividade, equivalente a 38,1% dos entrevistados.

Segundo Maluf (2004), a industrialização de alimentos no meio rural tem sido uma das alternativas encontradas por produtores familiares para elevação da renda familiar por meio da transformação dos excedentes, sendo possível otimizar os lucros e diminuir perdas com o aumento da vida útil do produto agora transformado. Contudo, alerta no sentido de que a prática de agregação de valor à matéria-prima e as novas formas de inserção nos mercados devem acontecer de maneira gradativa, sem romper imediatamente com as atividades e relações comerciais pré-existentes, principalmente quando se trata de um novo ramo de atividade.

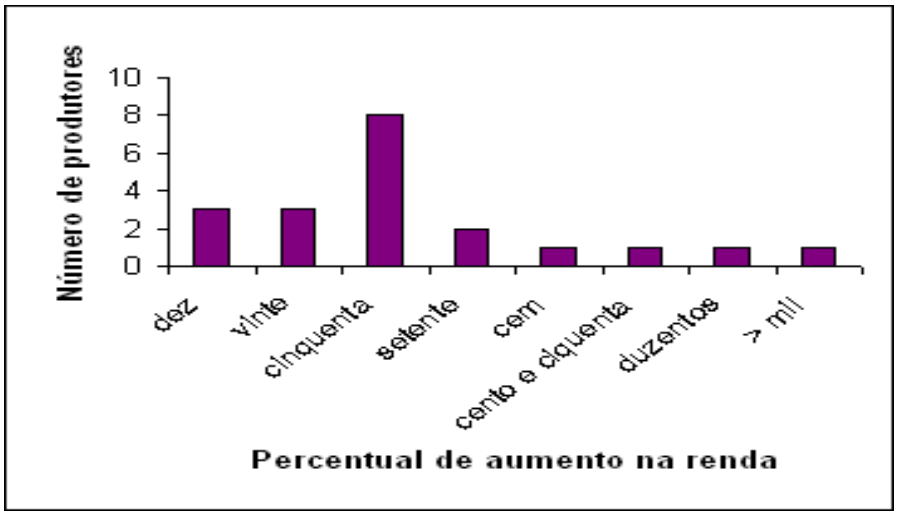


Figura 15 – Percentual de incremento na renda das famílias associadas ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Dos produtores entrevistados, 52,4% utilizam prioritariamente os recursos gerados na agroindústria para aquisição de gêneros alimentícios, 33,3% usam recursos provenientes da lavoura, para 9% dos produtores, a aposentadoria ainda é o principal recurso destinado à compra dos alimentos e ainda, para 4,8%, o trabalho externo vem a ser a principal fonte de renda para compra de alimentos (Figura 16).

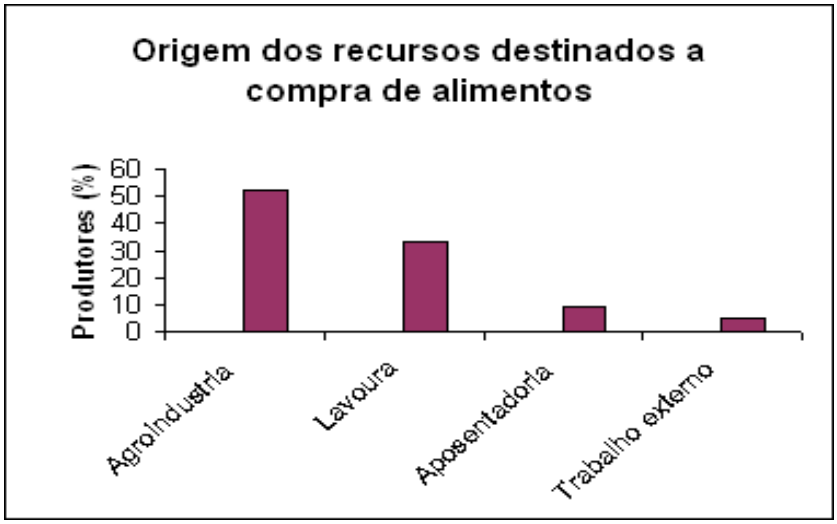


Figura 16 – Origem dos recursos destinados à compra de alimentos dos produtores associados ao Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

Cabe salientar, contudo, que para 85,7% dos produtores, a atividade agroindustrial e a lavoura representam as duas principais fontes de renda que asseguram nos mercados agroalimentares externos, o acesso à aquisição de alimentos.

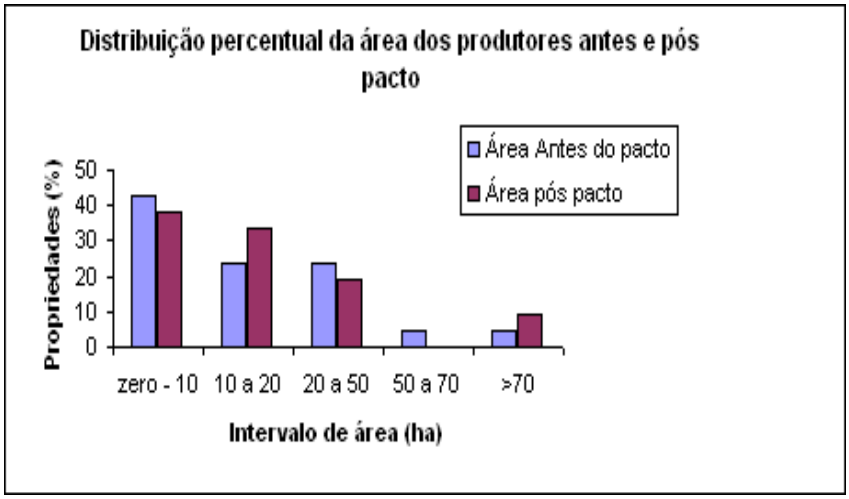


Figura 17 – Distribuição percentual da área dos produtores antes e pós Pacto Fonte Nova, participantes do estudo. Crissiumal/RS, 2007.

A análise da evolução da área agrícola cultivada, considerando os períodos anteriores ao pacto até o presente, demonstra uma relativa mobilidade, em que as propriedades muito pequenas, de até 10 hectares tiveram seu percentual reduzido de 43% para 38%, correspondendo a um aumento de 24% para 33% no estrato de 10 a 20 hectares. O pequeno percentual de incremento na área verificada no estrato superior a 70 hectares refere-se à constituição de uma modalidade associativa de produção que integra até quatro propriedades (Figura 17).

4.2 Análise Discursiva do Sujeito Coletivo

Para construção dos *DSCs* referente aos *temas*, os três segmentos sociais em alguns momentos foram agrupados. A partir das idéias centrais de cada *tema* se construiu para cada uma delas um *DSC* e, posteriormente, foram analisadas e discutidas, apresentadas na seqüência. Os *temas* contemplam os três segmentos considerados no presente trabalho.

4.2.1 Fatores Condicionantes na Mudança dos Hábitos Alimentares

Partindo do pressuposto que o mundo todo tem passado por uma série de transformações, intenso processo de urbanização, industrialização, globalização, essas mudanças também afetam a qualidade dos alimentos produzidos e comercializados, assim como influenciam nas alterações de comportamento alimentar que a humanidade vem apresentando.

Os processos que determinam as escolhas alimentares são permeados por influências que incluem desde comportamentos tradicionais, condições financeiras, sazonalidade de recursos naturais e mercado, até representações de classe, preferências culturais e individuais (MURRIETA, 1998).

1 Mudança de Hábitos Alimentares: qualidade do alimento

IC.A - Aumento do consumo de produtos industrializados

DSC.A

> *Claro, me lembro quando era criança que os alimentos eram outros, pouca coisa industrializada, antigamente não tinha esse monte de alimento que tem hoje, há hoje é tudo cheio de conservante é tudo químico.*
>
> *A gente percebe nos últimos dez anos, uma grande diferença nos mercados, a diferença está na quantidade de alimento com produtos químicos, hoje se consome mais produtos industrializados a alimentação é mais artificial, antigamente era tudo mais natural... depois de algum tempo a gente passou a comprar os produtos industrializados, por ser mais prático, o estrato de tomate por exemplo, já é um produto não totalmente natural já é um produto industrializado.*
>
> *Anos atrás se comia produtos mais maturais se alimentava melhor, a gente que morava no interior consumia vários alimentos produzidos no interior...*

hoje compramos quase tudo nos mercados e é quase tudo industrializado... antigamente não se usa conservante, hoje é tudo a base de química corante, conservante... hoje é tudo comprado , antigamente não tinha luz no interior, as pessoas não tinham acesso a energia não havia maneira de conservar os alimentos então os alimentos eram consumidos frescos.

IC.B - Aumento do uso de agroquimico

DSC.B

Sim. Ocorreu bastante mudança, antigamente tudo que você plantava você conseguia produzir então você produzia um alimento sem agrotóxico... e consumia um alimento mais natural, hoje em dia no mundo em que vivemos, se não colocar adubo na terra e veneno na planta não se consegue produzir nada...analisando desta forma a alimentação hoje está cada vez pior...cada vez é mais necessário o uso de agroquimicos esses resíduos ficam no alimento e acabam sendo consumidos pelo homem... Meus pais colhiam de tudo arroz feijão mandioca sem produto químico sem veneno se comia um alimento mais natural... tudo era mais puro, hoje você não sabe o que de fato está comendo, nem mesmo se a gente planta a gente não pode garanti, porque inclusive as sementes não são as mesmas, agora tudo já mudou.

Quando eu era criança, bem antigamente, daí sim, não tinha agrotóxicos, e agora quase nada mais se produz sem agrotóxico, isso tudo prejudica a saúde..a gente também já está usando veneno, coisa que não se usava e com isso... é bastante mudança, nem dá pra comparar... nada mais é natural ou puro.

Isso todo mundo comenta, que a alimentação mudou muito, ninguém mais capina, o inço se elimina com veneno e a terra se aduba com adubo químico ao invés de esterco, as pessoas não se dão conta de que assim estamos consumindo veneno também.

IC.C - Alimentação atual é mais saudável

DSC.C

Não antigamente a gente não tinha muito produto pra escolher, hoje existe muita coisa diferente então a alimentação de hoje é melhor... Acho que antigamente o consumo de verduras e legumes era menor não tinha muita variedade era um ou dois tipo de frutas e verduras e também dependia muito da época, não era todo o ano, esses alimentos se consumia pouco... nossos filhos hoje comem muito melhor, porque hoje tem de tudo...nos mercados se encontra todo tipo de alimento e quase o ano todo, os produtos industrializados também estão mais disponíveis, como bolachinha, coisa prontas, que agora tem, antigamente não existia os produtos prontos tudo tinha que produzir... essas coisas têm deixado alimentação de hoje mais saudável.

Antigamente também não tinha tanta fiscalização agora tudo é controlado não tem como não ser melhor, tem mais higiene, estamos também mais orientados...claro que agora a gente come melhor.

Análise e Discussão dos DSCs A, B e C

A alimentação saudável, qualidade do alimento e mudança nos hábitos alimentares surgem nos *discursos* com conceitos e valores distintos. A industrialização dos alimentos – *DSC.A* – aparece fortemente como argumento que desqualifica a alimentação moderna e é a esse fator que se atribui a maior causa da mudança de hábitos alimentares e a alimentação menos saudável, embora uma parcela menor – *DSC.C* – atribua à diversidade de produtos alimentares ofertados no mercado um aspecto positivo na melhoria da qualidade alimentar.

No processo de industrialização dos países, as indústrias de alimentos têm sido mais eficazes na função de agregar maior *valor* aos produtos industrializados independente de seu valor intrínseco; muitas vezes o alimento não precisa nem oferecer valor nutricional, sendo suficiente um valor simbólico para se tornar preferido. A preferência por alimentos com maior prestígio – marca conhecida, marketing – muitas vezes independe do seu valor nutricional, condicionando as pessoas a preferi-lo.

Segundo De Garine (1995), somente os seres humanos evitam o uso de alimentos nutritivamente valiosos por que são de ‘baixo status’ e pelo contrário, consomem produtos cujas qualidades organolépticas são medíocres e nutritivamente pobres, com a finalidade de aparentar prosperidade econômica. Partindo desta constatação, o autor afirma que a maioria das sociedades está capacitada para resolver sua subsistência e que dispõe dos excedentes suficientes, mas que a maior parte da alimentação se desenvolve por razões de prestígio.

De acordo com o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 1997), a dieta alimentar brasileira é constituída de produtos industrializados, tais como refrigerantes, macarrão, bolachas, leite condensado, margarina, salsicha, maionese entre outros, leite em pó, chocolate e pão de forma. A mudança no comportamento alimentar também é destacada pela Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), sendo que na década de 90, os alimentos preparados ou semiprontos apresentavam maior peso no orçamento familiar.

Neste contexto, a estratégia de industrialização dos alimentos parece surgir não somente com o objetivo de atender às demandas existentes, mas vai muito além, tendo sido capaz de criar novas necessidades e assegurando a progressiva dependência desses novos produtos.

A indústria, que se apresentava como uma das possibilidades de amenizar a fome existente, capaz de levar produtos com vida útil maior a lugares de mais difícil acesso em função das mais adversas causas, parece ter tido seu papel desvirtuado no quadro do capitalismo vigente, em que a oportunidade de lucro tende a representar a supremacia do sistema, gerando situações em que nem mesmo a necessidade primária de sobrevivência do homem é contemplada.

O sentimento de que no passado a alimentação teve uma qualidade superior é opinião expressa pela maioria dos entrevistados. As causas desta superioridade é que são distintas mas convergentes em seus resultados.

Qualidade alimentar deve ser entendida como a soma de vários indicadores que, uma vez reunidos, possam garantir a integridade nutricional das pessoas, sendo os de maior relevância a quantidade e qualidade. No entanto, a qualidade alimentar de um indivíduo pode ser fortemente influenciada pelo hábito ou preferências alimentares, condições de acesso e disponibilidade dos alimentos.

De acordo com o *DSC.B*, os alimentos de antigamente[19] apresentavam uma qualidade superior, principalmente por serem livres de resíduos agroquímicos – fertilizantes, pesticidas e praguicidas. As práticas produtivas adotadas nas últimas décadas têm levado a humanidade a refletir sobre qualidade dos alimentos num momento em que o desenvolvimento sustentável, segundo autores como Veiga (2001), Abramovay (2000), Wilkinson (2000), só será possível mediante a adoção de estratégias que garantam a manutenção de todos os recursos, o que se fará mediante a redução do uso de agroquímicos.

O sentimento de insegurança que acomete a população quanto ao uso de agrotóxicos no processo produtivo, podendo determinar a presença de resíduos nos alimentos, também preocupa o produtor devido à percepção de que está dependente do uso destas substâncias. Esse sentimento de insegurança, de impotência, é explicitado na fala do produtor: *"[...] antigamente era uma alimentação mais saudável sem agrotóxicos, e hoje pra você conseguir produzir alguma coisa, na maioria das vezes, tem que usar agrotóxico, então, se come veneno junto [...]."*

[19] O termo "antigamente" usado pelos sujeitos genericamente refere-se a um período que antecede a industrialização e a Revolução Verde, ou ainda uma época anterior à fase de vida adulta, em que alimentação oferecia condições adequadas à manutenção da saúde.

A ingestão de resíduos químicos – agrotóxicos – é tão verdadeira quanto os malefícios causados por eles. O alimento pode ser uma das vias de contaminação, que ocorre devido à ingestão de produtos contaminados por agrotóxicos. O impacto sobre a saúde provocado por esta via é comparativamente menor em relação à exposição direta devido a diversas razões, tais como: a concentração dos resíduos que permanece nos produtos; a possibilidade de eliminação dos agrotóxicos por processos de beneficiamento do produto (cozimento, fritura, etc.); o respeito ao período de carência, etc. Entretanto, há de se considerar que esta via atinge uma parcela ampla da população rural e urbana – os consumidores (MOREIRA et.al., 2002).

Segundo Santana (2005), são vários os impactos que podem ser provocados pela utilização de agrotóxicos, entre eles a contaminação de alimentos de origem vegetal e animal por meio da presença de resíduos que se acumulam na cadeia alimentar, podendo atingir o homem pela ingestão do alimento.

Ainda que para muitos o processo de industrialização e de intensificação da produção com uso de produtos químicos, como conservantes, corantes, acidulantes, agrotóxicos e fertilizantes tenham contribuído negativamente com a qualidade do alimento, bem como na mudança de hábitos alimentares, isto parece não ser um conceito hegemônico, uma vez que algumas pessoas se manifestam contrárias a este posicionamento.

O conceito de qualidade alimentar também é expresso no *DSC.C*, com falas bastante opostas às anteriores, em que o aumento da produção, ausência de sazonalidade e a industrialização são argumentos para uma maior segurança alimentar, sendo ainda invocada a maior qualidade dos produtos disponíveis para consumo. Também neste discurso emerge a questão sanitária como indicador de SA.

A forma de produção e comercialização de alimentos imposta às indústrias, tanto pequenas como de grande porte, por meio de portarias e resoluções, aparece no discurso como um atributo importante, elevando o conceito sobre a qualidade do alimento e, conseqüente-mente, deixando a população consumidora mais “segura” em relação ao produto consumido.

Para grande parte da população, especialmente a urbana, o produto industrializado atende uma demanda decorrente principalmente das mudanças ocorridas na estrutura familiar, em que a mulher se desloca ao mercado de trabalho, dedicando-se menos às atividades domésticas, que inclui o preparo de refeições. A escolha por estes produtos pode estar vinculada à sua disponibilidade no mercado e à praticidade e rapidez de preparo e utilização.

Essa tendência para a adoção de novos hábitos alimentares, freqüentemente estimulados pela indústria alimentar, em detrimento do consumo de produtos regionais com forte tradição cultural, tem sido constatada no comportamento da população brasileira (BLEIL, 1988). Ainda, segundo o autor, alguns alimentos como feijão, farinha, mandioca e arroz, considerados durante décadas como alimentos tradicionais integrantes da dieta brasileira, sofreram e vêm sofrendo, ao longo dos anos, intensa redução.

Da mesma forma que a indústria, o emprego de tecnologia garante a oferta de determinado alimento o ano todo, e as novas técnicas produtivas passam a disponibilizar alimento em quantidades e variedades cada vez maiores, o que se deve às estratégias de comercialização, como produção, transporte e redes de comercialização.

4.2.2 Valorização dos Produtos Locais

Há alguns anos tem se observado a existência de um segmento de mercado para produtos agroalimentares típicos, de caráter local/regional, bem como a constatação de que cresce a procura por produtos diferenciados e de qualidade, com características típicas/locais.

Neste sentido, entende-se que a agroindústria familiar tem se tornado um elemento importante para o desenvolvimento econômico e social do segmento familiar. Diversos autores apontam que a agroindústria pode ser uma estratégia para promoção do desenvolvimento local/regional (PREZOTTO, 1999, 2002b; RAUPP, 2005). Prezotto (2002b) entende que a agroindústria familiar estará mais fortalecida quando articulada com outras iniciativas próprias de cada local ou de cada região como, por exemplo, projetos em turismo rural.

2. Aceitação dos produtos Fonte Nova

IC.D - Produção natural: qualidade superior
DSC.D

> *Dou preferência ao produto Fonte Nova porque a qualidade dos produtos é boa, os produtos Fonte Nova, são produzidos dentro dos padrões, sem agrotóxico e a qualidade deles quanto à aparência e sabor são superiores... Eu acho que os produtos industrializados aqui pelos produtores estão cada vez mais apresentáveis cada, vez melhores, há mais fiscalização....vejo que estes produtos estão muito bons, então nós confiamos nos produtos fonte*

> *nova, nunca tivemos problemas.... qualidade dos produtos é uma exigência do Pacto a todos os produtores que precisam oferecer produto de qualidade.... Penso que todos os produtos são de boa qualidade principalmente os das agroindústrias; a gente sabe que os produtores recebem treinamento sobre como produzir com qualidade, higiene...os produtos produzidos aqui no município já melhoram muito e isso foi depois que se associaram ao Pacto...não tinham nem lugar adequado, nenhum curso eles tinham feito, nada, hoje até rótulo o produto tem, isso garante que o produto é de qualidade...isso são normas e precisam ser cumpridas porque senão a vigilância proíbe a venda dos produtos nos mercados, precisa estar tudo certo e isso é muito bom pra todo mundo, agora tudo mudou, exigem um monte de coisa mas é bom por que é mais qualidade.*

IC.E – Incentivo à produção local

DSC.E

> *Sempre dou preferência aos produtos Fonte Nova... em primeiro lugar para incentivar a própria cidade, valorizando o produto aqui da nossa terra...Sempre que estiver disponível no comércio eu dou preferência aos daqui, porque é uma coisa do município, que foi produzido aqui, e se tivesse mais produtos eu compraria também....são produtos da própria comunidade, são produzidos com qualidade então você sabe o que ta consumindo, porque alimento que vem de fora, você nunca sabe de verdade o que você está consumindo.*
>
> *Quase tudo o que a gente comprava antes vinha de fora, porque não tinha no mercado o produto daqui, os produtores também não produziam muito e nunca vendiam no mercado, então a gente comprava outros produtos... agora a gente procura compra os produtos daqui, produzidos aqui na região...eu vejo que a gente deve ajudar a fortalecer e a promover as pessoas que estão produzindo os alimentos aqui na nossa região, precisamos incentivar estes produtores... comprando esses produtos que são produzidos no município e também porque são de boa qualidade a gente está valorizando o nosso produto e ajudando o produtor.*

Análise e discussão dos DSCs *D e E*

A qualidade superior atribuída por meio do *DSC.D* aos produtos Fonte Nova parte de pressupostos de que os alimentos são produzidos de maneira orgânica (natural), sendo que esta qualidade parece contemplada desde o cultivo do alimento, incluindo todo o processo produtivo de industrialização, inspeção e embalagem adequada, ainda rótulo com as informações necessárias determinadas pelos órgãos fiscalizadores. A qualidade também está muito vinculada ao programa (Pacto), sendo vista como promotora da adequação dos procedimentos produtivos mediante capacitações e exigências.

A busca da qualidade alimentar parece estar se constituindo entre a população como uma das principais preocupações dos consumidores conscientes. Neste cenário (re)surge o produto orgânico como principal agente capaz de conduzir a práticas alimentares adequadas, associado ao processo de agroindustrialização adequado. Esta análise parece pertinente quando das manifestações dos entrevistados: *"[...] a preferência é porque, como é que eu vou dizer, é que você sabe que está adquirindo um produto que tem menos coisas de venenos."*

Segundo Valente (2001), as práticas agroecológicas assegurariam qualidade alimentar e ambiental por práticas produtivas diversificadas e integradas, garantindo a relação de harmonia entre o ser humano e a natureza.

A prioridade dada aos produtos locais é expressa não somente em relação à qualidade atribuída, mas envolve também questões relacionadas ao compromisso de fortalecimento do produtor rural mediante aquisição dos produtos Fonte Nova. Neste sentido, é possível identificar por meio do *DSC.E, um nível crescente de consciência social*, mediante práticas de comercialização e incentivo que valorizam a produção local, de forma a dar corpo a um desejo coletivo. A preferência pelos produtos é decorrente de sua origem (produção local), emergindo claramente o desejo e a defesa de uma revitalização da agricultura familiar.

A percepção e o comportamento da população, ainda que de forma bastante incipiente, poderiam ser analisadas sob a ótica da auto-gestão do modelo de desenvolvimento adotado, em que a valorização da produção local, qualidade e atendimento às demandas existentes estariam sendo motivadas pelo comportamento da sociedade.

4.2.3 Dificuldade de Acesso a Produtos Locais

A renda dos indivíduos e das famílias é considerada o principal meio pelo qual as pessoas têm acesso aos bens e serviços que compõem uma vida digna, no caso, com segurança alimentar e nutricional. Isto é, o poder real de compra das famílias depende do nível da renda auferida por elas e dos preços praticados no comércio. A renda não é o único fator que determina a escolha alimentar, mas pode ser um dos principais, especialmente quando indivíduos/famílias se encontram em dificuldades financeiras, ou seja, com renda inadequada às despesas familiares. Essa condição pode levar à privação de alimentos considerados de maior qualidade nutricional (orgânicos, artesanais) em detrimento de produtos com preços mais ajustados às suas condições econômicas, mesmo não sendo de sua preferência.

De acordo com Maluf e Menezes (2000), a insegurança alimentar, do ponto de vista econômico, se manifesta na incapacidade de acesso regular aos alimentos, devido, principalmente, à indisponibilidade de renda para adquiri-los.

3. A não-preferência pelo produto Fonte Nova

IC.F - Custo mais elevado

DSC.F

> *Não, eu nem sempre posso comprar estes produtos, porque são mais caros, então a gente pega outra marca, mas é mais pelo preço. Sempre preciso olhar o preço porque a gente não sabe o futuro, não tem garantia de que lá na frente vai ter dinheiro, então sempre procuro pelo mais barato.*
>
> *A gente até gostaria de comer um produto Fonte Nova, mas ele é um produto mais caro e como tem outros mais baratos é esse que a gente vai comprar... a gente vive com o mais barato,temos que economizar.*
>
> *Por certo, seria comprar os produtos Fonte Nova, mas é como eu disse, a gente vai cuidando para não ficar ser dinheiro, sempre comprando o mais em conta, e ainda assim às vezes a gente fica quase sem dinheiro, nem sempre a gente compra aquilo que gosta, porque o preço é a primeira coisa que a gente olha.*

Análise e discussão dos DSC

A questão de escolha de alimentos para aquisição ainda está muito relacionada ao preço do produto, entre outros fatores. Grande parte da população mundial, na hora da decisão da compra de alimentos, necessita considerar inicialmente seu valor de mercado, e não a qualidade que o mesmo possa oferecer, nem mesmo a preferência de consumo, não conseguindo assegurar desta forma uma alimentação de qualidade que possa oferecer segurança alimentar e nutricionais. Esta situação de insegurança aparece no *DSC-F,* em que o preço de determinado produto é o fator que contribui decisivamente na aquisição de alimentos.

Este mesmo discurso pode ainda ser confirmado por pesquisas quantitativas, em que se observa que os rendimentos não são suficientes para garantir alimento em quantidade e qualidade suficiente para atender às necessidades do ser humano ou então aos seus desejos.

Essa realidade não é particular somente da região do estudo. Dados do IBGE referente pesquisa da POF nos anos 2002-2003 mostram que cerca de 85% das famílias brasileiras referiram algum grau de dificuldade para custear as despesas com alimentos e 73% das famílias nem sempre ou raramente consomem os alimentos que eram do tipo preferido.

Mesmo diante das dificuldades econômicas para assegurar alimentos em quantidade e qualidade adequada, a sociedade manifesta o desejo de consumo pelos produtos Fonte Nova. Ainda que não esteja suficientemente clara, esta manifestação pode ser interpretada, tanto pelo desejo de consumir um produto local que pode estar oferecendo maior qualidade, ou então como forma de incentivo ao desenvolvimento da localidade.

4.2.4 Impacto do Programa de Desenvolvimento Local

O desenvolvimento local está cada vez mais se firmando como elemento valioso na alavancagem do desenvolvimento, regional ou rural, determinado pela soma das potencialidades, competências e capacidades de cada grupo em determinado espaço geográfico, sendo capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população.

4. Pacto Fonte Nova na visão do produtor associado

IC.G – Mudança na matriz produtiva e incremento na renda familiar
DSC. G

> *O programa Fonte Nova é bom pra nós agricultores porque nós que somos pequenos onde a cultura de soja não é viável o programa incentivou o plantio de alimentos para consumo garantindo também comércio para estes produtos.*
>
> *Nós tivemos um grande incentivo em mudar nossa produção, a gente já produzia alguma coisa até mesmo pra vender...mas agora em maior quantidade, assim agente foi deixando de plantar soja, fumo, o que a gente vê é uma mudança mesmo sem plantar essas outras culturas nós estamos ganhando mais, muito mais. Com o pacto nos temos garantia de comercio, participamos em feiras fora do município e isso sempre dá um bom retorno financeiro.*
>
> *A soja, por exemplo, é uma cultura que você recebe somente uma vez por ano e o que a gente faz agora recebemos quase toda semana, parte desse recebimento se deve ao programa, agora temos venda certa nos mercados,*

antes não... o pessoal do programa, eles fizeram nós mesmos enxergar novas possibilidades de conseguir renda mesmo com pequena área de terra.

Cada vez estamos aumentando mais nossa produção e ganhando mais com isso... a renda da nossa família vem aumentando...já estamos vendendo nossos produtos para outros municípios, produtos que antes eram comprados fora agora são vendidos fora, as coisas estão se invertendo isso é bom pra nos, nos fortalece.

IC.H - Geração de emprego

DSC.H

Quando a gente plantava soja não tinha trabalho para todos... eram épocas, e também porque algum tempo a gente passou a usar bastante veneno..daí sim que não precisava de muita gente....

Hoje, toda a família trabalha, tem trabalho para todos aqui nessa atividade, na verdade eu posso dizer que essa atividade gerou emprego pra mim, pra minha esposa, meus dois filhos e minha futura nora, então são cinco novos empregos.

Eu sempre trabalhava de empregado, agora eu emprego, isso é uma coisa que eu nunca pensei, então nossa família toda vive disso... tem mais dois empregados permanente e três temporários,mais ou menos duas vezes na semana. Eu de empregado passei a patrão, o importante é saber que hoje posso ajudar alguém, isso faz muito bem pra gente, porque eu sei o que é ficar sem emprego.

Sempre gostei de trabalhar, mas agora gosto mais ainda, porque quanto mais se trabalha maiores são os lucros.

A agroindústria está sendo a alternativa para manter a todos nós no meio rural, porque a família esta crescendo e se não fosse essa atividade alguém teria que buscar trabalho fora...assim podemos permanecer no interior com trabalho e o mais importante com renda para garantir o sustento de todos, então a agroindústria está sendo uma coisa boa e será melhor ainda, quando aumentarmos as vendas e consequentemente a produção.

IC.I – Melhorias na infra-estrutura e a marca do produto

DSC.I

A construção da agroindústria veio na hora certa, mesmo sem receber ajuda com dinheiro para a construção, recebemos algum material e mão-de-obra para a construção o que facilitou bastante, se não fosse essa ajuda ainda não teríamos um lugar adequado para a produção.

Antes a produção era feita na cozinha, a gente não tinha outro lugar para produzir, era cozinha da casa velha, muito pequena...nem tinha como fazer muita coisa...então a gente nem pensava em aumentar a produção porque não tinha como...agora ficou muito melhor...ainda falta alguma coisa..mas já podemos aumentar muito nossa produção, muito mesmo, com esse aumento da produção os lucros também aumentaram... a prefeitura, o pacto né? nos ajudou com um pouco de material e mão-de-obra...Com isso nosso

> *produto está cada vez mais adequado as normas da vigilância sanitária, agora podemos vender sem medo porque estamos dentro da lei.*
> *A marca dos nossos produtos também fez com que a renda aumentasse, porque percebemos que nossos produtos são conhecidos, isso tudo porque junto com o programa criamos a marca dos nossos produtos ...é muito bom ver nossos produtos embalados com uma marca que é nossa...isso é uma coisa que ninguém pensava que ia dar tão certo.*
>
> *Posso dizer que falta bastante coisa ainda, mas e a gente não tivesse tido essa ajuda no início não teríamos conseguido nada, porque não tem como começar alguma coisa quando não se tem dinheiro pra nada, então essa ajuda na agroindústria foi bem vinda.*

Análise e discussão dos DSCs G, H e I

Por meio do *DSC.G* pode-se observar que o Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova tem sido gerador de benefícios econômicos, decorrente principalmente da adoção de uma nova matriz produtiva, sendo que mesmo pequenas propriedades rurais mantinham como prática produtiva a monocultura, tipo de produção que, segundo vários estudos, não oferece viabilidade econômica ao pequeno produtor.

O programa passa a ser um "agente" promotor de mudanças no meio rural, seja por aumento de determinada produção que não apresentava importância econômica para a unidade, ou devido à implantação de um novo sistema produtivo com menor impacto ambiental e social, apresentando viabilidade econômica maior em relação às práticas de cultivo anteriormente estabelecidas entre o sistema produtivo e consumidor.

Segundo Abramovay (1999), as unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades.

O produtor tem encontrado nas atuais atividades desenvolvidas melhores rentabilidades econômicas, o que pode ser a garantia de melhores condições de vida.

Da mesma forma que a mudança de atividade foi geradora de renda, segundo o *DSC.H,* esta também tem sido geradora de trabalho para a mão-de-obra familiar existente, gerando tanto empregos permanentes como temporários. Dessa maneira, este segmento responde a critérios não somente de ordem econômica mas sociais na geração de emprego e renda, surgindo expressões de satisfação em poder contribuir com o desemprego – *"o importante é saber que hoje posso ajudar alguém, isso faz muito bem pra gente, porque eu sei o que é ficar sem emprego."*

Assim, este modelo tem sido capaz de manter a interiorização, absorvendo a mão-de-obra disponível em atividades economicamente mais rentáveis. A geração de trabalho no meio rural que há um bom período se apresentava em declínio, com essa nova dinâmica tem se revitalizado, consolidando progressivamente este modelo de desenvolvimento (Tabela 1).

Segundo relato dos produtores, observado pelo *DSC.I*, outro beneficio importante que concorre para facilitar a comercialização dos produtos tem sido o auxílio recebido do programa em forma de material, mão-de-obra ou ainda financiamento para construção das agroindústrias, adequando-as às legislações vigentes. Com isso, melhoram as condições de trabalho, bem como a qualidade do produto. A agroindústria com infra-estrutura adequada permite não só o aumento da produção como torna possível a comercialização dos produtos com características de produtos legalizados decorrentes do atendimento às legislações vigentes.

A atividade desenvolvida pelos produtores associados está centrada na agroindustrialização, dos mais simples processos até os mais complexos. Entende-se como agroindustrialização, o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas, gerando novos produtos, tanto de origem animal como vegetal como, por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas. Desta forma, estão subordinadas às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Atender a estas exigências tem sido para muitos um obstáculo devido à situação econômica em que a grande maioria dos produtores familiares se encontra.

Desta forma, fica evidente a necessidade de crédito adequado e acessível. No entanto, outras medidas são indispensáveis, como o apoio de programas federais, estaduais e municipais, incorporando um conjunto de ações e serviços públicos que se destacam, principalmente, na assistência e capacitação técnica em todas as etapas da cadeia produtiva, na organização social e na gestão do empreendimento; o resgate e geração de tecnologias adaptadas e adequadas às pequenas agroindústrias; linhas de crédito; a implantação serviço de inspeção sanitária e adequação as legislações vigentes.

Um dos principais atributos da qualidade de um alimento ou refeição é a sua condição sanitária, reflexo da característica da matéria-prima e dos processos produtivos empregados. A variação do processo produtivo interfere diretamente na garantia da qualidade da preparação do alimento e, conseqüentemente, na segurança alimentar. Muda, inclusive, o *locus* da produção, pois enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem

geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

A marca dos produtos – Fonte Nova – tem sido trabalhada no sentido de caracterizar e consolidar o esforço coletivo na melhoria qualitativa dos produtos. O reconhecimento social da qualidade associada à marca tem sido um aspecto de estímulo e comprometimento com um processo de melhoria contínuo.

4.2.5 Mercados Locais Insuficientes

O processamento de alimentos – agroindustrialização artesanal de alimentos – tem se constituído numa importante estratégia para a agricultura familiar nos últimos anos. A constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produto colonial) promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência da família rural, destinado ao consumo na entressafra, passa a ser visto pelo produtor rural como um produto de grande potencial comercial (artesanal, orgânico) de maior valor agregado.

Entretanto, mesmo diante do argumento de que o foco deva ser os circuitos locais/regionais de produção, distribuição e consumo, evitando disputar mercado com as grandes empresas do setor agroalimentar (MALUF, 2004), o programa tem apresentado dificuldades em investimento na implantação de agroindústrias familiares, o que leva à necessidade de aumentar a escala de produção para além da capacidade do mercado local/regional (SILVEIRA; HEINZ, 2005).

5. Dificuldades de comercialização

IC.J– Falta de vendedor e transporte para os produtos

DSC.J

> *Quanto maior for a produção e a comercialização, maior será nosso lucro, mas estamos com dificuldade em comercializar nosso produto fora do município, tem muitos municípios que querem o produto fonte nova, mas não temos como vender, porque encarece muito o produto, como vamos sair daqui só com um produto e vender em uma cidade a 200, 300 km,*

> *precisamos de um transporte coletivo para todos os produtos, isso ia ajudar bastante... com a possibilidade de vender pra fora em outros municípios poderíamos aumentar nossa produção que aí sim seria viável.... a agroindústria tem capacidade para produzir muito mais do que está sendo produzido, mas não tendo como comercializar fora, a gente não pode aumentar a produção, o que está acontecendo é que o processo de agroindustrialização é realizado três vezes na semana, o restante do tempo fica parada, até já pensamos em industrializar outro produto, mas novamente dependemos do comércio externo.*
>
> *Claro que pra produzir mais, e vender para outros municípios, a gente precisa além de um transporte um vendedor que possa vender todos os produtos Fonte Nova...*
>
> *Como é atribuição do programa auxiliar na busca por mercados externos... a gente está esperando que eles nos ajudem... isso já foi discutido em reunião mas até agora nada, pelo contrário, destinaram recursos para coisas menos importantes e ainda não vi benefícios disso...*

IC.K– Concorrência desleal

DSC.K

> *Olha só, a gente tem uma despesa com inspeção do produto, com matéria prima de primeira qualidade... temos um custo mais elevado para produzir dentro das normas legais, embalagem, rótulo, a própria inspeção, cursos que a gente faz, tudo isso para poder comercializar nosso produto. Só que muitos produtores que não fazem parte do programa, vendem seus produtos mesmo sem inspeção, sem embalagens adequadas, então o custo de produção para estes produtos é bem menor, há e ainda vendem de porta em porta, tiram nosso cliente, a gente sabe que muitas pessoas preferem receber o produto em casa. A gente fica pensando onde está a fiscalização, porque antes da gente participar do programa nos foi dito que não seria permitido vender produtos sem inspeção e de casa em casa. Nos estamos fazendo tudo direitinho mas a prefeitura não está fiscalizando e com isso tem nos prejudicado.*
>
> *Quando fomos convidados para participar do pacto nos foi dito que a vigilância sanitária iria atuar bastante, porque é proibido vender um produto que não esteja dentro das normas. Vendo assim parece que isso só vale pra nós do pacto, porque os outros continuam vendendo seus produtos, isso é venda ilegal, acaba tirando o nosso comercio, porque eles vendem até por preços mais baixos, porque eles não têm tanta despesa na produção.*

Análise e discussão dos DSCs J e K

Através do *DSC.J*, o aumento da produção e a expansão de mercado surgem neste discurso como condição importante na viabilização da agroindústria, pois atingir o mercado externo assume fator estratégico e vital neste processo. Segundo alguns autores, o objetivo do agricultor familiar não está centrado na comercialização em escala, sendo o mercado local seu

espaço preferencial. Estrategicamente, como analisa Maluf (2004), são realmente os circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo que devem ser conquistados pela produção artesanal de alimentos para sua consolidação inicial.

Na busca por mercado externo é pertinente o discurso usado pelos produtores, em que sugerem estratégias cooperativas e solidárias, e que certamente são importantes por dissolverem entre os associados os custos de venda e de distribuição. Desta maneira será possível atingir centros urbanos mais densos, onde os produtos de origem familiar rural não fazem parte das dinâmicas produtivas praticadas, apresentando com isso maior capacidade de absorver estes produtos.

Considerando ainda as dificuldades encontradas pelos produtores, surge como um entrave a concorrência "desleal" que, segundo o *DSC.K,* é praticada por muitos produtores que comercializam seus produtos no mercado informal sem atender às legislações sanitárias, o que torna possível sua comercialização a valores inferiores. De fato, para atender às exigências legais e manter-se competitivo perante um comércio globalizado, tendo as grandes empresas como concorrentes, o comércio interno pode não ser suficiente para garantir viabilidade econômica a determinado produto, ainda mais quando se compete com produtos similares que não apresentam custos com o atendimento às legislações sanitárias.

Diante desta situação a agroindústria familiar tem demonstrado que o investimento em sua implantação leva à necessidade de aumentar a escala de produção para além da capacidade de demanda do mercado local/regional. Tal situação relaciona-se com os custos operacionais e encargos que passam a onerar o empreendimento.

Em relação à produção artesanal de alimentos, as abordagens tradicionais enfocam como preocupação fundamental a adequação das unidades de processamento de matérias-primas de origem vegetal ou animal às normas sanitárias vigentes (PREZOTTO, 2002a).

O atendimento às legislações sanitárias implica na elaboração de projetos e implantação de instalações e equipamentos que extrapolam muitas vezes a capacidade de investimento dos produtores. No entanto, atender às legislações é condição exigida pelo programa, tornando possível a comercialização desses produtos no mercado formal. De acordo com o discurso *DSC.K,* os produtores associados com práticas agroindustriais mesmo com incentivos recebidos pelo programa, como infra-estrutura, treinamento, rotulagem, embalagem, apresentam um custo de produção superior aos produtos artesanais que não atendem às legislações sanitárias e mesmo assim comercializam seus produtos de maneira clandestina.

De acordo com os associados, é necessária uma ação maior dos órgãos fiscalizadores, em que ficariam sujeitos às penalidades da lei os que comercializarem produtos de maneira informal, ou seja, na clandestinidade.

Com o exposto acima, há de se considerar dois fatores diretamente relacionados ao desenvolvimento local/regional. De um lado se encontra o produtor associado, penalizado pelo não cumprimento do acordo firmado pelo programa (maior fiscalização para os produtos clandestinos e aplicação das penalidades previstas em lei), intimidando a comercialização informal, ao mesmo tempo em que exigências são impostas aos associados (cumprimento das legislações vigentes), acarretando a elevação dos custos de produção. Com isso ocorre a diminuição da competitividade, uma vez que o preço do produto é um dos fatores que determinam sua escolha, principalmente quando os produtos apresentam semelhança entre si (produto local, produção artesanal).

Por outro lado, há de se considerar que mesmo informal, a agroindústria familiar é reconhecidamente um segmento de grande importância para municípios com sua base econômica centrada na agricultura familiar. Esta atividade vem representando fonte significativa de ocupação, elevação da renda e inserção do agricultor familiar no mercado por meio da oferta de produtos variados e de qualidade, contribuindo assim para a fixação do homem no meio rural.

Segundo autores como Silveira e Zimmermann (2004) e Prezotto (2002a), as legislações sanitárias, em alguns casos, acabam por intimidar o desempenho das agroindústrias familiares, uma vez que normalmente o produtor rural não dispõe de capital suficiente para investir em um processo que atenda a todos os critérios impostos pelas legislações vigentes.

Esse pode ser um dos fatores que cooperam para que alguns produtores com práticas agroindustriais permaneçam na informalidade, especialmente quando a industrialização é realizada primeiramente para atender à demanda familiar, sendo que somente o excedente é destinado à comercialização. Sabe-se que com a industrialização o produtor consegue, além de conservar o alimento por mais tempo, melhorar o seu valor comercial por agregar valor ao produto *in natura*.

No entanto, apesar da indiscutível importância econômica e social representada por este segmento e das dificuldades que o setor vem apresentando ao longo de anos, não é possível permitir ou consentir a oferta de alimentos que apresentem potencial de risco à saúde

do consumidor. Há de se considerar que num mundo globalizado, com economia de mercado aberta, cada vez mais tomado pela produção em grande escala, com um consumidor cada dia mais informado e, portanto, mais consciente e exigente, no mundo regulado por medidas sanitárias em que o passaporte é a qualidade e sua garantia é responsabilidade de quem produz, há que se fazer mais, muito mais pela sobrevivência do pequeno produtor, do que amputar pedaços da legislação sanitária, remendá-la, adaptá-la ou forçar a benevolência e inoperância dos órgãos fiscalizadores (SCHREINER; MACHADO; TEIXEIRA, 2001).

As legislações de controle de alimentos, se atendidas pelos produtores, resultam em ações que contribuem não somente no atendimento às legislações vigentes, mas na diminuição de perdas nas diversas fases do processo produtivo, promovem o desenvolvimento ordenado da produção, industrialização e comercialização, assegurando práticas comerciais justas – corretas. O atendimento às legislações assegura aos produtores um melhor nível de competitividade, o que certamente contribui para o fortalecimento das relações comerciais.

A ausência de uma fiscalização mais rigorosa pela vigilância sanitária tem gerado descontentamento entre os produtores associados, o que pode ocasionar o abandono da atividade ou então conduzir à clandestinidade aqueles que buscam atender as determinações impostas, por meio de esforços individuais e coletivos. Apesar das atividades agroindustriais praticadas pela agricultura familiar serem reconhecidas como importantes para a economia do município de Crissiumal, representando fonte significativa de ocupação e renda, o comércio informal poderá comprometer ou inviabilizar o restante do setor que produz e comercializa produtos em conformidade com as legislações – o que acarreta aumento dos preços dos produtos, tornando o produto menos competitivo. Diante do exposto é imperativo criar medidas que possam conduzir a produção e comercialização informal para a formalidade por meio de relações mais fortalecidas entre a sociedade civil e o Estado.

4.2.6 Fragilidades do Programa de Desenvolvimento

No processo de desenvolvimento ou na implantação de programas de desenvolvimento local, alguns fatores têm sido apontados como determinantes na sua consolidação, salientando-se a escassez de recursos e a assistência técnica mais intensiva, determinando a necessidade de uma combinação de mudanças das políticas governamentais – municipais – e iniciativa da sociedade.

6. Fragilidades

IC.L– Falta de oportunidade

DSC.L

Nós somos parceiros do programa Fonte Nova, mas o que a gente tem sentido é que nem todos têm a mesma oportunidade, alguns recebem mais investimento e outros menos e ainda alguns não ganham ajuda nenhuma, isso não é certo, porque nem sempre aquele que recebe ajuda é o que mais precisa, então isso não é certo.

A gente não sabe muito bem como essas coisas funcionam, mas quando vem um dinheiro eu acho que deveria ser discutido em reunião e analisada a situação de cada um dos produtores, pra poder ver quem precisa mais, ou então ajudar aquele que ainda não recebeu nenhuma ajuda, sei lá, acho que é uma forma mais justa, ou então ainda sorteio, não sei, mas, isso precisa mudar.

Vejo que alguns começaram pequenos e só receberam ajuda no início e tão indo bem, outros já receberam bastante e ainda continuam recebendo e não estão bem, porque querem subir rápido demais, daí precisam sempre de ajuda enquanto alguns não conseguem nada, isso não fica bem para o programa e as pessoas começam a ficar descontentes com o programa.

IC.M – Assistência técnica insuficiente

DSC.M

No programa tem uma equipe técnica até bem boa, mas é mais no papel. Todos os profissionais trabalham em outros lugares também, então não tem profissional exclusivo para atender os produtores, sempre que você precisa tem que esperar e às vezes eles demoram muito pra vir... são profissionais da prefeitura e não do Pacto.

A produção nossa é bem diversificada então o que acontece é que os técnicos muitas vezes não sabem, não conseguem resolver nosso problema, porque eles nunca trabalharam com isso, sinto falta de alguém com mais conhecimento e mais disponível, que fosse só do programa.

Muita coisa a gente resolve por fora... quando precisei tive que pegar um técnico e pagar com meu dinheiro, mas e aquele bem pequeno que não tem como pagar? fica sem assistência, isso prejudica bastante porque a gente não sabia fazer muita coisa, sabia mas do nosso jeito, só que quando você vende para os mercados é preciso fazer muita coisa diferente por causa da qualidade do produto, então falta orientação.

Teria que ter uma equipe que fizesse mais visitas... às vezes na reunião a gente não lembra de falar tudo ou não tem o técnico presente ou ainda não dá tempo de falar, porque é muita coisa...

Algumas coisas têm sido bastante importantes como os cursos da EMATER, e mais uns outros que a gente fez, mas ainda é muito pouco é preciso mais a gente vê que tem muito ainda pra aprender e se a gente não buscar coisas novas vamos ficar para traz.

Análise e discussão dos DSCs L e M

O programa de desenvolvimento tem causado descontentamento entre os associados, que podem ser sintetizadas em dois aspectos mais evidentes: a equitatividade na distribuição dos recursos do programa e a assistência técnica. De acordo com o *DSC.L,* a falta de critérios que definem o destino dos recursos financeiros tem gerado descontentamento entre os associados, uma vez que na ausência de critérios claros alguns recebem volumes de investimentos maiores e ou mais freqüentes. Por outro lado, alguns produtores, mesmo diante de situações econômicas menos favorecidas, não conseguem ter acesso a estes investimentos, e acabam não sendo contemplados com recursos financeiros, podendo comprometer a viabilidade da atividade, uma vez que atender às legislações sanitárias exige, na maioria das vezes, investimentos em infra-estrutura e equipamentos.

Segundo Sachs (2001), a viabilidade da agricultura familiar depende de sua consolidação por políticas de crédito, extensão rural, pesquisa tecnológica e acesso aos mercados, principalmente por se tratar de um segmento que vem passando historicamente por inúmeras restrições de natureza econômica, política, social, que contribuíram para o empobrecimento das unidades familiares rurais. Fica claro, portanto, que os recursos materiais são indispensáveis, porém é necessário que sejam associados a um processo de gestão participativo integrador e qualitativo, que contemple a inclusão de todos os atores sociais, ou seja, que todos tenham vez e voz.

Ainda na representação das fragilidades do programa, a ausência de equipe técnica exclusiva, assim como a ausência de especialização – em algumas áreas - surge no *DSC.M*. O programa dispõe de uma equipe técnica constituída por profissionais de diversas áreas – agrônomo, nutricionista, veterinário, etc. – equipe formada por servidores públicos, os quais não apresentam disponibilidade suficiente de tempo e envolvimento que garanta aos produtores suporte técnico necessário. No entanto, a adoção de um novo modelo produtivo exige uma demanda maior de informações e especialidades, as quais nem sempre têm sido atendidas. A disponibilidade da equipe, a troca de experiências, idéias e conhecimentos entre técnicos e associados, implicam na construção do conhecimento, em que se estabelece um compromisso que resulta do trabalho conjunto e do desejo de agir sobre a realidade e que constitui a base de um processo educativo contínuo e emancipatório, necessário à implementação das ações.

4.2.7 Fortalecimento do Programa de Desenvolvimento

O fortalecimento ou a consolidação de políticas ou programas, seja qual for sua natureza, ocorrerá quando mais adequadas e ajustadas forem as particularidades e as necessidades locais, ao passo que devem ainda ser conduzidas pelos mais diferentes segmentos sociais no desempenho de seus papéis em que suas ações se completam, fortalecendo o processo.

Para Veiga (1997), são as regiões os locais que melhor conseguem se desenvolver, os que apresentam melhor e maior capacidade de organizar os fatores endógenos, direcionados para o fortalecimento das organizações sociais, para o aumento da autonomia local na tomada de decisões, para o aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais e para o aumento da inclusão social.

7. Comprometimento com o êxito do programa

IC.N – Qualidade dos produtos

DSC.N

> *O programa ele nos cobra bastante qualidade, então nós sempre procuramos fazer nossos produtos da melhor maneira possível... bom, nossos produtos têm até um selo e todo mundo junto está trabalhando para conseguir o selo de qualidade, se alguém deixar de fazer o produto com qualidade isso vai estragar para os outros, porque agora não é mais o produto do J. do W. mas é o produto Fonte Nova, como dizem temos agora um nome a zelar.*
>
> *Sempre o que mais é cuidado na hora de fazer um produto, é se a matéria prima é de primeira qualidade, não adianta você fazer com todo carinho se os ingredientes já não são tão bons. Muitas vezes pagamos mais caro pelos ingredientes melhores mas não abrimos mão disso, a qualidade é em primeiro lugar.*
>
> *Nossos produtos são comprados para merenda escolar e eles sempre olham a qualidade, e quando tem qualquer coisa que eles acham que não está bom, nós procuramos melhorar. Nunca tive uma reclamação do cliente, se não tive reclamação o produto é bom, porque sempre estou vendendo bastante.*
>
> *A qualidade do produto Fonte Nova é que mantém o programa, caso os produtos não fossem de qualidade como que o programa teria tanta fama? Então é isso aí, temos sempre que cuidar da qualidade dos produtos.*

IC.O – Envolvimento

DSC.O

> *As reuniões são muito importantes para todos, de que adianta eu ser um associado e não saber como andam as coisas, nada funciona sozinho, é preciso que todos saibam o que está acontecendo, o que precisa ser feito. Eu sei que quando tem bastante pessoas, cada um dá sua opinião e quando menos a gente vê surgem boas idéias. O programa como o prefeito diz: "...é um programa da sociedade não é da prefeitura...", então a gente não pode esperar tudo da prefeitura ou do programa, se ele é nosso, nós é que temos que encontrar soluções para os problemas.*
>
> *Se não participamos das reuniões também não podemos reclamar de nada, muitas vezes precisam decidir alguma coisa, tipo participar em feiras, se não estamos lá não podemos participar, a não ser que sobre uma vaga pra gente.*
>
> *Sempre participamos das reuniões, porque daí a gente fica por dentro do que está acontecendo e se tiver alguma coisa a gente pode ajudar, pode dar opinião, a gente também se sente melhor quando nossa opinião é aceita, assim a gente vê que nossa participação é importante.*
>
> *Sempre que tem algum encontro nós participamos, assim podemos divulgar nossos produtos e quem sabe atingir outras cidades, isso já aconteceu comigo... participar em feiras é muito bom além da venda o Pacto Fonte Nova fica mais conhecido.*
>
> *Nosso programa já está bem conhecido porque sempre vamos em feiras expor os produtos, alguns anos quase ninguém conhecia nossos produtos agora depois de alguns anos que estamos participando tem pessoas que vêm nos procurar, já fizemos amizades e o programa está sendo bastante conhecido e reconhecido, isso vale o sacrifício de sair de casa.*

Análise e discussão dos DSCs N e O

O comprometimento com o êxito do programa por parte dos associados se dá mediante a adoção de processos que garantem a qualidade do produto, preservando desta forma não somente a qualidade restrita a um produto, mas a todos que levam a marca Fonte Nova. O valor de um alimento está diretamente relacionado ao processo produtivo, que compreende desde a técnica de cultivo, qualidade da matéria-prima, transformação, armazenagem, distribuição e consumo. Segundo o discurso dos produtores, a qualidade de seus produtos é assegurada por meio da adoção de técnicas que atendam não somente às legislações vigentes, mas também aos critérios impostos pelo programa.

De acordo com os produtores, a preocupação com a qualidade dos produtos torna-se essencial, assegurando-lhes tanto a condição de associado ao pacto como auxiliando na consolidação da marca Fonte Nova – reconhecida por sua qualidade. Decorrente deste processo, novos mercados poderão ser conquistados, refletindo no aumento da produção e, conseqüentemente, nos lucros.

O comprometimento dos produtores com o programa vai além dos cuidados em preservar a marca Fonte Nova por meio da adoção de práticas que garantam a qualidade dos produtos. A participação em reuniões e feiras é entendida pelos produtores como uma das formas pelas quais eles contribuem na consolidação do programa.

A participação e o envolvimento dos associados em reuniões e eventos indicam a existência de capital social, principalmente quando é entendida pelos produtores como algo necessário tanto para o fortalecimento do programa como para eles, uma vez que neste espaço o produtor se vê como parte integrante de um processo que constantemente deve ser revitalizado com discussões e encaminhamentos que atendam à necessidade coletiva. Quanto maior for a amplitude dos benefícios gerados por uma ação, mais positivos serão os resultados (maior contentamento dos associados). O capital social somado a outros fatores é fundamental na promoção do desenvolvimento. Há que se considerar que o desenvolvimento ocorre na medida em que o homem passa a apresentar melhores condições de vida (bem-estar), diminuindo as desigualdades nas mais diversas esferas (sociais, econômicas, culturais, etc.).

É importante a compreensão dos associados de que a participação de todos não é somente necessária mas se constitui em estratégia fundamental na garantia de que o exercício da cidadania pode atenuar as dificuldades encontradas pela humanidade.

O atendimento às determinações impostas pelo programa, no cuidado com a qualidade do produto, a participação em reuniões e eventos, têm sido respeitadas. O compromisso que os produtores têm em relação ao programa surge de maneira bastante contundente.

4.2.8 Segurança Alimentar do Produtor Associado

A Segurança Alimentar é atendida quando um indivíduo ou sua família tem acesso assegurado a alimentos de qualidade em quantidade suficiente que atenda às necessidades nutricionais durante todo o período de uma vida, sem que isso implique em dificultar ou inviabilizar o acesso a outros bens e serviços necessários à digna condição humana.

A renda e a produção de alimentos – quantidade e qualidade – são apontadas como os principais fatores determinantes de SA, decorrentes das inter-relações existentes entre ambos.

8. A Segurança Alimentar do produtor

IC.P - SA garantida pela produção diversificada e pela renda

DSC.P

> *Nós aprendemos com nossos pais e avós a plantar de tudo um pouco, eles até plantavam muito mais coisas... mas já há algum tempo começamos novamente a plantar, porque daí temos a farinha... plantamos muitas coisas, feijão, mandioca, batata, temos uma horta bem bonita, não precisamos comprar nenhum tipo de carne, temos uma variedade grande de frutas, inclusive algumas frutas silvestres... então eu acho que tudo isso ajuda para que a gente tenha segurança alimentar.*
>
> *Aqui, não compramos quase nada, só algumas coisas como café, bebidas, porcaria para as crianças até material de limpeza... nossa família nunca passou necessidade de alimento, porque sempre a gente tinha muita coisa em casa, mesmo quando a lavoura não ia bem, problemas com comida a gente não tinha.*
>
> *O pacto pra nós foi muito bom, deixamos de trabalhar de empregado e agora estamos ganhando mais....então com isso a gente pode comer melhor, melhor que eu digo é poder escolher um produto de melhor qualidade, um bom arroz, carne de melhor qualidade... hoje podemos comer mais frutas, antes não era assim, não sei se é porque as frutas eram mais caras ou porque ganhamos mais... agora parece mais fácil comprar comida, ir no mercado... mesmo assim nós cuidamos para não colocar alimento fora, aproveitamos bastante assim fizemos até uma economia...*

IC.Q – SA atendida pela qualidade do produto

DSC.Q

> *Vejo que o mais importante nessa questão de segurança alimentar é que o produto da colônia é muito melhor, já foi melhor ainda, mas ainda é melhor que o da cidade, melhor que aquele comprado nos mercados sem saber da onde vem, nem como foi feito....o nosso costume foi sempre fazer de tudo, bolacha, cuca, até mesmo o leite condensado, e faço até hoje, só se eu tiver muito trabalho, daí sim, uso o comprado. Imagina que o leite comprado vai ser melhor que o tirado da vaca e consumido logo?...nós valorizamos nossos produtos por isso plantamos o nosso próprio alimento.*
>
> *A gente nota que os outros também gostam muito de nossos produtos... os visitantes têm nos dito que o nosso produto é muito bom, então como posso pensar em comprar um produto que vem de longe.... cada vez mais quero fazer tudo caseiro, bolacha, salame, cuca, queijo, se a gente tem a matéria prima porque não faze ... o caseiro é muito melhor.*

Análise e discussão dos DSCs P e Q

As análises sobre a questão alimentar colocam ênfase na disponibilidade de renda monetária das famílias como o principal condicionante do acesso aos alimentos por uma grande parcela da população. Tão importante quanto a renda é a produção de subsistência para o produtor rural familiar, apresentando-se como fator determinante na garantia da segurança alimentar (MALUF, 2004).

Referentes a este tema surgem dois discursos entre os produtores, sendo um voltado à produção diversificada e à renda familiar como atributos de segurança alimentar, enquanto no outro a segurança alimentar da família é assegurada pela qualidade do produto familiar. Os produtores, segundo os discursos, não enfrentam dificuldades na obtenção de gêneros alimentícios, fator este que contribuiu na SA.

As relações de cultivo estabelecidas pela agricultura familiar ao longo dos anos, segundo o *DSC.P,* vem contribuindo com a situação de segurança alimentar familiar. A manutenção da produção alimentar diversificada tem sido apontada como condicionante para esta situação. A agricultura familiar mantém, em razão do seu perfil produtivo, relações bastante diversificadas com o comércio agroalimentar, o que a coloca em condições de menor risco. A produção destinada para o autoconsumo é um importante componente na reprodução das famílias e na segurança alimentar.

O novo modelo de comercialização – formal – praticado pelos produtores associados ao Pacto tem oferecido maior garantia à comercialização dos produtos – compromisso de compra e venda –, em que a relação estabelecida parece acontecer na base de troca. Essa dinâmica é entendida como uma maneira menos onerosa de aquisição de alimentos, não incorrendo na necessidade de *"gastar dinheiro com alimentos que não são produzidos na propriedade"*, na verdade representa uma renda não monetária.

Os produtores entendem que a disponibilidade e variedade de alimentos são maneiras de garantir a SA por meio do acesso providenciado pela família, reduzindo com isso a dependência por alimentos externos, bem como os gastos com alimentação. Assim, quanto mais diversificada for a produção familiar de alimentos, menor será o comprometimento da renda familiar em providenciar os gêneros alimentícios, o que é um dos critérios de segurança alimentar.

Autores como Galeazzi (1996) e Valente (2001) afirmam que a qualidade do alimento é uma condição necessária na garantia da SA, uma vez que não bastam alimentos em quantidades (calorias) adequadas. É preciso, além disso, que os produtos ofereçam qualidade de preferência na amplitude do termo.

4.2.9 Qualidade de Vida

A qualidade de vida de uma população é determinada pela superação de variáveis de tipo negativo, carências, deficiências, ausência etc. Atingir variáveis que possam expressar o bom nível de qualidade de vida dos indivíduos é tão importante quanto considerar o nível de satisfação manifestada pelos mesmos.

9. Qualidade de vida dos associados

IC.R – Mudança de vida e aumento na renda

DSC.R

> *Nossa vida aos poucos vem mudando, olha, antes eu trabalhava no comércio, era muito estressante, daí todo o final de semana a gente ia pro interior pra plantar um pouco, lidar na terra, pra aliviar os problemas. Depois que mudei de profissão, trabalho numa coisa que gosto de fazer. Sempre gostei do interior e agora vamos muito mais... isso dá uma sensação muito boa, antes a gente plantava porque gostava, agora, a renda da nossa família vem dessa atividade, essa atividade está nos dando oportunidade de trabalhar com prazer além de aumentar a renda da nossa família e o capital também. Com isso, já conseguimos comprar mais terra, o dobro do que a gente tinha e vivemos muito melhor. A nossa família está mais unida, todos trabalham juntos, não precisamos procurar emprego porque aqui temos o trabalho.*
>
> *Depois que entramos no programa nossa vida mudou bastante, não precisamos mais plantar fumo, então não usamos mais veneno e nossa renda ainda assim aumentou*
>
> *Morar aqui no interior é melhor do que na cidade... lá tínhamos que comprar de tudo, era muito difícil, porque tudo custa dinheiro... depois que viemos para o interior e também depois que nos associamos ao Pacto Fonte Nova, nossa renda aumentou bastante, aí tudo ficou mais fácil... Eu ainda quero fazer faculdade, eu quero estudar para saber mais das coisas, com estudo fica mais fácil.*

IC.S – Aumentar a renda, melhor lugar pra se viver

DSC.S

> *O que a gente precisa ainda é vender mais para aumentar o nosso lucro... mas já dá pra viver bem... depois que os nossos produtos estiverem sendo comercializado em outras cidades, quando tiver mais mercado para nossos produtos aí sim... aos poucos vamos realizando nossos sonhos, isso tem deixado a gente feliz.*
>
> *[...] precisamos ainda aumentar nossos lucros, mas só de estar trabalhando no que gosto, com a natureza, isso já faz um bem muito grande pra nós... as pessoas sempre estão correndo atrás de um sonho e de uma segurança para quando a idade chegar, porque no mundo de hoje você precisa ter uma segurança*
>
> *Morar aqui no interior é uma opção... trabalhamos o dia todo porque gostamos do que fizemos.... e jamais sairei daqui , é deste lugar que eu gosto, são estes trabalhos que me dão vida, aqui estou realizada e mais ainda quando consigo ajudar a comunidade, minha qualidade de vida é muito boa, é excelente, não temos de tudo, mas temos tudo que precisamos para ser feliz.*
>
> *No interior... você planta, você colhe, tira leite, sempre está trabalhando em alguma coisa, mas esse monte de coisa é que deixa a gente contente, porque um pouco cuida dos porcos, depois das galinhas, lida na horta, e fizemos tudo com muito gosto então não é sacrifício fazer isso, pelo contrário... tendo de tudo pra comer e ainda sabendo que é um produto de qualidade.*
>
> *[...] esse lugar é lindo tem muita mata nativa que meu pai preservou e eu continuo preservando... se a gente olhar para os outros vamos ver o quanto nossa vida é boa... Tenho um bom nível de vivência, convivência com a família, os filhos realmente eu não tenho do que me queixar. Sem dúvida tenho boa qualidade de vida.*

Análise e discussão dos DSCs R e S

Para muitos (*DSC.R)*, as atividades desenvolvidas surgem como opção de trabalho, associadas ao prazer de viver em contato com a natureza e com o grupo próximo, uma vez que os associados vêem este espaço como privilegiado, capaz de ameninar o estresse gerado pelas diversidades de situações impostas ao cidadão urbano dos centros maiores. O meio rural que era visto como um lugar de dificuldade e de ausências (conforto, qualidade de vida) passa a ser então o lugar das presenças, bem-estar oferecendo melhores condições de vida, devido ao ambiente tranqüilo, contato com a natureza e acesso à produção de alimentos saudáveis.

A felicidade no trabalho é tida como resultante da satisfação, sentimento de prazer no exercício de atividades profissionais (ALBERTO, 2000). Segundo os associados, a atividade desenvolvida no meio rural, além de gerar benefícios, estimula-os para o trabalho, fato que

está associado à elevação da renda. Sentem-se, portanto, mais seguros em relação à atividade praticada anteriormente, manifestando com isso o desejo de ampliar os negócios.

Outro aspecto é o fortalecimento dos laços familiares, perceptível na relação estabelecida entre o pai, a mãe e os filhos que trabalham unidos, relação apontada como fator importante na qualidade de vida dos indivíduos.

Depreende-se das manifestações dos associados que o programa de desenvolvimento é um fator que contribuiu para melhorar a qualidade de vida[20] dos associados, sendo que para muitos ele tem sido o facilitador das mudanças ocorridas. Juntamente com os esforços familiares, o programa possibilitou maiores ganhos com as novas atividades desenvolvidas ou então mediante a expansão das existentes.

4.2.10 O Programa de Desenvolvimento na Visão da Sociedade

Programas de desenvolvimento devem, assim como seu conceito, serem capazes de promover melhorias físicas, econômicas, ambientais e sociais destinadas a melhorar as condições de vida de uma população, harmonizando e melhorando as relações estabelecidas e a sensação de bem-estar da população.

10. Crissiumal depois do programa: visão da sociedade

IC.T - Geração de renda, emprego e manutenção da população rural
DSC.T

> *O que a gente sabia aqui dos nossos agricultores, é que quase todos estavam bastante endividados, ainda tem muita gente nessa situação, mas estes que entraram no Pacto e começaram a plantar outras coisas, melhoraram de vida, estão ganhando mais, a gente sabe que muitos já pagaram o que deviam e estão muito bem. Uma coisa que eu vejo e é importante é que agora os jovens não precisam mais sair aqui do município para encontrar trabalho e nem precisam vir pedir emprego para o prefeito, agora eles têm bastante coisa para fazer em casa junto com a família e ganhando seu dinheiro, porque no interior sempre tem o que fazer, mas agora, além disso, também eles começaram a ganhar mais, daí podem ficar no interior.*

[20] Segundo os sujeitos da pesquisa, o Programa de Desenvolvimento Pacto Fonte Nova tem sido o gerador de melhoria na qualidade de vida dos associados, alcançada mediante novas atividades desenvolvidas, elevação da renda familiar e fortalecimento dos laços familiares.

Agora aqui no município tem bastante agroindústria e isso é jóia porque dá oportunidade para outras pessoas também, quantos que não tinham emprego e agora estão trabalhando nas agroindústrias no interior, assim é menos gente pedindo emprego na cidade, o Pacto foi muito bom para melhorar a renda dos agricultores, isso a gente vê, eles estão comprando mais coisas, andam bem melhor que antes.

Depois do Pacto eles vendem seus produtos no mercado e recebem um bom dinheiro, não precisam mais vender de casa em casa, não é mais aquele dinheirinho "pingado", isso é porque eles podem vender no mercado, nas feiras que eles participam, a prefeitura compra bastante alimento pra merenda das escolas e da creche, então eles melhoraram, eu acho que bastante.

IC.U – Alimentação com maior qualidade

DSC.U

Com o pacto quase todo mundo está ganhando, a alimentação melhorou bastante porque os produtos produzidos aqui são mais saudáveis, você sabe o que está comento, não tem veneno nem produto químico, são alimentos produzidos aqui na colônia... então acho que para a alimentação o Pacto foi uma coisa muito boa... agora o produto da colônia pode ser encontrado nos mercados, antes não era assim, eles vendiam de porta em porta ou a gente tinha que procurar eles, agora ficou mais fácil e os produtos estão melhores, a gente que já comprava alguma coisa percebe isso.

A merenda nas escolas é outra coisa que mudou bastante, agora a merenda é feita com o alimento que é produzido aqui no município, quase tudo é comprado do produtor, pouco coisa... tem galinha caipira e até rapadura na merenda... é uma coisa que alimenta as crianças e que todo mundo gosta. Eu acho que em termos de alimentação Crissiumal está muito bem.

IC.V – Aquecimento da economia local e turismo

DSC.V

Agora com o produtor ganhando mais eles gastam mais nos mercados, compram mais coisas, antes eles não compravam tanto, agora eles vêm vender os produtos e já levam outras coisas pra casa. Antes eram poucos os agricultores que entravam nas lojas agora eles vêm comprar todo o mês e sempre pagam, pagam certinho.

Muito dos alimentos que a prefeitura compra pra merenda escolar, asilo, creche são quase todos dos produtores, produtos aqui da nossa região, então esse dinheiro fica para no município, porque daí eles recebem, gastam aqui mesmo e os impostos também ficam aqui, agora é melhor o dinheiro circula mais no próprio município.

Quem conhecia o município há alguns anos atrás, sabe, era quase deserto, tudo parado, feio, poucas lojas, um comércio muito fraco, agora depois do pacto a diferença é clara... muita gente de fora vem escutar o nosso prefeito falar sobre o Pacto, vem gente de todos os estados, vem caravana toda semana, pra saber como funciona o Pacto e também vão conhecer as agroindústrias, eu acho que é para copiar, sabe, para aprender um pouco e fazer isso lá nas suas cidades.

> *Imagina, tem gente vindo do Mato Grosso pra ver o programa e o prefeito também vai bastante longe falar sobre o programa e como ele funciona, Crissiumal esta sendo conhecida.*

Análise e discussão dos DSCs T, U e V

Segundo Silveira (2000), com a modernização da agricultura ocorreu uma invasão de insumos e equipamentos que atendiam aos interesses industriais e que também eram demandados por agricultores com algum grau de capitalização. Contudo, a pequena produção familiar inseriu-se de maneira parcial e grande parte dela foi eliminada, compondo a mão-de-obra urbana e os volantes rurais. Outra parte passou por uma modernização intermediária, com isso vivendo uma condição de insuficiência econômica, estando quase sempre no limite da sobrevivência.

Na visão da sociedade, o produtor rural associado ao programa tem sido o principal beneficiado, uma vez que segundo o discurso, este segmento se encontrava em dificuldades financeiras.

Ainda nesta mesma visão, o programa contribuiu na recuperação econômica deste setor mediante a implantação de um novo modelo de organização (agroindustrialização e produção de alimentos), gerando, com isso, atividades de maior rentabilidade e, conseqüentemente, aumentando a renda familiar. Portanto, uma vez que o produtor encontra na atividade rural uma oportunidade de emprego da mão-de-obra existente com remuneração adequada não necessita migrar para os centros urbanos em busca de trabalho/salário para prover sua subsistência.

Com os objetivos de criar ocupações no campo, reduzir o fluxo migratório, distribuir melhor a renda e melhorar o bem-estar do produtor, programas de incentivo estão sendo executados em alguns estados brasileiros, bem como no âmbito do governo federal (LOURENZANI; SILVA, 2001).

Do mesmo modo que a sociedade vê o produtor como beneficiado do programa, o consumidor também se vê favorecido, uma vez que tem a oportunidade de consumir produtos Fonte Nova que, segundo eles, apresentam qualidade superior.

Após a implantação do programa, a sociedade passa a observar o aquecimento da economia local. Segundo o *DSC.V*, o comércio apresenta-se mais fortalecido mediante o

aumento dos valores comercializados. Surge também no discurso, o turismo como um benefício para a sociedade, uma vez que as caravanas vindas das diversas regiões do país acabam movimentando o comércio local e divulgando não somente o programa mas também o município.

Segundo Lage e Milone (2000), a geração de emprego é seguramente um dos principais resultados do turismo, visto que é uma atividade com grande capacidade de gerar novos postos de trabalho e ocupações, podendo ainda estimular a produção de produtos alimentícios para os turistas ou para o comércio local.

O turismo rural pode ser importante no combate do êxodo rural, uma vez que permite a valorização do trabalho do homem do campo por meio da agregação de valor aos produtos agrícolas. O turismo pode ser ainda uma forma de fortalecer o associativismo entre os indivíduos envolvidos no programa de desenvolvimento.

CONCLUSÕES

A pesquisa sobre o desenvolvimento agroindustrial Pacto Fonte Nova e as questões acerca da segurança alimentar permitiram que se constatasse um conjunto de indicadores de melhoria das condições de vida, entre os quais o aumento de renda, a mudança nos hábitos alimentares, o bem-estar alcançado e a emergência de um capital social que protagoniza seu próprio desenvolvimento.

O trabalho permitiu constatar que a formação de hábitos alimentares foi fortemente condicionada pela oferta de alimentos industrializados e por práticas de cultivo próprias do modelo agro-químico que se consolidou gradualmente a partir da década de 70, cujos alimentos foram considerados pela maioria dos entrevistados como sabidamente menos saudáveis.

Com isso fica compreensível a (re) valorização dos produtos locais, sendo atribuída a estes qualidade superior não somente pelo processo artesanal ou pela produção livre de agrotóxicos, mas principalmente por uma percepção da importância social e cultural, em que o consumidor mediante a compra desses alimentos resgata parte de um dinamismo local que já não existia. Ou seja, além de melhorar sua condição alimentar, o consumidor tem a consciência de que está efetivamente contribuindo para um processo coletivo de valorização do segmento produtivo local.

Com relação à segurança alimentar da família dos produtores, todos apresentam condições de suprir necessidades alimentares básicas, principalmente pela diversidade de alimentos produzidos para autoconsumo. Além da ampliação da oferta alimentar, tem ocorrido uma motivação para resgatar uma produção de autoconsumo mais intensiva, que concorre para uma melhoria alimentar qualitativa e quantitativa. Tal produção também

oportuniza práticas comerciais economicamente mais rentáveis, somadas a um maior dinamismo mercadológico, resgatando aspectos da cultura dos produtores associados a este programa. Em síntese, além desses fatores, a condição de acesso aos alimentos também é favorecida pela melhoria da renda.

O Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova vem se constituindo num importante agente promotor do desenvolvimento para o município de Crissiumal/RS, contribuindo de maneira significativa no incremento da renda familiar e auxiliando no estabelecimento de relações comerciais mais fortalecidas com o comércio local e regional.

O programa que inicialmente surge com o propósito de fortalecer o segmento familiar rural não só o faz como dinamiza o desenvolvimento dos outros setores econômicos. As relações estabelecidas vêm fortalecendo economicamente o setor rural que viabiliza e sustenta o desenvolvimento do setor urbano.

A estrutura cooperativa gerada no âmbito do programa constitui uma forma organizada de proporcionar aos produtores um mercado institucionalizado, em que a produção de diferentes produtores é comercializada ou destinada à alimentação em várias instituições locais e regionais: entidades voltadas à educação, escolas municipais e estaduais, asilos, creches, cestas básicas, estendendo os benefícios sociais a uma parcela maior da população.

Outro aspecto relevante é que o programa se articula com as políticas públicas nacionais/municipais, sendo que as aquisições de alimentos destinadas às instituições devem-se à existência de projetos junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Cesta Básica, que asseguram e incentivam a agricultura familiar, resgatando práticas alimentares mais adequadas à população local, fortalecendo o segmento familiar rural.

O estudo permitiu identificar que a adoção da nova matriz produtiva no setor rural apresenta-se mais ajustada a este segmento à medida que se intensifica a produção de alimentos destinados ao consumo familiar e ao abastecimento local/regional, melhorando assim os níveis de soberania e segurança alimentar – qualidade e quantidade de produção local – também expressos pela criação e estabelecimento de redes de confiança entre segmentos sociais – produtor, comerciantes e consumidor – permitindo, inclusive, o resgate e a manutenção de certos hábitos alimentares locais ou comunitários.

O programa tem representado para os produtores muito mais que um instrumento de conquista de melhores rendimentos e relações comerciais menos solúveis mas, sobretudo, um local de intensas relações sociais que vem se firmando à medida que a cidadania passa a ser efetivamente exercida. O desenvolvimento local passa a ser entendido como resultado do protagonismo de seus atores, em que deixam de ser coadjuvantes, percebendo-se e sendo percebidos socialmente como empreendedores. Vêm-se, portanto, implicados com reflexões dos conceitos que têm acerca do mundo em que vivem e dos meios de reprodução social e econômica.

Os resultados até então obtidos pelo programa podem ser atribuídos ao intenso envolvimento de todos os segmentos da sociedade – consumidores, produtores, comerciantes, e demais entidades – que vêm convergindo para sua consolidação e fortalecimento dos segmentos familiares e da economia local. As relações institucionais estabelecidas entre os mais diversos atores têm gerado benefícios coletivos tanto no campo econômico quanto no social, extensivos ainda que de maneira incipiente à sociedade local, mas com potencial de expansão de possibilidades não só na melhoria da oferta em qualidade alimentar, mas também mediante o incremento da renda e da geração de empregos diretos e indiretos.

Neste sentido, pode-se concluir de uma maneira geral com o estudo empreendido, que os produtores associados ao Pacto Fonte Nova passaram por um processo de transformação e intensificação produtiva que tem favorecido as condições de reprodução social e econômicas, melhorando as condições de vida e de segurança alimentar. Ao passo que a articulação entre políticas públicas e iniciativas locais das instituições e atores sociais de desenvolvimento – a sociedade – em grande medida, desenvolvem ações que estão gerando um fortalecimento da produção alimentar, conseqüentemente, criando condições reais para que surjam processos concretos de estímulo à segurança alimentar

As principais fragilidades apontadas nos discursos referem-se à inexistência de critérios claros quanto ao destino dos recursos captados para a dinamização do programa e a inexistência de equipe técnica exclusiva do programa. Quanto ao primeiro há um sentimento coletivo expresso nos discursos de que é necessário o estabelecimento de critérios que contemplem de forma eqüitativa um maior número de associados e talvez privilegiando aqueles em condições menos favoráveis. Quanto ao segundo aspecto, há um anseio por uma assistência técnica mais intensiva que oportunize a resolução de problemas técnicos específicos a cada atividade.

Não desconsiderando as fragilidades apresentadas, a consolidação do modelo de desenvolvimento adotado no município de Crissiumal/RS parece ser assegurada à medida que o programa adota não somente medidas de enquadramento das atividades de elaboração e transformação de alimentos às normas legais e sanitárias, mas devido a medidas de reprodução social e econômica da unidade de produção familiar.

Outro fator que vem contribuindo com a consolidação deste modelo se deve à trajetória de sua concepção mediante a pactuação entre os diferentes segmentos da sociedade, assegurando um compromisso coletivamente assumido de priorização da produção e comercialização local.

A avaliação de projetos de desenvolvimento tem sido um desafio permanente, em que muitos indicadores de natureza econômica e mesmo social foram e continuam sendo propostos. Em que pese sua relevância na tradução de melhorias socioeconômicas, eles tem sido insuficientes para apreender questões subjetivas como o nível de bem-estar alcançado. Nesse sentido, o método do *Discurso do Sujeito Coletivo* constitui-se numa ferramenta que possibilitou identificar como o programa tem contribuído – visão dos diferentes segmentos sociais – para atender às questões de ordem do bem-estar social, expressas sob todas as formas de satisfação das necessidades coletivas. Na amplitude do termo é consenso que o desenvolvimento deva ser promotor de bem-estar social. O método adotado permitiu identificar como o programa tem de fato contribuído com questões desta natureza, como por exemplo, o nível de satisfação, só identificável mediante manifestações dos indivíduos.

Em síntese, o modelo de desenvolvimento adotado no município apresenta-se compatível com alguns preceitos na amplitude do termo *desenvolvimento local*, mediante o processo de mudança com elevação das oportunidades à sociedade, maior eficiência econômica, qualidade de vida, constituindo um dos principais objetivos do desenvolvimento.

As análises apresentadas neste trabalho não são conclusivas e necessitam ser complementadas por estudos mais abrangentes. Entretanto, consolida-se a visão de que o segmento *familiar rural e urbano* se constitui em um importante agente social capaz de corresponder a diferenciadas expectativas, agora vinculadas a novos modelos, criadas para reafirmar, a partir de processos sociais fortalecidos, ações de desenvolvimento local.

SUGESTÕES

- É premente a necessidade de o programa tornar mais efetivo o serviço técnico de apoio aos produtores que carecem de orientações técnicas estruturais e produtivas mais adequadas à condição atual em que se encontram. Entende-se que o suporte técnico é fundamental por dinamizar os processos que conduzem os programas a níveis crescentes de sustentabilidade ou consolidação.

- Estender os benefícios do programa a demais produtores não associados ao programa que também produzem e comercializam alimentos sem atender às legislações vigentes, a fim de adequar o processo produtivo ao comércio formal, conduzindo-os a uma situação igualitária de acesso ao mercado e ao programa de desenvolvimento.

- Auxiliar os produtores na consolidação de cultivos orgânicos – agroecológicos –, por meio de projetos e estudos de viabilidade para que despertem o interesse pela agroecologia e sua incorporação, bem como nos processos de formação de associações, fundamentais na consolidação e perpetuação de sistemas alimentares sustentáveis.

- Mesmo diante da constatação de que os associados, em sua maioria, enquadram-se, de acordo com as características produtivas, em agricultores familiares, é importante que esta política seja voltada às categorias ainda menos favorecidas, tanto rurais quanto urbanas.

- Ampliar a cobertura do programa a fim de beneficiar outros produtores ou aqueles que desejam fazer parte do mesmo, com propósito de atender às demandas existentes de maneira mais satisfatória por meio da produção local, em direção às questões de soberania alimentar e à alimentação mais adequada à população.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. v. 4, n. 2, 2000.

_____. **Dilemas da UE na reforma da PAC**. Tese de Livre-Docência. São Paulo, Departamento de Economia da FEA/USP, fev. 1999.

ALBERTO, L.C.F.R. **Os determinantes da felicidade no trabalho:** um estudo sobre a diversidade nas trajetórias profissionais de engenheiros. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2000.

ARRUDA, B.K.G. **Padrões alimentares da população brasileira**. Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição INAN, 1981. 64 p.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Rev. Sociologia e Política.** Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.

BARQUERO, A.V. **Desarrollo local**. Una estrategia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirâmide, 1988.

BLEIL, S.L. O padrão alimentar ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Caderno de Debate.** 1988, v. 6, p. 1-25.

BOISIER, S.E. **Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial**. Santiago, Chile: ILPES, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, 2006.

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição. **Estudo multicêntrico de consumo alimentar**. Brasília, 1997.

_____. **A evolução do consumo alimentar no Brasil pode ser observada nas pesquisas**: Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), Pesquisa de Orçamentos Familiares 1987/88 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/1996.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável.** Brasília: IICA, 1999.

BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R.; MALUF, R.S. (Coords.). CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. Relatórios Técnicos, n. 3. Out. 2006.

CAPORAL, F. R. **Superando a Revolução Verde**: a transição agroecológica no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. 2003. Disponível em: <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes>. Acesso em: 08 ago. 2007.

CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CHAIM, N. A. Caracterização da Estrutura de Consumo de Alimentos na Pesquisa "Inquérito de Consumo Alimentar de Campinas". **Revista Cadernos de Debate,** v. IV/1996.

CONSEA. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional.** Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2004.

COOPER FONTE NOVA. Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais Pacto Fonte Nova Ltda. **Estatuto Social.** Crissiumal, RS, dez. 2002.

DE GARINE, I. Los aspectos socioculturales de la nutrición. In: CONTRERAS, J. (Org.). **Alimentación y cultura**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1995 (Estudi General, Ciències Humanes i Socials, 3).

DEL GROSSI, Mauro Eduardo et al. O fim do êxodo rural? In: XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais**... Recife, PE: Sober, 2001.

EMBRAPA. **Pesquisa em agricultura familiar**. 1998. Disponível em: <http://www.cria.org.br>. Acesso em: 12 abr. 2006.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília, 1996 (Projeto UFT/BRA/036/BRA).

_____. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília, nov. 1994. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036.

FISCHLER, C. A McDonaldização dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Orgs.). **História da alimentação**. Tradução de Luciano Vieira Machado e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 841-862.

FUKUYAMA, F. **Social capital and civil society.** Prepared for the International Monetery Fund Conference on Second Generation Reforms. 1999. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.html.1999>. Acesso em: 21 mar. 2005.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALEAZZI, M.A.M. A segurança alimentar e os problemas estruturais de acesso. In: GALEAZZI, M.A.M. **Segurança alimentar e cidadania**: a contribuição das universidades paulistas. Campinas/SP: Mercado das Letras, 1996. 352 p.

HENRIQUES, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. In: GALEAZZI, M.A.M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania:** a contribuição das universidades paulistas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. p. 195-213.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE/POF). **Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2002-2003**. Aquisição alimentar domiciliar per capita, Brasil e grandes regiões. Rio de Janeiro; 2004.

LAGE, B.H.G.; MILONE, P.C. Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs). **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000. p. 117-131.

LAGRANGE, L. **La commercialisation des produits agricoles et alimentairs**. 2. ed. Paris, 1995 (Collection agriculture d'aujourd'hui. Editora Tec & Doc).

LEFÉVRE, F.; LEFÉVRE, A. M. C**. O discurso do sujeito coletivo:** um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul, RS: Educs, 2000.

LOURENZANI, W.L; SILVA, C.A.B. Os desafios da agroindústria de pequeno porte. In: International Conference On Agri-Food Chain/Networks Economics And Management. **Anais**... Ribeirão Preto, 2001. v. 3.

MALUF, R. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios FEE.** Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr. 2004.

_____. Políticas agrícolas e de desenvolvimento. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

_____. **Consumo de alimentos no Brasil:** traços gerais e ações públicas de segurança alimentar. São Paulo: Pólis Papers, 2000, n. 6 (Série Papers).

_____. **Ações públicas locais de apoio à produção de alimentos e à segurança alimentar**. São Paulo: Pólis Papers, n. 4. 1999. Disponível em <http://www.polis.org.br/projetos/ alimentar/html>. Acesso em: 25 jun. 2006.

_____; MENEZES, F. **Caderno Segurança Alimentar**. 2000. Disponível em: <http://www.alliance21.org/fr/proposals/drafts>. Acesso em: 25 jan. 2005.

MILONE, P.C. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et al. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1992.

MOLINA FILHO, J.; BURKE, T.J. **Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura.** Piracicaba: Esalq, 1979.

MOREIRA, Josino C., JACOB, Silvana C., PERES, Frederico *et al*. **Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ**. Ciênc. saúde coletiva, 2002, vol.7, no.2, p.299-311. ISSN 1413-8123.

MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL. **Regulamento Interno Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova.** Crissiumal, RS: Prefeitura Municipal, nov. 2000.

MURRIETA, R.S.S. O Dilema do Papa-Chibé: consumo alimentar, nutrição e práticas de intervenção na Ilha de Ituqui, baixo Amazonas, Pará. **Revista de Antropologia**. 41(1): 97 - 150, 1998.

NAVARRO, M.E. **Ética para el desarrollo de los pueblos**. Madrid: Trotta, 2002.

NORDER, L.A.C. Desenvolvimento rural e segurança alimentar. In: CALZAVARA, O.; LIMA, R.O. de (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo**. Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: Eduel, 2004. 307 p.

OLIVEIRA, G.B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE.** Curitiba, maio/ago. 2002, v. 5, n. 2, p. 37-48.

ONU. Assembléia Geral das Nações Unidades. Declaração dos Direitos ao Desenvolvimento. **Res. 4/128, de 4 dez. 1986**. Disponível em: <http://www.unhchr.ch/html/menu3/b/74.htm>. Acesso em: 17 fev. 2006.

PAULILLO, L.F.; PESSANHA, L.D.R. Segurança alimentar e políticas públicas: conexões, implicações e regionalização. In: PAULILLO, L.F.; ALVES, F. **Reestruturação agroindustrial:** políticas públicas e segurança alimentar regional. São Carlos: Ed. UFSC, 2002. 350 p.

PESSANHA, L.D.R. **A experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 67 p.

_____. **Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas:** implicações e conexões para o caso brasileiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998.

PREZOTTO, L. **Legislação sanitária**: limitações e possibilidades para a pequena agroindústria. VII curso de implementação de programas de verticalização da pequena produção familiar. Brasília/DF: Aprove, ago. 2002a. p 10-24.

_____. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. In: LIMA, D. de A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPQ, 2002b.

_____. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária**. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis: USFC, 1999.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Manual de Crédito Rural.** Plano de safra da agricultura familiar 2004-2005. Brasília: SAF/PRONAF/SRA/SDT/ INCRA, 2005.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RANIS, G.; STEWART, F. Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. **Revista de la CEPAL**. Santiago, Chile, n. 78, dez. 2002. p. 7-24.

RAUPP, A.K. **Políticas públicas e agroindústria de pequeno porte da agricultura familiar** – considerações de experiências do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

RIVERO, O. de. **O mito do desenvolvimento:** os países inviáveis no século XXI. Tradução de Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROMEIRO, A.R. Desenvolvimento sustentável ou metodológico em análises econômicas recentes de problemas ambientais: evidências de um novo marco na economia do meio ambiente? **Ensaios da FEE**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, 2000. p. 240-270.

SACHS, Ignacy. Primeiras intervenções In: NASCIMENTO, E.P. do; VIANNA J.N. (Orgs.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 21-41.

_____. **Documento preparado para o projeto "Futuro da pequena produção do Brasil".** Brasília: SEBRAE/PNUD, set. 2001.

_____. O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos. **Estudos avançados**. São Paulo, v.12, n. 33, maio/ago. 1998.

SANTANA, D.P. Ministério da Saúde, Pecuária e Abastecimento. **Comunicado Técnico**. Sete Lagoas, MG, dez. 2005.

SCATOLIN, F.D. **Indicadores de desenvolvimento:** um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989 (Dissertação de Mestrado em Economia).

SCHREINER, L. L.; MACHADO, C. P. & TEIXEIRA, A. D. C. de R. A vigilância sanitária de alimentos e o desafio da inserção da produção artesanal mineira no comércio formal. Saúde para Debate, Rio de Janeiro, n. 25, p. 46-54, nov. 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. A revolução de 30 e o problema regional. Simpósio sobre a Revolução de 30. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: ERUS, 1983.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, L.M.R.; KHAN, A.S. Educação, produção e eficiência na utilização dos fatores de Produção na Região semi-árida do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, Aracaju-SE. **Anais…** Brasília: SOBER, 1996.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T.R. Dinâmica da agricultura e desenvolvimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural,** v. 41, n. 3, jul./set. 2003.

SILVEIRA, M.A.da. Diagnóstico rápido e dialogado em estudos de desenvolvimento rural sustentável. **Pesq. Agropec. Bras**. Brasília, jan. 2000, v. 35, n. 1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-204X2000000100011>. Acesso em: 06 mar. 2007.

SILVEIRA, P.R.C. da.; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural. **Anais...** São Luis Gonzaga: UERGS, 2005. CD-ROOM.

_____; ZIMERMANN, S.A Qualidade em circuitos regionais de produção de alimentos numa perspectiva de segurança alimentar. In: FROELICH, M.; DIESEL, V. **Espaço rural e desenvolvimento regional.** Ijuí: Unijuí, Relatórios de Pesquisa, 2004.

SOUZA, M. de; DEL GROSSI, M.E. Pluriatividades e desenvolvimento rural. In: CALVAZARA, O.; LIMA, R.O. de (Orgs.). **Brasil rural contemporâneo**. Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão. Londrina: Eduel, 2004. 307 p. pp. 73-109.

SUNKEL, O.; PAZ, P. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoria del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

TRENTIN, I.C.L.; WESZ JUNIOR, V.J. Desenvolvimento e agroindústria familiar. In: **Artigos completos do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Cuiabá, 2004.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VALENTE, F. **O combate à fome e à desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do direito humano à alimentação** – um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável –** O desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. **Cidades imaginárias –** O Brasil é menos urbano do que se calcula. São Paulo: Autores Associados, 2002.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, set./dez. 2001, n. 43. p. 101-119.

_____. Perspectivas nacionais de desenvolvimento rural. In: SHIKI et al. (Orgs.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. Uberlândia, 1997.

VIANNA, J.N. de S.; WEHRMANN, M.E. de F.; DUARTE, L.M.G. Os desafios da bioenergia para o desenvolvimento sustentável no Brasil. In: NASCIMENTO, E.P. do; VIANNA J.N. (Orgs.). **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 146 p. pp. 95-139.

WANDERLEY, M.N.B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Paris: L'Harmattan, v. 2, 1994. p. 20-27.

WILKINSON, J. **Inovação agroindustrial na agricultura familiar e na reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

Questionário aplicado junto às famílias rurais que fazem parte do Pacto Fonte Nova[1]

Entrevistador:_____ **Data**: _____
Nome do entrevistado:_____ **Comunidade**: _____
Perfil do entrevistado: **Sexo:** _____ **Escolaridade:** _____
Parentesco com responsável: _____
Ocupação principal_____ **Ocupação secundária:** _____
_____ **Renda familiar:** _____
Número de pessoas domicílio: _____
Dedicação da família à atividade agrícola: _____
Quantos dias da semana? _____

a. parentesco c/ responsável
01 responsável
02 cônjuge
03 filho/filha
04 pai/mãe/sogro(a)
05 nora/genro
06 neta(o)
07 agregados
08 outros
b. sexo
01 masculino
02 feminino
d. escolaridade
01 analfabeto
02 lê e escreve
03 Mobral
04 Até 4ª Série
(Primário)

05 1º G incompleto
06 1º G completo
(Ginásio)
07 2º G incompleto
08 2º G completo
(Colegial)
09 Nível técnico
10 Superior
Incompleto
11 Superior completo
e./ g. ocupação principal e Secundária
01 somente atividade
Agrícola
02 atividade agrícola
e não agrícola
03

04 serviços
domésticos
05 estudante
06 aposentado(a)
07 transformação
agroindustrial
08 comércio de
mercadorias
09 serviços de
transporte
10 administração
pública
11 atividades de
ensino
12 indústria da
construção
13 outras
(especificar)

f. / h. renda mensal
01 até R$ 200
02 R$ 200 a 400
03 R$ 400 a 600
04 R$ 600 a 1.000
05 mais de R$ 1.000
i. dedicação à atividade agrícola (média anual)
01 Mais de 80% do tempo
de trabalho total
02 Entre 50 e 80%
t.t.t.
03 Menos de 50%
t.t.t.
04 Trabalhos
esporádicos

I – SOBRE A FAMÍLIA: Produção e Consumo Alimentar Antes e Depois do PACTO

1) Há quanto tempo vive no município? _____

2) Quantidade de hectares antes e depois do programa: _____ antes _____depois

3) Você percebe alguma diferença na alimentação de hoje em comparação com a de antigamente aqui na região?

01. Sim [ ] 02. Não [ ]

3.1) Se sim, quais foram as mudanças mais significativas observadas?_____
_____

4) Essas mudanças também foram observadas na sua família?

01. [ ] Sim 02. [ ] Não

4.1) Se sim, quais foram as mudanças mais significativas observadas?_____
_____

[1] Adaptado de CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, out. 2006.

5) Quais os principais produtos produzidos na propriedade antes e depois do pacto e suas respectivas quantidades.

Produto/Antes	**Qtde/Antes**	**Produto/Depois**	**Qtde/depois**
1.		1	
2		2	
3		3	
4		4	
5		5	
6		6	
7		7	
8		8	
9		9	
10		10	

6) Qual era o destino dado a produção anterior ao pacto?_____

7) A produção atual é principalmente destinada para (numerar por ordem preponderante de destinação:

1 para a principal destinação

2 para a segunda destinação mais importante, e assim por diante.

a. Produto 1

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

b.Produto 2

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

c. Produto 3

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

d. Produto 4

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

e. Produto 5

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

f. Produto 6

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

g. Produto 7

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

h. Produto 8

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

i. Produto 9

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

j. Produto 10

Venda [ ] Consumo próprio [ ] Alimentação de animais [ ]
Transformação no estabelecimento [ ] Consumo Próprio [ ]

8) Quais os membros da família que são envolvidos nas atividades de produção?

Homem [ ] Mulher [ ] Filho [ ] Empregado [ ]

a. nº filhos ( )

b. nº empregados ( )
c. empregado temporário ( ) Período?_____
d. empregado permanente ( )

9) De que forma comercializa os principais produtos?_____

01. Cooperativa PACTO
02. Comércio (varejo)
03. Agroindústria
04. Feiras
07. Direto ao consumidor
08.Outras cooperativas
09.Outros (especificar): _____

10) Vende ou já vendeu algum produto para prefeitura?
Sim [ ] Não [ ]

11) Se sim de que forma?_____

1.Através de cooperativa 2.Diretamente
a. Qual (is) produto (s)?_____
b. Destinado para algum programa ou entidade? ( ) Sim ( )Não
c. Para qual (is) programa (s) ou entidades ?
( )Merende Escolar ( ) Asilos ( ) Creches
( ) Hospitais ( ) Outras entidades ( ) ABEMEC ( ) Cesta básica

12) Já Encontrou algum tipo de obstáculo ou dificuldade em vender para prefeitura? Qual?
_____
( )Antes do Pacto ( ) Depois do Pacto

13) Quais os alimentos mais importantes consumidos pela família? (listar pelo menos 10 em ordem de importância)

1	6
2	7
3	8
4	9
5	10

14) Com relação àquilo que não é produzido na propriedade e que precisa vir de fora para alimentar a família, de que forma é adquirido?
( ) compra no mercado
( ) troca entre produtores
( ) Outra forma. Qual? _____

15) Se compra no mercado dá preferência ao produtos locais?
( ) Sim ( ) Não

16) Por quê?_____

17) Tipo de produto adquirido e as quantidades anterior e posterior ao PACTO

Produto Antes Pacto	**Qtde/Antes**	**Produção Local?**	**Produto Depois Pacto**	**Qtde/depois**	**Produção Local?**
1.			1		
2			2		
3			3		
4			4		
5			5		
6			6		
7			7		
8			8		
9			9		
10			10		

Produção Local: (1) Sim (2) Não

18) De onde vêm os recursos para a compra de alimentos? (1 para a principal destinação, 2 para a segunda destinação mais importante, etc.):_____

01. rendimento das lavouras
02. agroindústria
03. Bolsa-Família
04. Aposentadoria
05. trabalho externo
06. ajuda dos filhos
07. Outros:_____

19) O valor destinado à compra de produtos alimentícios representa que percentuais da renda líquida familiar? _____

(1) -20%
(2) 20-30%
(3) 30-40%
(4) 40-50%
(5) + de 50%

20) Como você e sua família se sentem em relação as questões referentes segurança alimentar? (econômicas, produção, disponibilidade local de alimentos, qualidade do alimento)

21) Na sua opinião, a qualidade da alimentação da família melhorou depois do pacto?

( ) Sim ( ) Não

a.Quanto?_____

(1) Melhorou bastante
(2) Melhorou pouco
(3) Piorou

b. Pode ser atribuído a que fatores?_____

(1) resgate cultural
(2) produção subsistência diversificada
(3) produção orgânica
(4) redução do uso de agrotóxicos
(5) Outros:_____

II – PROGRAMA PACTO FONTE NOVA

22) De que forma a família participa do programa?_____

(1) Agroindústria
(2) produção in natura
(3) Das duas formas

23) Como foi cadastrada ao programa? _____

24) Qual a sua avaliação sobre o programa?_____

( ) Muito bom! ( ) Bom! ( ) Regular! ( ) Péssimo!

25) Por quê? _____

26) O Programa tem sido parceiro, auxiliando o produtor associado? _____

(1) Sim (2) Não

27) O programa oferece assistência técnica? ( )Sim ( )Não

a.Quem presta assistência Técnica:_____

(1)EMATER (2)Prefeitura (3)ACI (4) UNITEC

b.Esta assistência é satisfatória ou não? _____ (1) Sim (2) Não

Por quê?_____

28) Existe um programa de informação e formação continuada? (1) Sim (2) Não

a.Qual?_____

b. Você participa ou já participou?_____

c. considera importante?_____

d. Por quê?_____

29) Para o Sr.(a), quais os principais problemas e Pontos positivos do Programa?._____

_____

_____

30) Já receberam recursos financeiros através do programa?
(1) Sim (2) Não
31) Destinado à:_____
(1) compra de equipamentos (2) construção e reformas
(3)Compra de Insumos (4) Financiamento para produção
32) A renda familiar melhorou após participação no programa? _____
(1) Sim (2) Não
Quantos por cento?_____
33) Algum membro da família faz parte ou já fez parte da equipe diretora do programa do Programa ou da Cooperativa?
(1) Sim (2) Não
34) Em que cargo:_____
(1)coordenador (2) Secretário (3) Tesoureiro (4)Conselheiro Fiscal (5) Suplente
35) Algum membro da família Participa de alguma organização social? cargo?
( ) Pastoral: _____
( ) ONGs _____
( ) Cooperativas _____
( ) Conselhos _____
( ) Igrejas _____
( ) Associação de Moradores _____
( ) Sindicatos _____
( ) Partidos _____
( ) Outros _____
36) Foi enfrentada alguma dificuldade quanto ao novo sistema de organização?
Quais?_____
37) O programa promoveu alguma mudança na sua vida e de sua família?_____
(1)Sim (2)Não
a) Quais as mudanças?_____
38) No seu ponto de vista as mudanças ocorridas se deve:
(1) resgate de culturas (2) novas formas de produção
(3) novas formas de comercialização (4) outras mudanças?_____
39) Ocorreu alguma mudança que contribuiu para melhorar a qualidade de vida sua e de sua família?_____ (1)Sim (2)Não
Dê exemplos: _____
_____
40) Como o Sr. (a) avalia a o programa para o Município? _____
_____
41) Na sua opinião, o programa tem contribuído para melhorar a qualidade da alimentação da população local? _____ (1)Sim (2) Não
a. De que forma?_____
_____
42) Como participante do programa você e sua família se sentem mais seguro nas questões econômicas (produção, comercialização):_____ (1) Sim (2) Não
a. Nível de segurança
(1) Muito Seguros (2) Seguro (3) Pouco Seguro (3) Inseguro
b. Por quê?_____
43) De que forma você contribui para o sucesso deste programa? _____
_____
_____
44) Como o Sr.(a) avalia a qualidade de vida sua e de sua família?_____
45) No seu ponto de vista o que falta para que você e sua família consigam atingir um bom nível de qualidade de vida, adequado ao seus desejos? _____

ANEXO 2

Questionário aplicado junto à população consumidora de Crissiumal/RS[2]

Entrevistador:_____**data**:_____
Nome do entrevistado:_____**Comunidade**:_____
Perfil do entrevistado: Sexo _____ **Escolaridade:**_____**Idade**:_____
Residente no município desde:_____**Local**_____
Ocupação principal_____
Renda:_____

a. parentesco c/ responsável		**03** Mobral		**01** somente atividade agrícola		pública	
01 responsável		**04** Até 4ª Série (Primário)		**02** atividade agrícola e não agrícola		**11** atividades de ensino	
02 cônjuge		**05** 1º G incompleto				**12** indústria da construção	
03 filho/filha		**06** 1º G completo (Ginásio)		**04** serviços domésticos		**13** outras (especificar)	
04 ai/mãe/sogro(a)		**07** 2º G incompleto		**05** estudante		**f. / h. renda mensal**	
05 nora/genro		**08** 2º G completo (Colegial)		**06** aposentado(a)		**01** até R$ 200	
06 neta(o)		**09** Nível técnico		**07** transformação agroindustrial		**02** R$ 200 a 400	
07 agregados		**10** Superior Incompleto		**08** comércio de mercadorias		**03** R$ 400 a 600	
08 outros		**11** Superior completo		**09** serviços de transporte		**04** R$ 600 a 1.000	
b. sexo		**e./ g. ocupação principal e Secundária**		**10** administração		**05** mais de R$ 1.000	
01 masculino							
02 feminino							
d. escolaridade							
01 analfabeto							
02 lê e escreve							

I – SOBRE O CONSUMIDOR. Avaliação anterior e posterior ao programa

1) Há quanto tempo vive no município?_____
2) Você percebe alguma diferença na alimentação de hoje em comparação com a de antigamente aqui na região? 01. Sim [ ]02. Não [ ]
2.1) Se sim, quais foram as mudanças mais significativas observadas?_____
_____
3) Essas mudanças também foram observadas na sua família? 01.[ ]Sim 02.[ ] Não
3.1) Se sim, quais foram as mudanças mais significativas observadas?_____
_____
4) Para o Sr.(a) a alimentação de antigamente era mais saudável ou menos saudável se comparada com a de hoje?_____ (1) Sim (2) Não
4.1) Por que?_____

II - O PACTO FONTE NOVA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

5) O Sr.(a) conhece o programa PACTO FONTE NOVA?_____
(1)Sim (2)Não
6) O Sr.(a) consome produtos da marca FONTE NOVA?_____
(1) Sim (2)Não
7) Quando adquire algum tipo de produto sempre dá preferência a estes produtos?_____
(1) Sim (2)Não

[2] Adaptado de CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, out. 2006.

8) Por quê:_____

Caso Prefere?		**Caso não prefere?**	
Qualidade		Pouca qualidade	
Preço		Custo maior	
Incentivo		Falta do produto	
Maior aceitação		Menor aceitação	
Mais saudável		Menos saudável	

9) Os produtos fonte nova são adquiridos no comércio ou a domicílio?_____
(1) comércio (2) domicílio
10) Os preços diferem?_____
(1) Sim (2) Não
11) O Sr.(a) acredita que este programa é capaz de estimular o consumo de alguns alimentos que já não eram mais consumidos pela população de Crissiumal?
12) Houve mudanças na alimentação sua e de sua família após a implantação do programa PACTO FONTE NOVA?_____
(1) Sim (2) Não
O que mudou?_____
Quais alimentos Consumidos anterior e posterior ao PACTO:

Alimentos consumidos Anterior Pacto	**Alimentos consumidos Atualmente**

13) Sempre que busca por algum produto da marca Fonte Nova ele está disponível no comércio?
_____ (1)Sim (2)Não
Se não, quais as principais causas?_____
14) O Sr.(a) enquanto consumidor se sente comprometido com o programa?_____
(1)Sim (2)Não
De que forma? _____
15) Como o senhor avalia o programa de desenvolvimento PACTO FONTE NOVA? _____
(1) ótimo (2)Bom (3) Regular
16) Por quê?_____
17) O Sr.(a) acredita que este programa é capaz de auxiliar no desenvolvimento do município melhorando as condições de vida da população?_____
(1) Sim (2)Não
Se sim: De que forma:_____
18) Na sua opinião, o programa tem sido importante para o município?_____
(1) Sim (2) Não
Por quê?_____
19) Quais são as melhorias que ocorreram no município após a implantação do programa?_____
_____
20) O Sr.(a) se sente incluído na sociedade onde mora?_____

ANEXO 3

Questionário Aplicado Junto aos Estabelecimentos Comerciais do Ramo de Alimentação do Município de Crissiumal/RS[3]

Entrevistador:_____ data_____
Nome do entrevistado:_____
Estabelecimento: _____
Tempo de atividade:_____
Perfil do entrevistado: Sexo _____Escolaridade: _____ Idade: _____
Cargo no estabelecimento: _____Ocupação Secundária: _____
Renda familiar: _____Nº pessoas na família: _____

I – SOBRE A FAMÍLIA: Consumo Alimentar Antes e Depois do Pacto

1) Há quanto tempo vive no município?_____
2) Você percebe alguma diferença na alimentação de hoje em comparação com a de antigamente aqui na região? 01. Sim [ ] 02. Não [ ]
2.1) Se sim, quais foram as mudanças mais significativas observadas?_____
_____
3) Essas mudanças também foram observadas na sua família? 01 [ ] Sim 02 [ ] Não
3.1) Se sim, quais foram as mudanças mais significativas observadas?_____
_____
4) Para o Sr.(a) a alimentação de antigamente era mais saudável ou menos saudável se comparada com a de hoje?_____ (1) Sim (2) Não
4.1) Por quê?_____
5) Que avaliação o Sr(a) faz de sua alimentação e de sua família na atualidade: _____
6) Quais são os principais produtos consumidos pela família:

01	06
02	07
03	08
04	09
05	10

7) Como você e sua família se sentem em relação às questões referentes segurança alimentar? (econômicas, produção, disponibilidade local de alimentos, qualidade do alimento)
8) O valor destinado a compra de produtos alimentícios representa que percentuais da renda líquida familiar: ____ (1) –20% (2) 20–30% (3) 30–40% (4) 40-50% (5) + 50%

II – O PACTO FONTE NOVA: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO

9) O Sr.(a) participam do programa Pacto Fonte Nova? De que forma?
(1) comercializa os produtos das agroindústrias
(2) comercializa produtos in natura
(3) Não comercializa os produtos Fonte Nova?
10) Quais são os alimentos da marca Fonte Nova que o Sr. comercializa?

[3] Adaptado de CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional, out. 2006

11) Se comercializa os produtos Fonte Nova, quais são as principais vantagens e desvantagens da comercialização?_____

12) No seu ponto de vista esses produtos são de:_____
(1) Excelente qualidade (2) qualidade
(3) pouca qualidade (4) nenhuma qualidade
Por quê? _____

13) Na sua opinião estes produtos atendem às expectativas de mercado assim como as legislações vigentes para comercialização_____

14) Na sua opinião o preço pago aos produtos garante viabilidade econômica para o produtor_____

15) No seu ponto de vista os produtos Fonte Nova são competitivos? ( ) sim ( ) não
Por quê?_____

16) Para o Sr.(a) o que precisa melhorar para que estes produtos sejam competitivos tanto quanto aos demais produtos importados pelo município?

17) O Sr. tem percebido uma maior procura pelos produtos Fonte Nova? ( ) sim ( ) não
Por quê?_____

18) Dos produtos alimentícios importados pelo município existem alguns que possam ser produzidos e comercializados no município? ( ) sim ( ) não
Quais?

1-	4-	7-
2-	5-	8-
3-	6-	9-

19) Que avaliação o Sr.(a) faz do programa?
(1) Muito bom(2) Bom (3) regular (4) Ruim
Por quê:_____

20) Você identificou algumas mudanças com o programa? ( ) sim ( ) não
Quais?_____

21) No seu ponto de vista as mudanças ocorridas se devem:
( ) resgate de culturas ( ) novas formas de produção ( ) novas formas de comercialização
( ) outras mudanças .
Por quê? _____

22) Ocorreu alguma mudança que contribui para melhorar a qualidade de vida sua e de sua família? ( ) sim ( ) não
Dê exemplos:_____

23) Na sua opinião o programa tem contribuído para melhorar a qualidade da alimentação da população local? ( ) sim ( ) não
De que forma?_____

24) De que forma você contribui para o sucesso deste programa?_____

ANEXO 4

Questões Norteadoras

As questões que nortearam as entrevistas foram:

a) Quais os principais fatores que influenciaram a mudanças de hábitos alimentares?

b) Qual a convergência do atual modelo de alimentação praticado considerando os pressupostos de uma alimentação saudável?

c) Quais aspectos, relativos à atual configuração alimentar praticada, podem ser associados ao Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova?

d) O Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova atende aos pressupostos da noção qualidade de vida e de segurança alimentar?

ANEXO 5

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, RG: _____, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) por _____na pesquisa de campo referente ao estudo intitulado *Programa de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Fonte Nova: Contribuição para Segurança Alimentar e Qualidade de Vida*, cujos dados serão utilizados na construção da pesquisa de MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO da Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é [coordenada / orientada] por Vanderléa Michael Schimanoski, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário pelo telefone nº 55-9607-0997 ou 55-3331-1976 ou e-mail: vanders@unijui.edu.br.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é para identificar se as questões referentes segurança alimentar estão sendo contempladas no programa de desenvolvimento agroindustrial – PACTO FONTE NOVA do município de Crissiumal/RS.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de [entrevista semi-estruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização]. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável [ou seus orientadores].O pesquisador principal do estudo / pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos

Crissiumal/RS____ de _____ de 2007.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do(a) pesquisador(a): _____

ANEXO 6

Imagens dos Locais de Estudo

Agroindústria de biscoitos.

Agroindústria de conserva de ovos de codorna.

Agroindústria vinho, geléia, licor e conservas

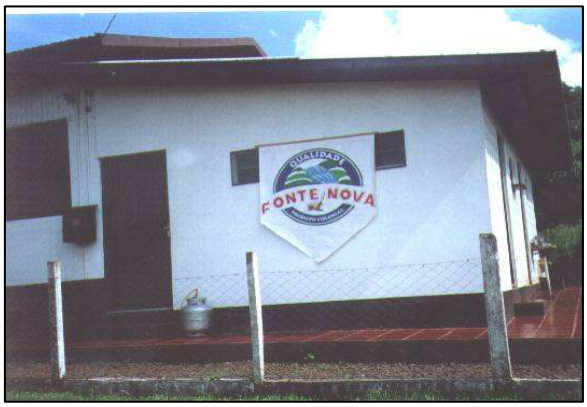
Fábrica de vassouras.

Agroindústria de melado, rapadura e derivados.

Agroindústria de mel e balas de mel.

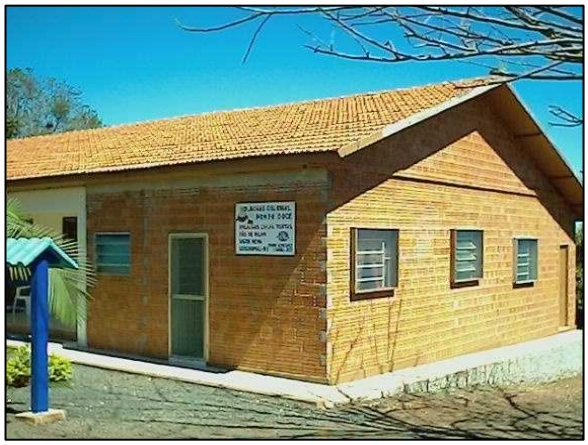
Agroindústria de aguardente, licores, envelhecido tipo orgânico.

Agroindústria de leite tipo C, aguardente, iogurte, nata, bebida láctea, queijo.



Agroindústria queijo colonial.

Cultivo de hortaliças.



Agroindústria, bolachas, cucas, pães e tortas.

Agroindústria melado e açúcar mascavo.

Abatedouro de aves.

Agroindústria açúcar mascavo e melado.

Agroindústria de suco de abacaxi, shmier, polpa de fruta, geléia e cultivo da matéria-prima, localizada próximo ao Rio Uruguai

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo